

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO SOCIEDADE E CULTURA
NA AMAZÔNIA**

**A ORGANIZAÇÃO POLÍTICA DOS PESCADORES EM UMA
COMUNIDADE RIBEIRINHA NO MUNICÍPIO DE
TABATINGA/AM.**

MARIA FRANCENILDA GUALBERTO DE OLIVEIRA

**MANAUS
2007**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO SOCIEDADE E
CULTURA NA AMAZÔNIA**

MARIA FRANCENILDA GUALBERTO DE OLIVEIRA

**A ORGANIZAÇÃO POLÍTICA DOS PESCADORES EM UMA
COMUNIDADE RIBEIRINHA NO MUNICÍPIO DE
TABATINGA/AM.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Sociedade e Cultura na Amazônia, área de concentração Políticas Públicas na Amazônia.

Orientadora: Profa. Dra. Maria do P. Socorro R. Chaves

Co- Orientadora: Profa. Dra. Simone Eneida Baçal de Oliveira

**MANAUS
2007**

OLIVEIRA, Maria Francenilda Gualberto de.

A Organização Política dos Pescadores em uma Comunidade Ribeirinha no Município de Tabatinga/Am. – Manaus: UFAM, 2007.

158 f.: il.(alguns color).

Dissertação (Mestrado) Universidade Federal do Amazonas – UFAM, 2007. Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia -

Área de Concentração: Políticas Públicas na Amazônia.

Orientador(a): Dra. Chaves, Maria do P. Socorro Rodrigues

Co- Orientador(a): Dra. Oliveira, Simone Eneida Baçal de.

1. Movimentos sociais 2. Organização política 3. Recursos pesqueiros.

CDD 363.7098113

MARIA FRANCENILDA GUALBERTO DE OLIVEIRA

**A ORGANIZAÇÃO POLÍTICA DOS PESCADORES EM UMA
COMUNIDADE RIBEIRINHA NO MUNICÍPIO DE
TABATINGA/AM.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Sociedade e Cultura na Amazônia, área de concentração Políticas Públicas

Aprovado em 10/12 /2007.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a Dr.^a Maria do P. Socorro R. Chaves - Presidente
Universidade Federal do Amazonas

Prof^a Dr.^a Lúgia Rayeque Membro
Universidade Estadual do Amazonas

Prof. Dr. Simone Eneida Baçal de Oliveira - Membro
Universidade Estadual do Amazonas

*À Maria Francisca G. de Oliveira, in
memorian, minha querida mãe que
soube dar direção a minha vida em
caminho aos ensinamentos do Senhor
Jesus, para tornar-me uma pessoa
honesto, perseverante e capaz de
superar as barreiras que a todos os dias
me são impostos.*

Agradecimentos

Ao plano superior pela força invisível que sustentou e me sustenta. “Ele reserva a verdadeira sabedoria para os retos; é escudo para os que caminham na sinceridade” (Provérbios, 2.7).

A minha orientadora e companheira de trabalho que soube me conduzir nesse processo, sendo paciente diante das minhas deficiências e descumprimento de prazos. Agradeço a você o vínculo criado entre nós que extrapolou a relação de orientadora e orientanda, sendo em alguns momentos amiga, conselheira, professora e mãe.

A minha co-orientadora Simone Eneida Baçal pelas orientações em conduzir esse trabalho.

A todos os moradores da comunidade Tauarú pelos que compreenderam a importância do trabalho e se disponibilizaram em colaborar sem medir esforços. Meu especial agradecimento.

Ao IDAM, em nome do Senhor José D’ Villa, pelo apoio técnico no desenvolvimento da pesquisa de campo, bem como com a disponibilização de informações e experiências.

Ao Mestrado Sociedade e Cultura na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas, que possibilitou a realização deste trabalho e aos professores que compõem o corpo docente. Em destaque quero agradecer aos professores: Antônio Carlos Witkoski e Márcia Peráles que muito contribuíram com minhas reflexões.

Ao Conselho Nacional de Aperfeiçoamento do Ensino Superior – CAPES, pela oportunidade e concessão da bolsa de estudos;

Gostaria de citar muitos nomes de amigos e familiares que de alguma forma fizeram parte da construção deste trabalho. No entanto, correria o risco de esquecer-me de alguém. Meu muito obrigado a todos que me acompanharam nessa caminhada.

Agradeço pela amiga e companheira de trabalho e mestrado Elane Cristina Lima da Silva que sempre soube dar o ombro amigo no momento de desânimo. E aos amigos Cloves Pereira, Deise, Davi e Márcio pelo companheirismo.

Ao meu pai Jonas, aos meus irmãos Josenilda, Jesfferson – cunhada Myrna e sobrinho Bruno Lucas, Cristiane e Daianny. A minha sobrinha Jéssica e prima Oliene que souberam compreender e ter paciência com minha ausência e falta de atenção no decorrer desse processo. Vocês são a razão de meu viver. E a minha mãe que me incentivou e me ensinou a ser tudo que sou!

Aos meus queridos amados tios Eligelson e Andréa pelo apoio ao longo desses anos, e especialmente, nesse momento de finalizar a redação do trabalho. Sem o PC de vocês a redação não seria possível concluir este trabalho.

A todos meus familiares que, sem muito entender o significado do mestrado, solidarizaram-se com o trabalho, bem como torceram para que eu pudesse chegar à reta final.

Aos amigos e amigas do Grupo de Pesquisa Inter-Ação/DSS/UFAM, com os quais pude compartilhar aprendizado, amizade e companheirismo, e que sempre torceram por mim. Em especial às amigas Déborah de Jesus, Bernadete Maia, Célia de Carvalho, Silvana Compton, Talita e o amigo Armando Júnior, amo a todos!

A minha amiga sempre preocupada, Andréa Cavalcante, que muito colaborou com leituras e correções deste trabalho.

Aos companheiros e amigos de trabalho do grupo de Pesquisa Pesticidas, Marcos, Paola e Renata. Em especial meu grande obrigado pela amizade, apoio da amiga e coordenadora Andréa Waichman pela compreensão de minhas ausências nas atividades do projeto ao qual tenho tido a possibilidade de compartilhar de momentos de aprendizagem e aperfeiçoamento profissional.

Aos colegas de trabalho da Faculdade Metropolitana de Manaus - FAMETRO, professores Ma. Nilce, Gilmara Araújo, Laurisana Camargo, Moysés e Auxiliadora Barbosa, com quem tenho aprendido o exercício da docência.

Aos companheiros do Conselho Regional de Serviço Social – CRESS, que compartilharam dessa trajetória. Em especial a amiga Neile d’Oran pela credibilidade e confiança.

Aos meus irmãos em Cristo Kleny, Marcelo, Charles, Maria de Jesus, Mariusa, Katteane, Terezinha, Karen Wladia, Cilândia Lima e Larysse Guimarães do grupo de Liturgia à Serviço do Senhor, que não se cansaram de orar e interceder por mim.

AGRADEÇO

A revolução não está no livro, na teoria.
Está inscrita na realidade social, na
máquina da sociedade, nos movimentos
da história.

(IANNI, 2004, p. 63)

RESUMO

A organização política dos pescadores configura-se a partir um conjunto de mudanças ocorridas no setor da pesca ao longo da história da região, da dinâmica interna das comunidades sobredeterminadas geradas pelo contexto sócio-econômico e político da região. A partir dessa compreensão, o presente estudo tem como intuito analisar a organização política dos pescadores na comunidade Tauarú no município de Tabatinga/Am.

O recorte metodológico considera as populações que participam dos estudos como agentes importantes na formulação de novos saberes. A abordagem de cunho investigativo e analítico, caracterizou-se como um estudo de caso, abrangendo a associação de dados quantitativos e qualitativos coletados junto aos representantes formais e informais dos pescadores na comunidade Tauarú. Neste estudo, adotou-se um conjunto de instrumentos e técnicas complementares entre si, como aplicação de formulários, entrevistas semi-estruturadas, conversas formais e informais, visitas domiciliares, observação sistemática e assistemática, registro fonográfico e fotográfico.

A discussão acerca da organização política, articula-se com a configuração dos movimentos sociais na busca de alternativas e estratégias para o atendimento às reais demandas dos grupos organizados. Assim, o estudo indica que os pescadores na região Amazônica, passaram a organizar-se na busca de defender o direito de uso e gestão dos recursos pesqueiros.

Portanto, a organização política dos pescadores, engendrada pelas mudanças no contexto da pesca, em que pese às dificuldades, vislumbra-se como estratégia de mobilização tenham para o acesso aos recursos pesqueiros e aos bens e serviços sociais.

Palavras-chave: movimentos sociais, organização política, recursos pesqueiros.

ABSTRACT

The political organization of fishermen configures itself from a series of changes in the fishing industry over the history of the region, the internal dynamics of the communities predetermined generated by the socio-economic and political environment of the region. From this understanding, the present study is to examine the purpose political organization of fishermen in the community Tauarú in the municipality of Tabatinga / Am.

The cut methodology considers the people who participate in studies as important actors in the formulation of new knowledge. The approach of stamp investigative and analytical, characterized as a case study, covering the combination of quantitative and qualitative data collected from the formal and informal representatives of fishermen in the community Tauarú. In this study, adopted is a set of tools and techniques mutually complementary, as application forms, semi-structured, formal and informal conversations, home visits, systematic observation and assistemática, registration fonográfico and photographs.

The discussion about the political organization, links to the configuration of social movements in the search for alternatives and strategies for answering the real demands of organized groups. Thus, the study indicates that the fishermen in the Amazon region, began to organize itself in the quest to defend the right to use and management of fish stocks. Therefore, the political organization of fishermen, engendered by changes in the fishery, where despite the difficulties, there is as a strategy to mobilize to have access to fishery resources and property and social services.

Keywords: Social movements, political organization, fish stocks

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
CAPÍTULO I - ORGANIZAÇÃO POLÍTICA E MOVIMENTOS SOCIAIS: PRINCIPAIS CATEGORIAS DE ANÁLISE.....	21
1.1 Organização Política x Movimentos Sociais.....	22
1.1.1 Sociedade Civil: breve conceituação.....	31
1.2 A emergência dos Movimentos Sociais.....	37
1.2.1 Participação: construção política no espaço de tomada de decisão	43
CAPÍTULO II - CONFIGURAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO POLÍTICA DOS PESCADORES NO AMAZONAS.....	48
2.1 Gênese da organização política dos pescadores: mudanças socioeconômicas no setor da pesca.....	49
2.2 Configuração do processo de organização dos pescadores no contexto Amazônico.....	58
2.2.1 Contextualização da Organização Política dos Pescadores no Município de Tabatinga.....	68
CAPÍTULO III - A DINÂMICA DA ORGANIZAÇÃO FORMAL DOS PESCADORES RIBEIRINHOS NA COMUNIDADE TAUARÚ- TABATINGA/AM.....	84
3.1 Organização Política Formal da Comunidade Tauarú.....	112
3.1.1 Associação dos Produtores Rurais de Tauarú – APRT.....	115
3.1.2 Criação da Associação de Pescadores de Tauarú: Antecedentes históricos.....	118
CAPÍTULO IV - À GUIA DE CONCLUSÃO: a organização política como processo de mobilização.....	137
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	146
BIBLIOGRAFIA	153
APÊNDICE.	155

1. INTRODUÇÃO

A organização política deve ser apreendida como uma *articulação consciente*, em defesa de necessidades e interesses comuns, percebidos coletivamente, que alimentam ações coordenadas e que buscam satisfazer a esses interesses coletivos.

(SOUZA, 1991)

A organização política dos pescadores articula-se a um conjunto de mudanças ocorridas no setor da pesca ao longo da história da região. A partir dessas mudanças, faz-se necessário compreender o processo de construção da organização política dos pescadores materializada nos movimentos sociais de pescadores.

Para tanto, destaca-se que a Amazônia está constituída por uma diversificada gama de segmentos sociais, tais como pescadores, seringueiros, ribeirinhos, agricultores, entre outros, os quais possuem um conjunto de características próprias que se configuram a partir de suas crenças, mitos, costumes e organização sócio-cultural e política.

Essa população amazônica desenvolve uma pluralidade de atividades produtivas – no manejo seja da água, seja da terra e da floresta pelo estabelecimento de uma relação peculiar entre homem x natureza - com destaque para a prática da pesca, agricultura, caça e extrativismo (coleta de frutos, extração de madeira) (LEONEL, 1998; BATISTA & CHAVES, 2004).

Dentre essa gama de segmentos que vive na Amazônia destaca-se o pescador ribeirinho que, historicamente, desenvolve a atividade da pesca, a qual configura-se como principal fonte protéica e atividade produtiva. Segundo autores como Alencar (1993), Câmara (1995), Chaves (2003), Rufinno (2006) nos últimos cinco anos a atividade da pesca se destaca como grande potencial para o desenvolvimento social e econômico da região, possibilitando aproveitamento elevado da biodiversidade pesqueira, gerando divisas e postos de trabalho,

desencadeando a realização de diversos estudos no intuito de concentrar esforços em um melhor aproveitamento de espécies capturadas.

Mediante esse cenário, os autores afirmam que o pescador ganha visibilidade no contexto regional, tendo em vista que estes nas últimas décadas intensificaram a criação de estratégias de uso do recurso pesqueiro como: acordos de pesca, manejo de lagos entre outras. Tais estratégias se caracterizam, segundo Alencar (1993) e Câmara (1995), como uma forma de gerir os recursos pesqueiros de forma participativa na busca de sustentabilidade do recurso abrangendo os aspectos econômico, social, cultural e política da região. Do ponto de vista econômico Alencar (1993), Furtado (1993), Isaac (1993), Câmara (1995), Chaves (2003), Rufinno (2005) consideram que a atividade da pesca movimenta a economia da região, na medida em que o peixe abastece as populações urbanas no mercado local, mas também outras regiões¹.

Do ponto de vista social, a pesca historicamente vem possibilitando o estabelecimento de relações sociais no setor da pesca, constituindo-se em um processo de organização social particular para realização da atividade da pesca.

Do ponto de vista cultural, Nascimento (1995) discute que o desenvolvimento da atividade da pesca se configura como um modo de vida caracterizado por um tipo especial de relação com a natureza, na qual “ela não é somente matéria-prima a ser explorada” (p. 9). Deste modo entende-se que as populações tradicionais ao longo dos séculos desenvolveram técnicas próprias para o manejo dos recursos locais mantendo esse relacionamento – homem x natureza. Técnicas estas aprendidas com os pais a partir da cultura indígena, com adaptações das técnicas e instrumentos (BATISTA & CHAVES et al, 2004).

Segundo Petrere (1978) e Chaves et al (2001) na região Amazônica destaca-se a pesca de subsistência, a qual versa na captura de pescado em que o excedente é fornecido para atravessadores, ou mercados locais mais diretamente. Portanto, para estes “a pesca não é apenas uma atividade econômica a partir da qual ele obtém seus rendimentos, mas uma atividade essencial à sua subsistência” de garantia para sua reprodução física e social.

Do ponto de vista político, os pescadores organizam-se para o enfretamento das adversidades vivenciadas no contexto da pesca, os quais buscam resistir desde à concorrência

¹ Principalmente, quando se trata do peixe de couro, possibilitando a geração de renda para as populações que a praticam.

de métodos mais modernos de captura de pescado à luta contra a entrada de comerciantes não-pescadores, que se instalam no contexto da pesca (BATISTA & CHAVES, et. al., 2004). Nesse contexto, observa-se a história de luta e de organização política dos pescadores na região Amazônica marcada pelo direito de uso e gestão dos recursos pesqueiros.

O presente estudo possibilitou perceber que a organização política dos pescadores é resultado de um conjunto de mudanças ocorridas ao longo da história da região, resultantes da dinâmica interna das comunidades, mas também das dinâmicas sobredeterminadas e geradas pelo contexto sócio-econômico e político da região.

Além disso, o estudo permitiu identificar que os pescadores passam a encontrar na organização política uma possibilidade de acesso aos recursos pesqueiros e bens e serviços sociais, assistência, direitos sociais e trabalhistas no que concerne ao exercício da atividade, seja no meio urbano ou rural. Destarte, compreende-se que tal organização tem sido importante para que os pescadores articulem um conjunto de lutas para garantir direitos, tanto sociais, como de apropriação e gestão dos recursos pesqueiros.

Nesse contexto, a organização dos pescadores ribeirinhos ganha centralidade, intensificando que os pescadores associem-se nas organizações representativas como: Colônias de Pescadores, Associações e outras.

Segundo Chaves et al (2003) e Rufinno (2005) tem sido notório a inserção política dos pescadores nos fóruns de tomada de decisão para a proposição de políticas no setor da pesca, de forma a legitimarem tais políticas, principalmente, no que concerne o manejo do recurso pesqueiro.

Mediante o exposto, a partir das contribuições de Campos (1993), Mello (1993), Maldonado (1993), Chaves et al (2003) e Rufinno (2005) observa-se que ao longo dos últimos 30 anos, os movimentos sociais da pesca vêm construindo sua história de luta que se constitui a partir da: luta contra as adversidades enfrentadas no cotidiano; resistência ao modelo de gerenciamento das colônias de pescadores, as quais eram comandadas por não pescadores; luta pelo direito de uso dos recursos pesqueiros; e, de acesso a bens e serviços sociais.

Para analisar esse contexto, a questão norteadora deste trabalho se pautou na construção histórica de como se deu o processo de organização política dos pescadores, especificamente, na comunidade Tauarú no município de Tabatinga-Am.

Vale observar, que do ponto de vista acadêmico, há carência de estudos aprofundados da organização política dos pescadores, principalmente, referente ao Estado do Amazonas. E as inferências existentes tratam, na sua maioria, desse movimento ocorrido no Pará e normalmente são formulações sobre a análise de conflitos sociais existentes em áreas de pesca. Portanto, a mobilização organizativa dos pescadores não tem sido eixo central de discussão no conjunto dos estudos.

No Amazonas tem havido um esforço para a realização de estudos nessa mesma direção por parte da Universidade Federal do Amazonas. Porém, tais pesquisas têm priorizado uma compreensão mais voltada às formas de organização da produção pesqueira, estoque pesqueiro, diversidade de espécies, concentrados, na sua maioria.

Segundo Campos (1993) e Mello (1993) os movimentos sociais dos pescadores não eram percebidos como movimento capaz de reivindicar direitos. Dessa forma, a relevância deste estudo, em que pese suas fragilidades, está em busca de contribuir para o debate acerca da organização política dos pescadores ribeirinhos.

A escolha desta temática se deu em decorrência da inserção da pesquisadora no Grupo Pesquisa Inter-Ação², o que possibilitou participar do projeto de pesquisa intitulado “A caracterização sócio-econômica da atividade pesqueira e da estrutura de comercialização do pescado na Calha do Solimões-Amazonas”. Este projeto foi realizado no período de 2002 a 2004, com financiamento do Programa de Estudos Estratégicos do Pró-Várzea/IBAMA/PPG-7 e executado pelo Grupo de pesquisa Pyrá³ em rede com o Grupo Inter-Ação. O referido projeto objetivou caracterizar a cadeia produtiva e seu encadeamento com o mercado local, regional, nacional e internacional; caracterizar as condições de vida dos pescadores; organização social dos trabalhadores da pesca (envolvendo os diversos agentes sociais envolvidos – pescadores ribeirinhos, comerciais, profissionais, atravessadores, balanceiros entre outros); e identificar a identidade política e organização política dos pescadores.

Vale enfatizar, que em 2006 o Grupo Inter-Ação desenvolveu um segundo projeto de estudo nas comunidades de Tabatinga intitulado “Estudo-diagnóstico sobre o modo de produção pesqueira para implantação de empreendimentos solidários nas comunidades ribeirinhas nos municípios de Coari e Tabatinga/AM”, subsidiando a construção deste trabalho a partir das informações levantadas.

² Grupo de Pesquisa Interdisciplinar de Estudos Sócio-Ambientais e de Desenvolvimento de Tecnologias Apropriadas na Amazônia, Diretório 5.0 CNPq, vinculado ao Departamento de Serviço Social da UFAM.

³ Programa de Recursos da Várzea, vinculado ao Departamento de Pesca.

A área do estudo está localizada a margem direita na calha do rio Solimões-Amazonas, abrangendo a comunidade de Tauarú, zona rural do município de Tabatinga/AM. Na referida comunidade há um total de 75 famílias⁴, com aproximadamente 563 moradores, a qual possui um total de 09 associações organizativas.

A proposta metodológica utilizada se pautou na desenvolvida pelo Grupo *Inter-Ação*, a qual se configura como uma modalidade de pesquisa-ação que considera: o envolvimento da população no projeto como protagonistas de sua própria história; o engajamento e participação dos sujeitos nas atividades; relação entre os saberes tradicional e científico; relação dos dados quantitativos e qualitativos; realização de um conjunto de ações sócio-educativas para fortalecimento da organização comunitária como instrumento necessário para implementação de propostas de políticas públicas, de forma a possibilitar a resolução de problemas a partir da demanda comunitária.

Vale informar, que o presente estudo adotou os princípios acima supracitados, porém, a responsabilidade deste foi de proporcionar um estudo analítico da organização política da comunidade Tauarú, objeto deste estudo, não havendo a implementação de ações sócio-educativas.

O estudo de cunho investigativo abrangeu a associação de dados quantitativos e qualitativos coletados junto aos representantes formais e informais dos pescadores ribeirinhos na comunidade Tauarú. Vale enfatizar que, segundo Queiroz (1992), os dados qualitativos “procuram captar a maneira de ser do objeto pesquisado, isto é, tudo o que o diferencia dos demais” (p.13).

Neste estudo, foi adotado um conjunto de instrumentos e técnicas compatíveis e complementares entre si, de forma a possibilitar a complementação das informações e superar limites existentes numa ou noutra técnica, possibilitando, ainda, a organicidade do conjunto das informações obtidas.

O estudo se configurou de três fases: *primeira fase* - pesquisa bibliográfica e pesquisa documental: revisão bibliográfica para construção do quadro de referência teórico e metodológico e fundamentação das categorias analíticas explicativas do estudo; *segunda fase* - pesquisa de campo com uso de técnicas de coleta de dados; *terceira fase* - a organização, sistematização e análise dos dados/informações coletados e elaboração desta dissertação.

⁴ Pesquisa de campo realizada pelo Grupo de Pesquisa *Inter-Ação* no período de janeiro a fevereiro de 2006 no projeto intitulado “Estudo-diagnóstico sobre o modo de produção pesqueira para implantação de empreendimentos solidários nas comunidades ribeirinhas nos municípios de Coari e Tabatinga/AM”.

O recorte metodológico adotado decorreu da percepção de que as populações que participam dos estudos são agentes importantes na formulação de novos saberes, no desvendamento da trama da realidade. Pois, segundo Chaves (2001), estes são portadores de um conjunto de faculdades que a ciência tradicional vem negando ao longo da história.

As técnicas e instrumentos utilizados serviram de complemento de análise dos dados consolidados no Banco de Dados da pesquisa “Estudo-diagnóstico sobre o modo de organização da produção pesqueira para implantação de empreendimentos solidários nas comunidades ribeirinhas nos municípios de Coari e Tabatinga Amazonas”.

Vale destacar que, segundo Queiroz, as técnicas não possuem uma função diretamente explicativa, mas busca operar reuniões de dados segundo esquemas específicos, com a finalidade de analisá-lo, possibilitando a um conhecimento de significados implícitos ou latentes, as quais são operacionalizadas de forma diferenciada (1992, p. 25).

Com isso, utilizou-se como técnica a observação participante - representando um processo de interação entre teoria e método dirigido à produção de conhecimentos, em que o pesquisador participa das atividades dos agentes sociais observados (reuniões, comemorações entre outros). Considera-se, segundo Haguette (2003) que esta técnica é importante na tentativa de apreender as experiências diárias dos agentes sociais da pesquisa, a partir de sua visão de mundo, bem como suas próprias ações no contexto comunitário; Registro das conversas semi-formais (em caderno de campo) obter de modo simples informações qualificadas de elementos que possibilitaram construir o quadro analítico concernente à organização política dos pescadores na comunidade; Entrevista semi-estruturada (Apêndice A) – esta sendo um processo de interação entre entrevistado-entrevistador. A entrevista foi realizada para fornecer informações qualificadas, mediante autorização dos informantes-chaves entrevistados (informantes-chave - lideranças formais e informais dos pescadores ribeirinhos); Registro fonográfico (com uso do gravador MP3) foi realizado com o objetivo de registrar informações que não seriam possíveis de registrar em caderno de campo, bem como possibilitar o registro fidedigno dos depoimentos dos agentes sociais participantes da pesquisa; Registro fotográfico foi realizado com intuito de registrar o locus da pesquisa a ser entregue à comunidade.

Os sujeitos que participaram da pesquisa são caracterizados como informantes-chave, pela condição de serem possuidores de conhecimentos resultantes da vivência no cotidiano do processo político organizativo dos pescadores (Chaves, 2001). O contato com os informantes-

chave caracterizou-se como fundamental para a possibilidade de conhecimento de acontecimentos da comunidade, permitindo a qualificação dos dados coletados.

Assim, os critérios para participação na pesquisa definiu-se da seguinte forma: representantes formais dos pescadores da comunidade, eleitos formalmente; líderes comunitários (presidente de associação; líder religioso; diretor da escola); vínculo formal e/ou informal com a Associação de Pescadores de Tauarú.

A pesquisa considerou 100% dos líderes formais – membros da Associação de Pescadores de Tauarú, bem como os informais (agentes sociais da comunidade que possuem influências nas tomadas de decisão do grupo, os quais dispõem de informações qualificadas acerca do processo de organização social da comunidade). Para tanto, foram entrevistados 05 líderes formais e 04 informais na comunidade.

Vale destacar que, as conversas informais em reuniões, momento da limpa da farinha, momento das refeições se configuraram como importante para registrar informações que possibilitou o entendimento da dinâmica interna da comunidade. Na pesquisa de campo foi possível obter informações com o Presidente da Colônia Z-24, assim como com 01 técnico do IDAM que acompanha a área (onde se localiza a comunidade) e o gerente do IDAM, os quais disponibilizaram informações acerca do processo organizativo dos pescadores na comunidade. Isso possibilitou a construção do quadro das relações estabelecidas entre as instituições do setor da pesca e os representantes das associações existentes na comunidade de Tauarú.

O referido trabalho está estruturado em quatro capítulos. O primeiro sintetiza a discussão acerca da organização política, a partir de autores como Jacobi (1989), Souza (2003), Portelli (1977), Ademar Bogo (2005), Scherer-Warren (2006), Gohn (2006), com enfoque na configuração dos movimentos sociais enquanto alternativas e estratégias para o atendimento às reais demandas dos grupos organizados.

O segundo capítulo trata de forma sucinta do debate construído nos últimos anos acerca dos movimentos sociais de pescadores, destacando as mudanças no contexto da pesca que indicam a emergência dos M.S's de pescadores, a partir de autores como Furtado (1993), Petrere (1978), Leonel (1998), Mello (1993), Nascimento (2001), Lima (2001), Campos (1993), Batista & Chaves (2003).

No terceiro capítulo será tratado da caracterização do município de Tabatinga, apresentando as principais dimensões da atividade da pesca, as problemáticas vivenciadas no

contexto da atividade em Tabatinga, destacando a criação da Associação de Pescadores e, posteriormente, a mudança para Colônia de Pescadores.

Tal caracterização se configurou como importante, uma vez que é em função das ações estratégicas da Colônia Z-24 que se desencadeou o processo de organização da Associação de Pescadores em Tauarú – APT. A Colônia ao direcionar ações voltadas para as comunidades de Tabatinga, incentivou a criação de associações nas comunidades *pesqueiras em Tabatinga*, com intuito de estabelecer articulações para maior legitimidade da Colônia junto aos pescadores, bem como articular parceiras com as associações nas comunidades, para o enfrentamento das dificuldades na pesca.

No quarto capítulo delinea-se à guisa de conclusão, com destaque dos pontos importantes relacionados a organização política dos pescadores em Tauarú, bem como das relações estabelecidas, por parte da Associação de Pescadores, em relação às organizações sociais existentes na comunidade: Associação de Produtores Rurais e a Igreja.

O estudo com o objetivo de colaborar na discussão acerca da organização política dos pescadores, identificou que a despeito das fragilidades da Associação de Pescadores de Tauarú, há o interesse e motivação desta em retomar as atividades e dar um novo direcionamento para suas ações. Pois, destaca-se que a organização política se configura como fundamental para acesso aos direitos sociais, principalmente, no que se refere ao uso dos recursos pesqueiros. Assim, novos caminhos precisam lançar luz para o processo de potencialização e fortalecimento dos movimentos sociais de pescadores.

CAPÍTULO I

Organização Política e Movimentos Sociais: principais categorias de análise

Os movimentos sociais são objetos de estudo permanente. Enquanto a humanidade não resolver seus problemas básicos de desigualdades sociais, opressão e exclusão, haverá lutas, haverá movimentos.

(GOHN, 2006, p.20)

A análise da organização política dos pescadores imprime a necessidade de compreender como esta se processou na história dos Movimentos Sociais (M.S's) na Amazônia. Entende-se que o movimento social de pescadores não pode ser desvinculado do processo de organização dos movimentos sociais que marcaram a sociedade brasileira.

Para tanto, faz-se necessário apresentar o contexto que configurou o surgimento dos M.S's na sociedade, porém não com propósito de desenvolver um resgate histórico e analítico destes, mas na tentativa de apresentar alguns elementos que contribuam para análise da organização política dos pescadores na região Amazônica. Para isso, será necessário ainda, apresentar o entendimento do que se considera M.S's.

Segundo Chaves (2001) a construção histórica dos movimentos sociais no setor da pesca em sua dinâmica particular não pode ser entendida de forma desvinculado da história dos movimentos sociais da região amazônica, bem como da sociedade brasileira. Tendo em vista que a constituição do processo de organização política dos segmentos, que compõem o

cenário rural brasileiro, deriva de determinantes da configuração de sua práxis, questão fundamental para conhecer e apreender o processo organizativo dos pescadores ribeirinhos.

Para tanto, analisar como se deu o processo de organização política dos pescadores no estado do Amazonas, exige apresentar as características analíticas que permeará todo o trabalho, possibilitando situar o pano de fundo que se insere a organização política dos pescadores ribeirinhos.

Nesse sentido, neste capítulo será discutido acerca dos elementos centrais que caracterizam a organização política, articulando-a com a relação entre Estado e sociedade civil, enfocando ainda a participação, de forma a analisar como esta se configura no espaço de tomada de decisão e como esta possibilita a articulação no processo de mobilização.

1.1 Organização Política x Movimentos Sociais

Para tratar sobre a organização política na atualidade, faz-se necessário contextualizar as problemáticas e desafios que se apresentam na sociedade e, também, fazer breve discussão sobre a trajetória histórica de transformação dos movimentos sociais na sociedade.

Nesse sentido, a argumentação de Morin (2003) imprime uma análise – *um pensador provocativo empenhado radicalmente no desprendimento das idéias dominantes* que se posiciona nos grandes debates a partir de um marxismo *sério e liberto* (Rodrigues & Carvalho, 2004, p. 9) – em que a sociedade vivencia um quadro de imprevisibilidade diante dos grandes acontecimentos no mundo global, o qual carrega em seu processo histórico um conjunto de contradições que delineia um quadro ainda mais conturbado para o futuro.

Dessa forma, tomando como referência a abordagem do autor supracitado, há dificuldades em estabelecer uma previsão de futuro, uma vez que o mundo vivencia um contexto de ordem e desordem. Tal contexto exige, portanto, esforços para o desenvolvimento de estratégias de ação face aos grandes acontecimentos catastróficos ocorridos no mundo globalizado.

Morin (2003) enfatiza que uma forma de sinalizar questões importantes no que se refere ao esforço de pensar estratégias de enfrentamento das problemáticas que atingem o contexto global da sociedade é a organização política. Pois, esta se configura como um instrumento de luta centrada na possibilidade de construção e consolidação da cidadania, uma vez que, é inimaginável pensar em mudança social sem de fato haver a consolidação da

cidadania. No entanto, falar nessa consolidação faz-se necessário no sentido de discutir a participação e, conseqüentemente, a cidadania enquanto categorias analíticas imprescindíveis para entender a organização política.

Nesta direção, Demo (2001) aponta a necessidade de trabalhar a organização política enquanto ponto decisivo no confronto entre sociedade e Estado, já que este último detentor da hegemonia acaba por direcionar muitas vezes a atuação dos movimentos, ou seja, movimentos sociais são cooptados, outros são organizados de forma verticalizada, em que o Estado define a forma de atuação, bem como os líderes. Com isso, dá continuidade a manutenção do seu papel controlador, manipulando a primeira em favor de seus interesses. Vale destacar, que a relação entre Estado e sociedade configura-se por algo maior e mais complexo. A esse respeito pode-se afirmar que o Estado é um grande articulador das forças hegemônicas, motivo pelo qual o torna forte (DEMO, 2001).

Mediante o exposto, observa-se um processo de organização fragilizada. Porém, não se pode deixar de considerar que a organização política (do conjunto da população excluída do acesso a direitos sociais) constitui-se como um instrumento de possibilidades, seja no acesso a direitos e bens e serviços sociais, seja na conquista de espaços políticos de tomada de decisão.

Para Jacobi (1989), a organização política está inserida num conjunto de co-relação de forças entre Estado e sociedade civil, em que as classes desfavorecidas, no seu sentido amplo, incorporam a participação e a liderança, enquanto elementos-chave do processo organizativo. E é nesse contexto de luta por direitos (legitimidade de representação/participação, acesso a direitos sociais de base entre outros), que nascem novas formas de organização, com conteúdos e formas diferenciadas de mobilização e articulação que conquistam espaços de poder fora ou dentro do Estado, tendo a democracia como um pólo catalisador, unificador dessas organizações. Portanto,

(...) na conjuntura da crise do autoritarismo e da transição à democracia, o papel das práticas coletivas está fortemente condicionado pela experiência de resistência aos regimes autoritários e pela emergência e recriação das lutas pela cidadania. Apesar das dificuldades de articulação, principalmente em virtude da situação política e do nível de repressão, nos mais distantes bairros da cidade surgem diferentes formas de organização popular que resultam da capacidade dos moradores de explicitar publicamente as suas demandas em prol de melhores condições de vida e de acesso a direitos sociais básicos (JACOBI, 1989, p.15).

Souza (2003) ao discutir a relação entre Estado e sociedade civil destaca que em meio às contradições identificadas na sociedade, a emergência dos movimentos sociais, em que pese suas limitações, na “luta contra o autoritarismo produziu uma nova etapa de “liberalização dos Estados, uma vez que a luta pela democracia passa pela reconquista dos Estados Nacionais e por uma nova articulação”(idem) da economia e da política a nível mundial (p.31).

Souza (1991), afirma que a organização política deve ser apreendida como uma *articulação consciente*, em defesa de necessidades e interesses comuns, “percebidos coletivamente, que alimentam ações coordenadas e que buscam satisfazer a esses interesses coletivos” (p.23), em que a consciência se constitui como um elemento imprescindível na condução da organização. Vale enfatizar, portanto, que para a autora a história é testemunha de que tal processo não se efetiva apenas como fruto da boa vontade de algumas lideranças, mas demanda um esforço contínuo e uma árdua mobilização dos agentes.

Referente a essa discussão Demo afirma que a organização política é o

(...) primeiro canal de participação, seja ao nível da aglutinação de interesses (grupos de interesse), seja ao nível da composição localizada (comunidades). Algumas formas de organização já são clássicas na democracia. Como partidos, sindicatos, cooperativas e outras expressões associativas, dentro ou fora do espaço econômico (2001, p. 25).

Conforme a assertiva de Demo (idem) são estas organizações que garantem a qualidade da democracia. No entanto, invertendo o discurso: se não houver a qualidade destas organizações, estas espelham *a falta de qualidade democrática da própria sociedade*.

Assim, a organização política indica condições necessárias para o processo de conquista efetiva da cidadania. Nesse processo, a sociedade civil constitui-se como importante para articulações e mobilizações de forma propositiva no processo de tomada de decisão e implementação de políticas.

Nesse processo, Portelli (1977) contribui ao destacar a concepção de Gramsci sobre sociedade política, a qual “agrupa o conjunto das atividades da superestrutura, que dizem respeito à função de coerção” (p.33). Nessa direção, para o autor, ela se configura como um prolongamento da sociedade civil, isso a partir de uma análise dos diversos níveis da formação de um sistema hegemônico, em que o “momento político-militar é o prolongamento e concretização da direção econômica e ideológica que uma classe exerce sobre a sociedade” (p.33).

Assim, a conquista do poder político se direciona para o controle da sociedade, outrossim, a “sociedade política só deve desempenhar, no sistema hegemônico, um papel secundário”(p.33). Dessa forma, a sociedade política, tem como função o exercício da coerção, da manutenção, pela força, da ordem estabelecida, porém não se restringe ao simples domínio militar, mas ao mesmo tempo ao “governo jurídico, ‘força ‘legal’” (PORTELLI, 1977, p. 33.).

Conforme Portelli (idem) discute, na concepção de Gramsci “o direito é o aspecto repressivo e negativo de qualquer atividade positiva de civilização realizada pelo Estado”. Assim, no que concerne a concepção de coerção, para Portelli (1977) Gramsci distingue diversos aspectos na sociedade política, considerando o vínculo desta, “mais ou menos estreito com a sociedade civil” (p. 33).

Para tanto, o autor enfatiza que o entendimento de sociedade política, assim como a de sociedade civil, é que ambas são funcional, destarte não se “traduz totalmente em organizações superestruturais”. Além disso, para o referido autor “a sociedade política presta-se mais a uma definição orgânica” (p. 33). Sendo assim, a sociedade civil e sociedade política são, portanto, estreitamente permeadas no interior da superestrutura.

Ademar Bogo (2005), ao teorizar a organização política da classe trabalhadora, a partir dos escritos de Engels, Karl Marx, Lênin, Rosa Luxemburgo e Mao Tse-tung, tratando da questão acima referida, considera que, atualmente, vivencia-se uma apatia política nas organizações de classe, resultado da crise que se estabeleceu no instrumento condutor dos processos revolucionários - a queda do socialismo real – dificultando o estabelecimento de pontos de referência que firme as convicções de caráter revolucionário, o que afeta os diversos movimentos sociais de forma global. Porém, conforme afirma Bogo

É preciso retomar as lutas de massas, reconstruir as convicções voltadas para os desafios de nosso tempo, respeitar a cultura local, formular métodos adequados, multiplicar lideranças, reafirmar princípios interligados com a ética revolucionária, estabelecer valores a serem praticados e desenvolver uma mística que alimente e unifique a vontade de chegarmos do outro lado das crises, vitoriosos (2005, p.10).

Para Bogo (2004), a organização como um canal de luta, representa uma classe no processo das lutas sociais, mesmo que esta representação se apresente de forma fragilizada nos últimos anos. Para o autor, é preciso considerar que esta organização é marcada pela história em que classes sociais se organizaram na luta pela solução das problemáticas

vivenciadas, forçando assim o próprio Estado a reconhecer e assumir legalmente os direitos reivindicados.

Nesse processo de reivindicações, conforme Bogo (2004), são estabelecidas correlações de força entre sociedade civil organizada e Estado, em que emergem, no interior das lutas de classe, um conjunto de atores sociais, até então excluídos do acesso a direitos sociais, os quais se mobilizam, de forma a constituir-se como M.S's.

Para Scherer-Warren (2006), a organização política deixa de caracterizar a representação específica de uma classe, mas também de grupos sociais, os quais se configuram como movimentos articulados para reivindicar direitos, bem como para se contrapor a forma, como – a exemplo das políticas públicas – implementam-se na sociedade, sem considerar as especificidades dos grupos. Para a autora o “espírito democrático” se reacende no seio dos movimentos sociais na nova ordem mundial, pois com a queda do muro de Berlim e a queda de muitos regimes ditatoriais nos países periféricos, a democracia emerge como valor universal e é apropriada pelo discurso político dos movimentos sociais.

Nessa perspectiva, Scherer-Warren (2006) afirma que esse “espírito democrático” incorpora novos significados, incorporando na democracia não só mecanismos universais abstratos de “igualitarismos” (civis, de direitos políticos, etc.), mas de reconhecimentos aos direitos à diferença (cultural, étnica, de gênero, etária, etc.) (p. 102).

Vale destacar que esse entendimento de Warren-Scherer (2006) contribui para o referido estudo, uma vez que este toma como base o entendimento de que a organização política se configura como a organização de um grupo, não reduzindo apenas as condições de classe.

Uma vez que, limitar a organização a uma classe social desconsidera-se todo e qualquer movimento popular que se organiza para defender interesses coletivos/comuns.

Para a autora supracitada, a realidade dos movimentos sociais possui uma dinâmica complexa, em que as teorizações, sobre o seu conceito, não têm conseguido acompanhar esse dinamismo. Além disso, muitas discussões acerca dos movimentos sociais, o tratam a partir de seu caráter prático, desconsiderando o teor conceitual que permeia a sua operacionalização.

Scherer-Warren (1989) ao desenvolver seu ensaio de interpretação sociológica sobre os Movimentos Sociais, define-os como: a) um grupo mais ou menos organizado, sob uma liderança determinada ou não; b) possui um programa, objetivos ou plano comum; c) basea-se

numa mesma doutrina (princípios valorativos ou ideologia), objetivam atingir um fim específico ou uma mudança social (1989, p.12).

A autora contribui no entendimento dos M.S's ao afirmar que estes, no contexto da sociedade globalizada e informatizada, em diversos países, como também no Brasil, se diversificaram e se complexificaram, necessitando assim, de revisões e/ou atualizações perante a emergência de novos sujeitos sociais, bem como dos cenários políticos.

Nessa perspectiva, Scherer-Warren (1989) propõe analisar os movimentos sociais numa perspectiva de ação transformadora, destacando-se:

- no contexto de sua dinâmica (sua práxis);
- na proposta de uma ação transformadora (seu projeto);
- dos princípios que orienta a proposta (sua ideologia);
- dos condutores do movimento (sua direção ou organização);

Para Scherer-Warren (1989) estas noções fundamentam a compreensão da dinâmica dos movimentos sociais. Outra contribuição importante da autora ao analisar os movimentos sociais, refere-se à concepção de social, entendida como “[...] um conjunto de relações sociais comandadas por uma dialética de opressão e de libertação” (p. 08). Tal concepção direciona a forma de atuação dos M.S's.

Na perspectiva de buscar uma teorização dos M.S's, Gohn (2006) afirma que essa é uma tarefa difícil, porém necessária tendo em vista que estes ganharam visibilidade na própria sociedade, enquanto fenômeno histórico concreto, os quais são decorrentes de lutas sociais. Para Gohn (2006) os M.S's “colocam atores específicos sob as luzes da ribalta em períodos determinados. Com as mudanças estruturais e conjunturais da sociedade civil e política, eles se transformam” (p.20).

Para a autora, os estudos marxistas sobre movimentos sociais, defendem que estes não surgem de forma espontânea. Gohn (2006) afirma que o que gera estes movimentos são: “as organizações de cidadãos de consumidores, de usuários de bens e serviços sociais que atuam junto a bases sociais mobilizadas por problemas decorrentes de seus interesses cotidianos”, ou seja, eles “não existem *a priori*, tornam-se movimento pelas ações práticas dos homens na história” (2006, p. 174). A autora enfatiza, ao desenvolver sua análise sobre a teoria dos movimentos sociais que Scherer-Warren em diversos estudos sobre movimentos sociais contribui na teorização dos M.S's, ao observar que Marx “foi um dos mais importantes

criadores de um projeto de transformação radical da estrutura social, projeto este de superação das condições de opressão de classe” (SHERER-WARREN, 1987 *apud* GOHN, 2006 p. 34).

Nessa direção, Gohn afirma que Scherer-Warren atribui aos movimentos sociais uma determinada construção de classe social, pois

A manifestação de interesses comuns e a realização dos que vivem sob as mesmas condições de exploração criam a possibilidade de uma consciência de classe. Quando as classes conscientes geram um movimento social e uma organização de classe, desenvolvem uma ideologia própria de classe (SHERER-WARREN, 1987 *apud* GOHN, 2006 p. 34).

Segundo Sherer-Warren (2000), para analisar os movimentos sociais, enquanto categoria analítica, faz-se necessário diferenciar as diversas práticas concretas denominadas de movimentos sociais, a qual deve ser buscada “nos processos que transcendem os sujeitos coletivos em suas práticas particulares” (p. 24). Desta forma, a autora define movimentos sociais como “um conjunto de referências simbólicas, num campo de valores e de práticas sociais, que vai sendo construído na memória e na ação coletiva, penetrando em vários níveis, nas relações familiares, comunitárias e societárias, no local, no nacional e no planetário” (ROSSIAUD & SCHERER-WARREN, 2000, p. 24).

Para a autora, é imprescindível que essa análise seja realizada ao examinar como esta forma “de ser movimento reflete na organização, nas estratégias, nos ideários e objetivos das práticas coletivas” (idem).

Essas questões contribuem, portanto, para o entendimento dos movimentos sociais, no contexto atual, os quais são apresentados a partir de um discurso de fragilidade política, em que os mesmos não se apresentam com clareza, bem como a falta de um objetivo claro que sustente sua luta política. Segundo Ademar Bogo (2005), tal fragilidade é ocasionada pela falta de capacidade política, configurando-se como uma das principais dificuldades das organizações representativas atualmente. Para o autor, há necessidade da luta pela capacidade de organização das classes desprovidas de direitos, de forma que estas possam ter conhecimento e apropriação dos mesmos para assim acessá-los. Bogo (2005) enfatiza que o processo organizativo é um processo lento e árduo, mas que *possui potencial para fortalecer-se e tornar-se forte* e, portanto, reconhecido como tal.

Em relação e esse processo lento do processo de organização política Campione (2003) afirma que na conjuntura atual, para além do potencial do processo organizativo, trata-

se, principalmente, de “convencer as pessoas a respeito da justiça das lutas, mas de convencê-las de que as lutas são viáveis e úteis, e podem ser conduzidas de modo a incrementar a capacidade de ação autônoma a partir de ‘baixo’” (p. 61).

Porém, para isso, segundo Campione (2003), faz-se necessário continuar pensando na revolução social, entendendo-a a partir de duas questões: a) enquanto *processo* e não *acontecimento*; b) de uma maneira em que se componente de ‘iniciativa popular’, de autogoverno e auto-organização das massas, de geração e difusão de uma ‘visão do mundo’ antagônica à predominante ocupe um lugar tão ou mais importante que a conquista do aparato do Estado ou adoção de medidas de ‘expropriação dos expropriadores’ (p. 61).

A partir disso Campione (2003) afirma que pensar em um projeto revolucionário no contexto da sociedade brasileira exige um esforço coletivo, capaz de superar as imposições do sistema capitalista. O autor na tentativa de realizar proposições de como se processa essa superação faz os seguintes questionamentos: a) qual seria esse movimento forte capaz de pensar um novo modelo de sociedade? Seria possível com a globalização e política neoliberal, de fato, empreitar um novo projeto político? Tais questões configuram-se como importantes para pensar o contexto interno dos movimentos sociais, bem como para compreender os rumos das alianças e estratégias utilizadas por estes. Isso porque, segundo a perspectiva gramsciana, na sociedade o elemento fundante é a existência efetiva de *governantes e governados*.

Gohn (2001) afirma, no que concerne a fragilidade dos M.S’s, que é preciso reconhecer as diferenças no âmbito destes, pois isso é determinante para caracterizar um movimento como forte ou não, pois em geral os movimentos sociais apresentam um conjunto de reivindicações similares, seja na área urbana e rural, porém o que os diferencia *substancialmente* é a sua origem – o seu processo histórico.

Nesse contexto, a autora destaca “três formas básicas de agregação das demandas populares relativas às suas necessidades no setor urbano” (p. 23), as quais estão relacionadas no processo interno dos movimentos sociais, quais sejam:

- O processo de desenvolvimento histórico;
- Articulações e relações sociais, internas e externas;
- Práticas de encaminhamento das demandas;
- Projetos político- ideológicos e, finalmente;

- Quando aos produtos configurados por suas ações no espaço urbano;

Tais elementos apontados por Gohn (2001) aparecem no contexto dos MS's da Amazônia, principalmente, nas comunidades rurais. Porém, pode-se acrescentar outros elementos, devido a especificidade do modo de vida das populações rurais, quais sejam:

- A dinâmica da comunidade que se diferencia em relação à sociedade urbana industrial;
- A centralidade da religião no processo de organização social;
- O domínio sobre o território, numa relação homem-natureza-território (processo de adaptação ao meio);

Retomando o argumento de Bogo, referente à fragilidade dos MS's, este indica que é possível assinalar a existência de uma pobreza política, conforme trabalhada por Demo (2001). Este afirma que a pobreza política configura-se como a privação de uma pessoa de sua cidadania, vivendo em “estado de manipulação, ou destituída da consciência de sua opressão, ou coibida de se organizar em defesa de seus direitos” (p. 09). Para Demo (2001), a pobreza política é “uma tragédia histórica, na mesma dimensão da pobreza sócio-econômica, e se retrata, entre outras coisas, na dificuldade de formação de um povo capaz de gerir seu próprio destino e na dificuldade de institucionalização da democracia” (p.10).

Essa argumentação apresenta-se de forma radical, podendo desconsiderar as diversas lutas travadas por diversos grupos sociais, os quais a partir de um conjunto de articulações e mobilizações políticas, inserem-se no processo de tomada de decisão, bem acessam direitos sociais.

Ainda, no que se refere à fragilidade dos MS's, Reis (2000), ao tratar da natureza da política e dos desafios que se antepõem à tarefa de constituir uma consciência política, em seu livro: *Política e Racionalidade: problemas de teoria e método de uma sociologia crítica da política*, destaca que uma problemática vivenciada no processo de organização dos movimentos refere-se à questão prática, sendo percebida como algo inerente à própria atividade política. Pois, do ponto de vista prático, a organização política abrange apenas a cidadania civil, a qual reside exclusivamente no voto, em que outras formas de participação são excluídas, ou muita das vezes desencorajadas.

Nesse contexto, Reis (2000) discute acerca da representação política, que segundo ele desencadeia a problemática da democracia representativa. Para o autor, os representados na

maioria das vezes ficam à margem das decisões, em que os interesses defendidos não atendem às suas reais demandas, mas sim a dos seus representantes de associações e organizações, uma vez que nesse jogo, os interesses particulares ganham relevância em detrimento aos interesses coletivos.

Referente à essa questão, numa abordagem sobre os movimentos sociais, Campione (2003), ratifica que essa problemática social é fundada no antagonismo existente na relação entre representante e representado, a qual ocorre em decorrência do caráter econômico de interesses particulares se sobressair, estimulando conflitos internos e externos – fato este que ocorre em uma dada organização. O autor afirma que Gramsci tratando, mais especificamente da luta de classes, afirma que a “disputa de classes fica assim explicada como um fenômeno multívoco, cujas diversidades e complexidades aumentam com a diversidade e a complexidade das sociedades” (p. 15).

Diante do exposto, faz-se necessário retomar a questão apresentada por Demo (2001) – no que concerne a *pobreza política* - para dimensionar o fato de afirmar que os MS's apresentam fragilidades. Para o autor, não têm como negar que grande parcela da população, ainda, se apresenta desvinculada dos processos organizativos, bem como com a falta de uma participação mais qualificada, ou seja, uma participação em que os agentes sociais tenham voz ativa, com capacidade de mobilizar e arregimentar forças.

O autor afirma, ainda, que os limites na atuação dos agentes sociais ocorrem em decorrência de uma prática assistencialista que distribui “algumas migalhas materiais em troca da desmobilização política das massas e dos movimentos sociais” (p.11). Segundo Demo (idem) esta lógica, ainda é vivenciada, por exemplo, no contexto de MS's que se constituem em municípios, bem como em comunidades rurais, os quais são formalizados de forma tutelada com representantes, não da base, mas de instituições estatais (p. 11).

Ao tomar como referência a abordagem do autor supracitado entende-se que a capacidade de organização ocorre na condução de uma luta em todas as suas fases: nos conflitos e embates econômicos, políticos, ideológicos e culturais.

Nessa direção, Chaves (2001) enfatiza que a participação exige instrumentalização qualificada (percepção do fluxo da história) para proceder à análise da situação e atuar de modo propositivo em defesa dos interesses que o agente social representa. Dessa forma, a participação vai além da simples presença nos fóruns de tomada de decisão, ou seja, não é só

estar presente e ter voz, mas, principalmente, expressar reflexões, discussões e defender idéias, o que, por sua vez, se aprende no processo.

Diante do exposto, para avançar na discussão sobre organização política e movimentos sociais, é fundamental compreender o que se entende por sociedade civil, uma vez que o conceito desta categoria se apresenta de certa maneira “controvertida”, ocasionando uma série de interpretações, bem como desencadeando diversos debates teóricos e conceituais.

1.1.1 Sociedade Civil: breve conceituação

Para entender o conceito de sociedade civil, tomar-se-á como base algumas definições desenvolvidas por Portelli (1977) a partir de autores como Marx, Engels e Gramsci, para possibilitar a compreensão de como se deu a construção desse termo. Tal discussão se apresenta como necessária, uma vez que, tratar da organização política, faz-se mister discutir acerca da sociedade civil em seu processo de organização.

Para situar o referido conceito, destaca-se a argumentação de Portelli (1977) que afirma que o tema central de Gramsci, o bloco histórico, enriqueceu a ciência política por trabalhar diversos temas, entre eles o de sociedade civil, os quais foram trabalhados também por Marx⁵. Segundo Portelli (1977), Gramsci e Marx partiram da obra de Hegel, o qual afirmava que *sociedade civil é ‘a direção intelectual e moral’*, porém ambos (Marx e Gramsci) “evoluíram no sentido oposto, pois Marx entendeu a noção hegeliana de ‘sociedade civil’ como o conjunto das relações econômicas” (1977, p. 17).

Para Marx, a sociedade civil, mais especificamente definida em *A ideologia Alemã*, representa

o verdadeiro centro, o verdadeiro palco da história (...). Ela abrange o conjunto das relações materiais dos indivíduos no interior de um estágio de desenvolvimento determinado das forças produtivas. Abrange o conjunto da vida comercial e industrial de uma etapa (MARX *apud* PORTELLI, 1977, p.18).

⁵ Para Guido Liguori que entende que o eixo central da discussão de Gramsci nos *Cadernos* não é de sociedade civil, como preconiza alguns autores como Bobbio, por exemplo, mas sim do Estado Ampliado. Para este autor Gramsci “não é como se tem dito, o analista da ‘crise do Estado’, mas o autor que melhor apreendeu, no campo marxista, a nova relação entre Estado e sociedade que se realiza na modernidade do século XX” (LIGUORI, 2003, p. 174).

Dessa forma, para Marx, a sociedade civil é considerada como *conjunto da estrutura econômica e social de um período determinado* (PORTELLI, 1977, p.18).

Para Gramsci o conceito de sociedade civil, indo em direção oposta a Marx, configura-se como “um complexo da superestrutura ideológica, configurando-se como o conjunto dos organismos, vulgarmente ditos privados, que correspondem à função de hegemonia que o grupo dominante exerce em toda a sociedade” (Portelli, 1977, p. 21). Assim, para Gramsci (*apud* Portelli, 1977), a sociedade civil é um todo complexo, possuindo um *campo muito extenso* configurando-se como capaz de *dirigir o bloco histórico*⁶, porém implicando adaptar seu conteúdo a partir de *categorias sociais que atinge*. De acordo com esta premissa, a sociedade civil, *pode ser considerada sob três aspectos complementares*: à sociedade civil *como ideologia da classe dominante; concepção de sociedade civil como concepção de mundo*.

O primeiro aspecto apresentado por Portelli (1977) refere-se à sociedade civil *como ideologia da classe dominante*, a qual abrange todos os ramos da ideologia, da arte à ciência, incluindo a economia, o direito; o segundo aspecto configura-se na concepção de sociedade civil como concepção de mundo, a qual é “difundida em todas as camadas sociais para vinculá-las à classe dirigente, *a qual(sic)* adapta-se a todos os grupos; advém daí seus diferentes graus qualitativos: filosofia, religião, senso comum, folclore”; o terceiro aspecto trata-se da sociedade civil *como direção ideológica da sociedade*, articulando-se em três níveis essenciais: *a ideologia* propriamente dita, a ‘estrutura ideológica’ – “isto é, as organizações que a criam e difundem -, e o ‘material’ideológico, isto é: os instrumentos técnicos de difusão da ideologia (sistema escolar, *mass media*, bibliotecas etc” (p. 21).

Para Portelli (1977), na esfera da ideologia⁷ no contexto da sociedade civil “*um dos aspectos essenciais consiste em sua articulação interna, isto é, na organização através da qual a classe dirigente difunde sua ideologia*” (p. 28). Conforme o autor, essa organização é qualificada por Gramsci como *estrutura ideológica da classe dirigente, entendendo-se por esse termo* “a organização material destinada a manter, defender e desenvolver a ‘frente teórica” (idem). Uma vez que Gramsci entende que na “estrutura ideológica não estão reunida somente

⁶ “‘Fusão’ de estrutura e superestrutura. É mais uma aliança de classes, pois implica a elaboração social de uma aliança baseada em necessidades econômicas concretas das classes sociais, visando uma sociedade nova (SECCO, Lincoln. **Gramsci e a Revolução**. Alameda: São Paulo: 2006).

⁷ Para Gramsci a ideologia se define como “uma concepção do mundo que se manifesta implicitamente na arte, no direito, na atividade econômica, em todas as manifestações da vida individual e coletiva” (*apud* PORTELLI, 1977, p. 17).

as organizações cuja função é difundir a ideologia, mas também todos os meios de comunicação social e todos os instrumentos que permitam influenciar “a opinião pública” (PORTELLI, 1977, p.28).

Segundo Portelli (1977), Gramsci “distingue, no seio da estrutura ideológica, as organizações encarregadas da difusão da ideologia daquelas que incorporam, em sua atividade geral, uma ‘fração cultural’” (p. 29). Entre estas, destaca, por exemplo, a magistratura e os oficiais do exército. “As organizações culturais propriamente ditas são a Igreja, a organização escolar e as organizações de imprensa” (pgs. 28-29).

Para definir melhor essa estrutura ideológica, faz-se necessário destacar o que Gramsci chama de estrutura e superestrutura. A primeira configura-se enquanto a economia, pois aqui *o Estado é o instrumento para adequar a sociedade civil à sociedade econômica*, em que o Estado é *a expressão da situação econômica* (Gramsci, CC, 1, 379 *apud* Liguori, 2003, p. 175). A segunda se constitui por dois ‘planos superestruturais’, ou seja, a ‘*sociedade civil*’ e a ‘*sociedade política ou Estado*’. Nos estudos sobre as superestruturas Gramsci *investiga a importância, a complexidade e as articulações internas* ocorridas no contexto da superestrutura. Vale enfatizar, portanto, que “nem por isso perde de vista o papel determinante da estrutura, ainda que no interior de uma concepção dialética da relação entre estrutura e superestrutura”, já que esta (estrutura) articula forças no seio da sociedade (CC, 1, 324 *apud* LIGUORI, 2003, p. 178).

Nesse sentido, a partir da concepção de estado ampliado de Gramsci, a sociedade civil constitui-se como “o conjunto das associações sindicais, políticas, culturais, etc., geralmente designadas como ‘privadas’ para distingui-las da esfera ‘pública’ do Estado”. Assim, o Estado, é “o sujeito da iniciativa político-cultural e atua por meio de canais aparentemente privados” (LIGUORI, 2003, p. 179).

Para Nogueira (2003), o conceito e estrutura da sociedade civil organizada configuram-se como instrumentos capazes de encontrar alternativas para essa nova postura, visto que possuem formas organizadas e articuladas de mobilização para influenciar na gestão de políticas públicas. Para o autor, a sociedade civil possui papel fundamental dentro de um estado democrático, uma vez que busca em meio à utopia explorar novas possibilidades de um novo sentido a política, de forma a criar uma correlação de forças para enfrentar a “governança mundial e dar sustentabilidade a governabilidade democrática” (NOGUEIRA, p. 24).

Para Nogueira (idem), a sociedade civil serve para fazer contraposição ao capitalismo, bem como para delinear “(...) estratégias de convivência com o mercado, para que se proponham programas democráticos radicais e para que se legitimem propostas de reforma gerencial no campo das políticas públicas” (p. 186).

Nessa mesma direção relacionada com o papel da sociedade civil na sociedade, Houtart (2001) afirma que é no contexto da sociedade civil que se criam as lutas sociais, que por sua vez, visam atender às necessidades coletivas; é neste cenário que se manifestam os conflitos, as disputas políticas e as contradições. A sociedade civil é o lugar onde se produzem as desigualdades sociais e em seu seio encontram-se instituições e organizações que representam interesses de classe divergentes. E é nesse amplo e contraditório espaço que se *embrionam* diversos projetos hegemônicos.

A exemplo dessa importância da sociedade civil, Houtart (2001) afirma que no Brasil, a organização desta desempenhou um papel significativo no processo de “democratização, ao impulsionar a transição do regime autoritário para a democracia”, e no período da ditadura militar, esta se configurou como tudo que se contrapunha ao Estado ditatorial (p. 15).

Diante do exposto, segundo Campione (2003) destaca-se a necessidade de discutir a problemática da formação de *intelectuais orgânicos* no processo de organização da sociedade civil, com capacidade “de protagonizar uma grande mudança político-cultural, que expanda da esquerda radical a um campo mais vasto de pensamento e ação crítica, estreitamente vinculado às organizações populares e aos movimentos sociais” (p.60).

A partir disso, Campione (2003) destaca que o Estado Capitalista prega a subalternidade, porém afirma que a sociedade possui liberdade e capacidade de organização. Porém, podem exercê-la desde que se *abstenham de tudo aquilo que possa perturbar as relações de poder existentes* (p.59). Pois, do contrário, o Estado, numa correlação de forças com a sociedade civil, empenha-se para proporcionar a desmobilização política das organizações e da população como um todo, uma vez que, para o Estado, tal desmobilização é fundamental estratégia de legitimação.

Referente a essa questão, Demo (2001) afirma que entendendo o Estado como um espaço de contradições, o mesmo em sua história nos apresenta a questão política como um “espaço de poder, onde se administra as discriminações sociais. É o cerne da desigualdade, porque não há poder que não tenha em si a marca da desigualdade: um lado que está por cima, outro que está por baixo” (p.15).

A esse respeito Chaves (2003) enfatiza que o Estado capitalista - o “Estado dos capitalistas”, exerce funções contraditórias na razão da necessidade de legitimação própria, em que as políticas públicas são elaboradas de acordo com a capacidade de interpretação dos conflitos e da manifestação de demandas históricas e emergentes, em que tais demandas são atendidas de forma a não trazer implicações para o desenvolvimento econômico. Na referida dinâmica “as reivindicações de segmentos populares são (re) interpretadas, secundarizadas diante das alianças com o poder econômico. Todavia, as instituições, para serem legitimadas socialmente, incorporam certas demandas que traduzem as necessidades dos segmentos empobrecidos” (p. 39). Assim, para Demo (1996) as instituições que constituem o Estado recorrem a processos de seleção, exclusão e inclusão⁸ promovendo um processo de seletividade das demandas a serem atendidas (p.15).

Souza (2003) afirma que nesse processo, o Estado define formas de controle político como mecanismos de manter e estabilizar a ordem dos regimes políticos, controlando, por sua vez, grupos sociais através da coerção econômica, estabelecendo ainda as regras do que é permitido ou é proibido existir como organização social. Tratando assim, de organizar e desorganizar a sociedade civil a partir dos interesses das classes dominantes.

A partir dessa questão, Gohn (2006) destaca a importância de Gramsci na análise dos M.S's no Brasil, segundo a autora, a cultura popular, as tradições, o folclore e as reivindicações das massas urbanas são alguns dos principais pontos, da análise Gramsciana, utilizados pelos analistas dos M.S's. A autora destaca que tais pontos referem-se “a problemática da construção da hegemonia popular ou contra-hegemonia à classe dominante” (p. 187), ou seja, a dificuldade da população se estabelecer, enquanto poder político, para dirigir e atender as necessidades coletivas, de forma a possibilitar transformação social por meio da politização e transformação da consciência das massas. Para isso, Gohn afirma que os M.S's configuram-se como fermento básico no contexto de mudança social para possibilitar o “processo de transformação da sociedade civil, em que

⁸No que se refere às ações de *inclusão social*, destaca-se que estas possuem duas formas articuladas e interdependentes: a inclusão econômica e a inclusão política. *Inclusão econômica*- abrange o acesso ao emprego e a renda, possibilitando o atendimento das necessidades de manutenção individual e coletiva da família e compreende a melhoria da qualidade de vida e incide, ao mesmo tempo em que contribui para o desenvolvimento sócio-econômico; *inclusão política* - usufruto dos direitos humanos, sociais e trabalhistas, na própria vivência da cidadania, enquanto emancipação sócio-histórica e de consolidação de democracia. (Pedro Demo, 1996).

seus valores e práticas, pelo desenvolvimento de uma contra-hegemonia sobre a ordem dominante” (2006, p. 187).

Para a autora os M.S’s seriam catalisadores dos elementos novos e inovadores nesse processo de mudança social. Porém, enfatiza a autora, tal fato é um fator complicador quando esses movimentos se relacionam com o Estado, que no jogo de forças atua por meio da coerção e busca de consenso, que de forma contestatória ou não, altera políticas, incorpora ou abre espaços novos às forças sociais que o pressionam (GOHN, 2006).

Gohn (2006) destaca que Gramsci - ao contrário de uma posição indutora do Estado por mudanças sociais – aponta para a existência de um processo dialético, conflituoso e contraditório no processo de mudanças sociais. Pois, no sistema de correlação de forças “cada pressão há uma resposta ou uma atuação antecipada. É uma luta. Se algum grau de democratização é obtido no processo, é graças às lutas e não à clarividência ou à predisposição de algum ator ou setor governamental” (p.188).

Nessa perspectiva, Gohn (2006) afirma que Gramsci resgata a política e as conjunturas específicas, possibilitando a abertura de caminhos para evitar análises mecanicistas e deterministas da história desencadeada por diversas análises sobre movimentos sociais. Nesse sentido, faz-se mister discutir a relação Estado e sociedade civil, para identificar elementos que apontam a correlação de forças existente nessa relação.

1.3 A emergência dos Movimentos Sociais

Pergunta-se sobre a atualização das teorias explicativas dos movimentos sociais, neste contexto do mundo globalizado. Procurando estimular o debate, o presente texto pretende resgatar na teoria contemporânea, a partir de contribuições de matrizes filosóficas e sociológicas, temas e categorias de análise relevantes para a compreensão deste fenômeno. Aceitando a idéia de que as construções teóricas não são neutras em relação à valores da humanidade, mas refletem concepções de mundo e formas de engajamento com o social. Assim, procurar-se-á, a partir do resgate de elementos que constituíram o processo de formação dos movimentos sociais, indicar um direcionamento analítico para se pensar uma transformação promotora da justiça social, da democracia e da cidadania.

Para tanto, a pretensão no presente estudo não é de travar um extenso debate teórico sobre os movimentos sociais, mas sim destacar algumas reflexões necessárias para subsidiar a discussão acerca da organização política dos pescadores. E para tratar do surgimento dos MS's no Brasil faz-se necessário destacar o contexto que estes se desencadearam, porém longe de traçar uma cronologia histórica, e sim destacar alguns marcos que possibilite analisar o surgimento do MS's de pescadores no Brasil e, mais especificamente, na Amazônia.

Dessa forma, destaca-se que os Movimentos Sociais (MS's) se configuram numa árdua tarefa para manutenção e defesa de conquistas de direitos, mobilização e fortalecimento dos agentes sociais engajados na luta por direitos. Segundo Ronconi (2004), essas lutas estão articuladas aos diversos acontecimentos sócio-econômicos, culturais e políticos.

Warren-Scherer (1989) ao iniciar tal discussão faz um resgate a partir de Lorenz Von Stein, estudioso da sociologia acadêmica, em que o termo “movimentos sociais” surgiu com, por volta de 1840. Este defende a necessidade de uma “ciência da sociedade que se dedicasse ao estudo dos movimentos sociais, tais como o movimento proletário francês e do comunismo e socialismo emergentes” (p. 12).

Para tanto, é possível resgatar a discussão de Warren-Scherer (1993) quando afirma que, na década de 80, a crise dos modelos e dos programas políticos questiona a atuação dos partidos, desencadeando a definição de novas estratégias e articulações de demandas e propostas sociais. E em decorrência disso os movimentos sociais passam a ter atenção especial.

Ao discutir sobre os M.S's Warren-Scherer (1993) enfatiza que estes se configuram como um espaço criativo, possibilitando identificar novas alternativas societárias. A autora se refere aqui, não a grandes projetos revolucionários, mas em experiências localizadas e concretas, podendo ser por sua vez mais eficaz e com efeito multiplicador, ou seja, ao lado “dos movimentos sociais tradicionais, surgem os novos movimentos – ecológicos, femininos, negros entre outros -, que ampliam as perspectiva de transformações sociais. Talvez seja nesses espaços que ocorram as práticas mais fecundas e originais” (1993, p.07).

A autora afirma ainda, que neste final de milênio há um conjunto de ações coletivas diferenciadas, reativas ou de resistência à nova ordem mundial, os quais se projetam no cenário público, expressando conflitos e utopias diversas, pois há nesse novo cenário o surgimento das novas formas dos atores se relacionarem, bem como de construírem suas identidades e ideários coletivos.

Para Gohn (2006) analisar a emergência dos M.S's no Brasil faz-se necessário destacar que os processos históricos-culturais do Brasil - sobre a lógica da modernização - engendraram processos econômicos, políticos e sociais distintos vivenciados a partir das décadas de 50 e 60. Vale enfatizar, que esta modernização partia de modelos de países de industrialização avançada. Nesse processo a realidade brasileira era analisada a partir de uma visão dualista: uma face moderna e outra atrasada.

Esse contexto vai possibilitar, segundo Gohn (2006), a realização de um conjunto de análises acerca das contradições sociais expressas como resultados do “próprio modelo capitalista implantado nos países subdesenvolvidos”, em que o discurso centra-se na integração do país ao conjunto dos países desenvolvidos (p.212).

Nesse processo, de implantação do capitalismo, segundo a autora, foi desencadeado e intensificado o processo de exclusão social, seja no sentido de marginalização, seja no processo de “superexploração da força de trabalho nos centros urbanos e de disponibilidade de um grande exército de reserva de mão-de-obra desqualificada, oriunda do campo – dado o processo de desagregação das relações socioeconômicas neste setor” (GOHN, 2006, p. 214).

Para Gohn (2006) é diante desse cenário, em que a população vivencia um conjunto de problemáticas sociais, acirradas a partir da relação capital-trabalho estimuladas pelo modo de produção capitalista, que emergem as principais lutas sociais - no seio da classe dos trabalhadores – nos sindicatos. Segundo a autora, nesse período havia o atrelamento do sindicato a estrutura estatal, porém com poder de interlocução entre os trabalhadores da economia formal, empresários e estado.

Gohn (2006) destaca alguns processos singulares da realidade latino-americana em relação a realidade brasileira, os quais destacam-se:

- Crescimento econômico;
- Controle social pelos regimes militares;
- Arrocho salarial dos trabalhadores;
- Supressão das liberdades individuais;
- Crescimento das demandas de consumo das camadas médias;
- Expansão do ensino superior e da tecnocracia estatal;

Essas características na década de 60, conforme Gohn (2006) marcam um período de repressão da lutas sociais, em que os movimentos emergentes se configuravam como movimentos de resistência à “dilapidação da força de trabalho e depois de clamores pela redemocratização do país” (2006, p.214). A autora destaca que nesse processo iniciam-se um conjunto de estudos acerca dos movimentos sociais nas ciências sociais. Nesse período os recém pesquisadores e estudantes da pós-graduação buscavam analisar os processos dos movimentos sociais recorrentes na sociedade, bem como o anseio de participar da luta contra o regime militar, tendo em vista o controle social, bem como a ausência de espaços para o debate.

Nesse sentido, Gohn (2006) afirma que ao final da década de 70 e início dos anos 80 os movimentos sociais se caracterizavam como “expressões políticas de forças políticas nacionais” (p.214).

Esse período configurou-se como a fase da redemocratização do país, que por intermédio da sociedade civil e política, obrigou os “Estados nacionais latino-americanos redimensionarem suas políticas internas. Os regimes militares foram substituídos por regimes civis” (Gohn, 2006, p.226). Nesse contexto, os movimentos sociais cresceram em número, os quais ganharam significados importantes no processo de redemocratização do país (idem).

Cumprir destacar, segundo Gohn, que a cultura política latino-americana nesse período ganhou novas dimensões, baseadas numa “visão de direitos sociais coletivos e da cidadania coletiva de grupos sociais oprimidos e/ou discriminados”, posições essas resultado de “uma longa experiência de resistência e de oposição às formas de dominação, com rompimento da clássica cultura política de aceitação da dominação, de troca de favores, de espera e imobilidade da sociedade diante de um Estado tido como todo-poderoso” (GOHN, 2006, p.226).

Na década de 80, segundo Ammann (1999), as lutas se configuraram como “uma ação coletiva de caráter contestador, no âmbito das relações sociais, objetivando a transformação ou a preservação da ordem estabelecida na sociedade” e que os mesmos carregam consigo o “germe da insatisfação” vinculado ao “protesto contra as relações indesejáveis para um grupo ou para a sociedade, sejam elas presentes ou futuras” (p. 17).

Partindo desse entendimento, pode-se destacar que para além de um caráter contestador, os MS's atualmente se configuram como uma forma de resistência às mais adversas situações impostas pelo mundo globalizado, que exclui cada vez mais a população

do acesso aos bens e serviços sociais entre outros, se materializando como um patrimônio de luta. Segundo Jacobi (1989),

na conjuntura da crise do autoritarismo e da transição à democracia, o papel das práticas coletivas está fortemente condicionado pela experiência de resistência aos regimes autoritários e pela emergência e recriação das lutas pela cidadania (p.15).

O autor enfatiza que no final da década de 80 o Brasil vivenciou um conjunto de questões que direcionaram para uma maior articulação dos MS's, novas estratégias de luta e alianças políticas. Cumpre destacar, segundo Jacobi, a importância de não negar as inúmeras contradições experienciadas no interior dos MS's nesse período. Porém, é notório o avanço acerca da criação de canais de participação no processo de tomada de decisão (fóruns, conselhos entre outros), estabelecidos pelos movimentos.

Por outro lado, Jacobi pondera que ocorre a falta de autenticidade por parte de muitos movimentos, havendo muitas contradições internas, posto que, alguns dirigentes assumem posturas em benefício próprio em detrimento aos interesses coletivos.

Gohn (2006) destaca que a partir da década de 90 a sociedade brasileira vivenciou um conjunto de mudanças - caracterizando-se como a era da globalização - quais sejam:

- Nova redivisão internacional do trabalho;
- As fronteiras nacionais perderam importância e a produção industrial passou a ser feita de forma fragmentada, com a concorrência de processos produtivos em que as vantagens fiscais e econômicas de modo geral sejam mais propícias à acumulação;
- Queda da economia formal e crescimento da informalidade;
- Perda de poder por parte dos sindicatos;
- Acirramento do desemprego – demissões em massa;
- Exigência do trabalho mutiespecializado sobre o especializado, as hierarquias de responsabilidades se transformam em colegiado de responsabilidades.

A partir desse contexto, Costa (2006) contribui ao analisar o contexto dos movimentos sociais na realidade brasileira, ao afirmar que atualmente, a sociedade revive um processo de articulação dos movimentos sociais, que exige enfrentar um debate do ponto de vista teórico acerca de diferença dos chamados "novos movimentos sociais contemporâneos das manifestações tradicionais de luta social conhecidas na história", os quais precisam ser

analisados no contexto da arena política, considerando que estes ocorrem numa perspectiva de luta e de resistência política para defesa de interesses coletivos.

Neste sentido, e tomando por base o argumento de Chaves (2003) que afirma que a participação, que conduz a construção da cidadania, requer a atuação de todos os agentes sociais envolvidos, em que a ação das lideranças assume um caráter mediador. Nessa perspectiva, à *liderança* - como aquele agente reconhecido por seu grupo - compete agir em direção a busca de soluções coletivas.

Esta visão representa uma crítica às práticas das lideranças que atuam em direções incompatíveis com os interesses e necessidades do grupo ao qual representa. Chaves (2003) destaca que no jogo da luta e defesa de interesses é perceptível que estes interesses não são defendidos de fato.

De acordo com Oliveira (2000), os movimentos sociais devem “fazer política, publicizar os conflitos, armar os interlocutores sociais de argumentos, de diagnósticos das carências, de denúncia das graves lacunas” (p. 40).

Partilhando do mesmo argumento, Nogueira (2004) acrescenta que fazer política significa buscar constantemente a “agregação de forças e articulação – um esforço reiteradamente dedicado a atrair parceiros, a trabalhar em termos unitários, a criar espaços de entendimento ampliado” (p. 246).

No âmbito deste debate Dagnino (1994) acrescenta novos elementos importantes, pois o mesmo defende que deve-se pensar os movimentos sociais como redes “com maior ou menor visibilidade, mas sempre com certa permanência, como sujeitos políticos não só coletivos mas múltiplos, heterogêneos, que compartilham alguns princípios básicos sobre a participação popular, a cidadania e a construção democrática...”(p. 11). Para a autora pensar os movimentos sociais como rede possibilita não apenas que estes ganhem reconhecimento, bem como fortalecimento no processo das lutas sociais.

Assim, compreendendo os movimentos sociais como mecanismo de reivindicar direitos coletivos e, comprometidos com as classes subalternas, colocam assim na esfera pública os temas relativos à distribuição das riquezas e às condições de vida dessas classes, àqueles que continuamente têm sido excluídos dos direitos ou àqueles que historicamente são vistos como “sem direitos”. Pressupondo assim, uma ação política no cenário da arena política, numa perspectiva de:

- luta pela preservação e ampliação das conquistas históricas dos trabalhadores;
- da organização autônoma dos trabalhadores através de suas associações;
- da construção de alianças e projetos sócio-políticos que caminhem em direção à emancipação sócio-política.

Nessa perspectiva, para Chaves (2001) e Nogueira (2005) refletir sobre os movimentos sociais pressupõe analisar as estruturas da construção, afirmação e consolidação dos direitos, redefinição do espaço público e sua relação com o privado, e cidadania. Assim sendo, entender os movimentos sociais e examinar os impactos dos mesmos significa avaliar a extensão de suas demandas, discursos (palavra) e práticas (ação); e compreendê-los como teias que envolvem indivíduos e atravessa instituições, sociedade civil e Estado.

Warren-Scherer (1989) ao apresentar as contribuições de pensadores clássicos como Marx e seus seguidores Lênin, Lukács e Gramsci sobre os movimentos sociais, e aprofundamento de suas questões políticas, culturais e ideológicas argumenta que é preciso compreender o agir de grupos sociais em busca da libertação social, para analisar os MS's a partir da concepção de que o social é “um conjunto de relações sociais comandadas por uma dialética de opressão e de libertação, sendo a sociedade permeada por relações sociais mediadas por relações de poder, tendo em vista que na sociedade estabelecem-se diversas formas de *opressão a nível grupal*, seja nos aspectos: econômica, política, cultural, ideológica entre outros (p. 08). Porém, Para a autora, os grupos sociais não são completamente excluídos, ou completamente emancipados. Esta afirma que

a dialética faz com que os indivíduos e os grupos em suas inter-relações vivam contraditoriamente os dois aspectos opostos deste fenômeno. O dominante em sua relação de opressão vive a contra-opressão do dominado como uma forma de opressão (SCHERER, 1989, p.9).

Para Warren-Scherer (1989) as correlações de forças sociais se pautam a partir de duas categorias de grupo social: 1) *privilegiados* (grupo que detém o poder e/ou meios de produção) e *desprivilegiados* (grupo que vive sobre opressão do grupo dominante) (p.09). Porém, não significa que a primeira exerça total pressão sobre a segunda, uma vez que é nessa relação que “a contra-opressão se expressa através de lutas mais violentas ou menos violentas, reivindicações, pressões, apatia ou mesmo alienação” (idem). Pois, a autora enfatiza que há formas ativas e passivas no conjunto das lutas populares e, para Warren-Scherer é necessário que a libertação, no sentido de emancipação, se configure como um agir ativo.

Para a autora, esse agir ativo configura-se na organização dos grupos no processo de superação das formas de opressão. É a partir dessa configuração, na busca pela libertação, que Warren-Scherer (1989) afirma haver a possibilidade em *falar da existência de um movimento social* (p. 09).

Nessa perspectiva, Gohn (2001) ressalta que na “medida que o capitalismo se consolida, as lutas sociais vão deixando de ser apenas pela subsistência e surgem concepções alternativas dos direitos”, desencadeando articulações por parte do poder público em que a “educação volta a se pensada pelas classes dirigentes como mecanismo de controle social”, de forma a “evitar desordens” (p. 13).

Dessa forma dentre os diversos movimentos que surgem e ganham espaço na sociedade e, são reconhecidos como espaço de conquistas e lutas, destaca-se o movimento dos pescadores que se estabelece enquanto organização política em defesa dos interesses destes.

1.3.1 Participação: construção política no espaço de tomada de decisão

A organização política da sociedade civil, entendida como a capacidade de participação e mobilização nas lutas sociais na reivindicação e proposição de políticas públicas junto ao Estado, nas suas diversas instâncias – municipal, estadual e federal – expressa a configuração destas, como instrumento na busca de alternativas para enfrentamento das dificuldades vivenciadas pela população.

Sobre a questão da participação política no processo de tomada de decisão, Chaves (2003) argumenta que alguns segmentos sociais, diante de grupos sociais com maior poder de organização e força na esfera econômica e política, intensificam sua participação na defesa de interesses de seus grupos.

Chaves (2002) pontua ainda, que em sua natureza político-institucional, as instituições públicas são subordinadas às condições de reprodução da força de trabalho, ou seja, da acumulação privada do capital. Posto que, a autora entende que as instituições configuram-se na dinâmica contraditória e complexa das relações de forças sociais, políticas e institucionais que se expressam nas alianças entre diferentes segmentos sociais com articulações que variam de acordo com a conjuntura, os interesses em pauta e a força política dos atores sociais em cena.

Seguindo o mesmo argumento, Chaves (2003) afirma que, as ações institucionais organizam-se baseadas em princípios diversos, onde os quadros técnicos de profissionais assumem diversificados posicionamentos políticos e práticas sociais. Conforme, a mesma autora, a diversidade e especificidades de missões, o aparelhamento das instituições para viabilizar cada serviço público e as particularidades dos contextos de intervenção corresponde às necessidades específicas num contexto histórico, cultural e técnico particular.

Referente a esse processo organizativo, Chaves (2003) aponta a necessidade de discutir a questão da participação, uma vez que esta se consubstancia em fio condutor da práxis nas organizações, ao considerar que a participação é o próprio processo de recriação do homem ao pensar e agir sobre os desafios com os quais se defronta.

Para Demo (1999) apesar das dificuldades de articulação, principalmente em virtude da situação política e do nível de repressão, nos mais diversos espaços onde há aglomeração de grupos sociais, surgem diferentes formas de organização popular que resultam da capacidade desses grupos de exigir e expor publicamente suas demandas em prol de melhores condições de vida e de acesso a direitos sociais básicos.

O autor enfatiza que o processo organizativo resguarda a cidadania e os direitos fundamentais do ser humano, pois se entende que a cidadania democrática que se apóia na liberdade, na igualdade e na solidariedade, prevê a participação do indivíduo ou do grupo organizado nas mais variadas áreas de atuação na sociedade.

De acordo com Demo (1999), portanto, a participação ganha força nos discursos conservadores que, em nome do desenvolvimento econômico, são utilizados como instrumentos de dominação para estimular a participação alienada, em que os agentes sociais são educados a aceitar sem questionar. Essa forma de participação, segundo o autor citado, conduz os indivíduos a adotar de modo impositivo, novos valores, hábitos e costumes em detrimento dos seus próprios.

Nesta direção, Demo (1999), enfatiza que cabe crítica a essa forma de participação que se configura na proposição de determinadas políticas públicas. Tendo em vista, que freqüentemente, estas não passam de vagas consultas à população como forma de legitimar interesses dissociados dos referidos agentes que servem mais como massa de manobra que como cidadãos.

Assim, com base na crítica proposta pelos autores entende-se que a participação constitui-se num processo de caráter essencial para a mudança da qualidade de vida das

populações empobrecidas pelo sistema vigente, que possibilita a transformação do crescimento econômico em desenvolvimento.

Na condição de processo, entende-se no estudo que a participação demanda uma construção gradual, contínua – *um constante vir-a-ser* (Demo, 1999), que depende do potencial organizativo dos envolvidos, mas também dos mecanismos e estratégias de enfrentamento adotado ante o poder dos opositores, enfim da correlação de forças vigentes. Portanto, além de processo, a participação tem caráter relacional em razão de apresentar-se em meio a um jogo de forças políticas e sociais (Demo, 1999).

Nesse sentido, observa-se a participação como questão central no contexto dos movimentos sociais, pois esta entendida como processo, desencadeia maior articulação dos sujeitos sociais. Vale destacar, que a intensificação nos diversos momentos de reivindicação de direitos na história brasileira, a exemplo destaca-se o movimento pelas Diretas Já, a Constituição Federal e, mais recente, a criação de Conselhos de Direitos, que se configuram como instância de controle social.

Vale destacar, de acordo com Dagnino (1994), que o processo de organização política dos M.S's têm se deparado com profundas conseqüências decorridas da implantação, em âmbito global, do projeto neoliberal. Conforme a autora é consenso a observância dos impactos na vida social resultante da reestruturação do Estado e da economia, porém os impactos desse processo sobre a cultura política do país são menos reconhecidos e menos ainda em suas especificidades regionais.

Dagnino (1994) relata que as feições do projeto neoliberal hoje no Brasil conduzem para uma *confluência perversa* entre um projeto político democratizante, participativo, e o projeto neoliberal. Tendo em vista, conforme Dagnino, que esse projeto político marcaria hoje, o cenário da luta pelo aprofundamento da democracia na sociedade brasileira. Para a autora analisar tal questão exige tomar como categorias centrais a: Sociedade Civil, Participação e Cidadania (já efetuadas no presente estudo, ver parte 1 deste capítulo) tendo em vista os impactos dos ideários neoliberais, num processo de re-significação das representações vigentes acerca da política e da democracia.

Para tanto, Dagnino destaca que o processo de construção democrática enfrenta no Brasil um dilema cujas raízes estão na existência de uma confluência perversa entre dois processos distintos: alargamento da democracia e desenvolvimento do sistema capitalista.

No que se refere ao processo de alargamento da democracia, esta se expressa na criação de espaços públicos e na crescente participação da sociedade civil nos processos de discussão e de tomada de decisão relacionados com proposição de políticas públicas, a qual tem como marco formal desse processo a Constituição de 1988, que consagrou o princípio de participação da sociedade civil. Nesse processo as principais forças envolvidas compartilharam um projeto democratizante e participativo, construído desde os anos oitenta ao redor da expansão da cidadania e do aprofundamento da democracia. Esse projeto emergiu da luta contra o regime militar empreendida por setores da sociedade civil, entre os quais os movimentos sociais desempenharam um papel fundamental.

Nesse contexto, Chaves (2001) aponta para o entendimento que as práticas organizativas não se alinham sempre na mesma direção, apresentam a mesma forma de manifestação ou conteúdo político, ao contrário, denotam uma pluralidade de experiências sociais e mesmo de ambigüidades.

Neste sentido, o estudo irá focalizar o movimento social dos pescadores ribeirinhos, o qual possui um modo singular de organização social e política. Para Chaves (2001) a condição dos pescadores se configura enquanto segmento empobrecido da zona rural e distante dos processos decisórios que definem políticas públicas que influenciam definitivamente a realidade local. Porém, estes agentes historicamente não são levados em consideração no processo de definição das políticas do setor pesqueiro.

CAPÍTULO II

Configurações da Organização da Produção dos pescadores na Amazônia

O modelo de crescimento econômico adotado pelo governo militar acarretou grandes custos ao país, tanto em termos de agravamento dos conflitos sociais entre grupos de diferentes capacidades de exploração, como o rápido esgotamento dos recursos naturais.

(RUFFINO, 2005)

As inúmeras pesquisas conduzidas nos últimos decênios a respeito das sociedades pesqueiras concentram-se na compreensão das diversas formas de organização social e econômica dos pescadores e nos impactos sociais e ecológicos causados pela penetração das relações de mercado no âmbito desse setor produtivo. Estudos recentes, pouco se referenciam acerca das formas de lutas que os pescadores articularam no seio da sociedade em reação a um quadro de consideráveis adversidades, extremamente conflituoso.

As adversidades e conflitos vivenciados pelos pescadores envolvem perdas consideráveis que vão desde a posse de áreas tradicionais de pesca até a concorrência de métodos mais modernos, assim como a monopolização do mercado por comerciantes *não-pescadores* que se instalam no ramo (CHAVES et al, 2003).

Segundo Mello (1995) várias pesquisas buscaram resgatar historiograficamente a participação de pescadores nos movimentos políticos havidos no Brasil entre o período colonial e o II Reinado. Em 2006, pesquisadores do Museu Paraense Emílio Goeldi realizaram uma pesquisa com objetivo de aprofundar a discussão acerca da organização política dos pescadores, porém centrada no estado do Pará.

Dessa forma, a proposta desse capítulo é tratar da trajetória dos movimentos sociais dos pescadores, destacando-se os elementos principais que constituíram a construção histórica do processo dos movimentos sociais de pescadores no contexto Amazônico com base no conjunto de estudos, tendo como principais referências Chaves & Batista *et al* (2004), os quais contribuem com a discussão acerca do processo de organização política dos pescadores no contexto das comunidades ribeirinhas no Amazonas.

Para compreensão do processo de organização política dos movimentos sociais dos pescadores, tratar-se-á ainda, de forma sucinta, das mudanças ocorridas no contexto da pesca a partir das contribuições de Furtado (1993), Leonel (1998) e Petreire (2005) que colaboram na discussão dessas mudanças, os quais destacam as categorias dos tipos de pescadores envolvidos no conjunto da atividade pesqueira, muito embora no contexto do Pará, mas que são significantes para analisar o contexto da região. Uma vez que, faz-se necessário, segundo Leonel (1998) observar as mudanças históricas no conjunto da região, tendo em vista que tais mudanças irão diferenciar o contexto interno das comunidades.

Outros autores como Nascimento (1995), Lima (2002), Campos (1993) contribuem com seus estudos para caracterizar o processo histórico de mobilização dos movimentos sociais de pescadores, bem como debatem os diferentes interesses envolvidos nesse processo.

2.1 Gênese da organização política dos pescadores: mudanças socioeconômicas no setor da pesca

Segundo Campos (1993) e Batista & Chaves *et. al* (2004), a regulamentação do setor da pesca no Brasil ocorreu a partir do século XVIII, a qual teve início a partir de diversas ações promovida pelo Estado, que se constituíram como mecanismos de controle, tais como: a cobrança de “dízimos do pescado” (por ordem régia de 23/08/1727, pela Provedoria da Fazenda Real) e o “alistamento obrigatório” dos pescadores junto às Capitânicas e Portos e Costas e Distritos de Pesca (criado em 1846). Para Campos “a pesca no Brasil sempre foi um atividade econômica rentável, que enchia os olhos da Coroa Portuguesa desde o Brasil Colônia (1993).

As contribuições de Furtado (1981) acerca da história da atividade da pesca na Região Amazônica apontam sua existência no período colonial (séc.XVII) em que “os colonizadores portugueses começaram a utilizar o pescado como moeda de pagamento e troca”, o que gerou

a valorização do pescado e o surgimento de alguns pescueiros-reais, com o intuito de proteger essas riquezas.

Petriere & Batista (2005) contribuem com essa discussão, ao destacarem que no período colonial a exploração, *a priori* ocorria sobre o peixe-boi e, posteriormente, sobre o pirarucu. Tal exploração se deu em virtude do declínio de outros produtos como: borracha e juta, ocasionando a indisponibilidade do peixe-boi e do pirarucu, pois as capturas ocorreram de maneira descontrolada e intensificada.

Na década de 50 a referida exploração, segundo Mello (1993a), foi intensificada no momento em que especialistas da FAO-UNESCO⁹ em parceria com a Superintendência do Plano de Valorização da Amazônia (SPVEA)¹⁰ iniciaram pesquisa na fauna ictiológica na Amazônia. A referida pesquisa tinha com o propósito realizar um estudo sobre a atividade pesqueira, porém com intuito, principalmente, de implementar “métodos tecnologicamente mais modernos à captura e beneficiamento do pescado”(p.84). Para esses pesquisadores os “padrões produtivos tradicionais”, se apresentavam “inadequados à dinamização de um mercado promissor e de forte interesse internacional”, desse modo havia indicação de que o padrão vigente precisava ser superado por “processos mais racionais de produção” (idem).

Para Mello (1993^a) a concepção desses pesquisadores se apresentava com um olhar preconceituoso de quem “vem de fora”, desconsiderando a história de vida da população pesqueira. Para estes pesquisadores os costumes [dos caboclos] eram rudimentares e as condições de vida e de trabalho eram vistos como improdutivo (1993, p. 84). Segundo o autor a proposta destes objetivava centrar as ações em nome do desenvolvimento regional em quatro pilares estratégicos:

- **A geração de pescadores profissionais** - criação de mão-de-obra disponível e devidamente adaptada ao trabalho com técnicas pesqueiras modernizadas, em que a profissão de pescador passaria ser vista como prática especializada;
- **A educação pesqueira ministradas por especialistas** – se configurando como a libertação do “homem regional”, o qual “venceria seu estágio de atraso e

⁹ FAO – Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação; UNESCO – Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (RUFFINO, 2005).

¹⁰ A SPVEA foi criada em 1953 pelo governo federal, com o objetivo de buscar transformar o sistema tradicional de pesca praticado pelas populações ribeirinhas em uma atividade de caráter nacional e de alta produtividade (MESCHKAT, 1959 *apud* RUFFINO, 2005).

incapacidade técnica mediante aquisição de novos conhecimentos teóricos e práticos sobre técnicas de pesca mais modernas” (MELLO, 1993, p. 84)

- A **ciência pesqueira** – a qual se daria dentro de uma propriedade de um saber “especializado”, representados por técnicos de nível superior;
- A **realização de experiências** – a qual iria permitir o aprimoramento dos métodos de treinamento dos pescadores locais, aos “padrões produtivos”

Esses pilares indicam a visão no mínimo preconceituosa em relação aos pescadores, por parte desse grupo de pesquisadores, os quais marcaram um conjunto de mudanças (inserção de técnicas e tecnologia inovadora no processo de captura; inserção de novos agentes sociais; intensificação da exploração do peixe; precarização do trabalho do pescador, a partir do surgimento de pescadores assalariado entre outros) no contexto da atividade pesqueira, a qual se expandiu por toda a região amazônica. Tais mudanças desencadeou uma série de problemáticas no contexto da atividade pesqueira, uma vez que a concepção que orientava as referidas mudanças desconsiderou o modo de vida desse contingente que milenarmente vive na Amazônia.

Segundo Leitão (1997), essa visão preconceituosa orientou a forma da administração pública perceber os pescadores. A autora enfatiza que estes não raro eram percebidos como velhos, analfabetos, resistentes a novas tecnologias. Dessa forma, foram implementados planos de desenvolvimento que desrespeitavam os sistemas tradicionais de produção desse segmento social. Para a autora o não reconhecimento do conhecimento desses pescadores se configura como redução dos saberes destes à lógica de produção economicista.

A autora salienta que o não reconhecimento, por parte do poder público, dos pescadores enquanto sujeitos que possuem conhecimento do processo produtivo da pesca, principalmente no que se refere a captura, indica as dificuldades de valorização profissional e mobilização política do pescador.

Em contraponto a posição dos pesquisadores da FAO-UNESCO, Leitão (1997) destaca que a lógica do pescador se confronta com a dos empresários que, também, passam a compor o conjunto de sujeitos que se inserem no contexto da pesca. Para a autora a lógica do pescador configura-se como tradicional com o objetivo de garantir a sobrevivência de seu grupo doméstico. O empresário, por sua vez, se opõe a essa posição, acreditando que a pesca se caracteriza como um investimento, tendo como perspectiva a lucratividade.

No decorrer das décadas de 60 e 70, segundo Mello (1993) dentre as problemáticas ocorridas no setor da pesca, destaca-se a ocorrida na produção pesqueira, caracterizando-se pela expansão do parque industrial pesqueiro, tendo como consequência o aumento da jornada de trabalho dos pescadores, delineando novos perfis de trabalhadores. Com isso, deixa de existir somente a figura do pescador que vive em comunidades e/ou cidades próximas de pesqueiro, ou seja, surgem pescadores profissionais, incluindo-se inclusive aqueles que residem nos centros urbanos.

Segundo o autor, o surgimento de novos agentes sociais no contexto da pesca influenciou a adoção de novas técnicas de captura do pescado, aumentando a produtividade pesqueira para a região Amazônica.

Referente ao surgimento de novos agentes sociais, Furtado (1993) enfatiza que, concomitantemente, ocorre a ampliação do papel do pescador profissional, caracterizado como cidadão e monovalente. Para Petreire & Batista *et al* (2005), esses pescadores “tem na pesca sua única ou principal atividade remunerada” (p. 13). Nesse processo, os ribeirinhos passaram a desenvolver a atividade com excedentes comercializáveis, formando a “categoria de pescador comercial ribeirinho”, operando assim duas categorias de pescadores na região:

- **pescadores profissionais comerciais**– os quais “operam a partir de barcos de pesca ou pescam e vendem grande parte de sua produção para as “geleiras” (embarcações com caixas ou urnas com gelo)”(p.13);
- **pescadores ribeirinhos comerciais** – estes comercializam sua produção nos mercados dos grandes centros urbanos após normalmente transportar a produção em caixas de isopor com gelo nos barcos de linha regionais;

Para Mello (1993), a inserção de novos agentes sociais no contexto da pesca desencadeou, simultaneamente, conflitos entre esses agentes. Além disso, a partir da década de 70 passou a ocorrer a necessidade dos pescadores ribeirinhos buscarem novos mecanismos de luta pelo direito de continuar a ter acesso ao recurso pesqueiro, financiamento entre outros bens e serviços sociais para proporcionar a subsistência e reprodução social de seu grupo familiar.

Batista & Chaves *et al* (2004) indicam que houve, também, a necessidade de maiores investimentos financeiros para adoção de novas tecnologias para realização da atividade, o que ocasionou uma forte concorrência entre pescadores artesanais e comerciais e ao mesmo tempo um aumento de custo na produção.

Vale ressaltar, segundo Leonel (1998) que a sociedade ao longo dos últimos 30 anos vivenciou um conjunto de transformações sociais, econômicas, culturais e políticas no país. Essas mudanças interferem no processo histórico da vida da população, destacando-se aqui o segmento social da pesca.

Para exemplificar essas influências, Leonel sublinha que – no caso do seringueiro – ainda que instalado na mata “trouxe consigo dependências de fora, de tecnologias e manufaturados: munição, facas, óleo, roupas, açúcar, hábitos de consumo” (1998, p.20) e, conseqüentemente, no convívio com os índios incorporou “a prática da coleta, caça e pesca à sua dieta, e a palha nas suas colocações” (p.21). Dessa forma, o autor indica a ocorrência de mudanças culturais recíprocas, o qual afirma que a exemplo do peixe, enquanto base de proteínas da dieta ribeirinha é uma das heranças dessa mudança.

O autor destaca que a “abundância da água e do peixe, aliada à facilidade de seu aproveitamento contribuíram decisivamente para viabilizar milênios de ocupação, orientando os aldeamentos à beira dos rios e locais piscosos” (p.23). Porém, conforme o autor, com a expansão da fronteira econômica ocorreu à redução do consumo e, por conseqüência, da “importância do pescado em favor da carne bovina e de aves” (idem).

Leonel (1998) afirma que a partir do caráter universalizador da sociedade industrial, intensificado nas décadas de 80 e 90, ocorreram diversas mudanças nos padrões de uso dos recursos naturais no contexto das comunidades. Os padrões de uso, indicados por Leonel, se refere a “competitividade desigual [pela sociedade industrial] com as populações desfavorecidas em torno ao aproveitamento da água e do peixe” (p.23). Para o autor, esse caráter universalizador possui uma lógica que se fundamenta na rentabilidade imediata, explorando sem limites os recursos naturais, sem nenhum comprometimento no uso dos recursos de forma sustentável.

Partindo dessas inferências, Leonel (1998) dentre outros autores (Petrere, 1978; Batista, 2004) afirmam que na Amazônia a pesca vivencia uma situação contraditória: de um lado a sobrepesca de algumas espécies migratórias e, por outro sub-aproveitamento de numerosas outras desvalorizadas pelo consumidor regional ou pelo exportador.

Para Nascimento (1995), dentre as mudanças vivenciadas no contexto da pesca, é importante considerar ainda as ocorridas no âmbito **cultural**. Referente a essa mudança, o autor aponta o contato dos “jovens com os comportamentos típicos do mundo urbano, e muitas vezes os fetiches da modernidade” (1995, p.15). Este afirma que esse novo

comportamento se incorpora aos desejos dos pescadores e a atração pelo modo de vida urbano se faz sentir, propiciando o ensejo para a migração.

Nascimento (1995) afirma que tal questão se reflete na mudança dos que participam da atividade da pesca, a qual passa a ser realizada, principalmente, pelos mais velhos, bem como pelas mulheres. A autora enfatiza que nesse contexto as mulheres realizam a atividade da pesca, seja para o consumo da família, seja para ajudar o chefe da família. A autora destaca que na nova configuração das mudanças ocorridas no contexto da pesca, a mulher alcançou maior reconhecimento enquanto pescadora.

Segundo Furtado (2002), o conjunto de mudanças ocorridas na vida sócio-econômica e cultural, é proveniente ainda da dinâmica social interna à comunidade, mas também das dinâmicas dos contextos sócio-econômicos e políticos, ocasionando diversos problemas como:

(...) morfologia social interna, escassez de meios de subsistência; abandono de técnicas tradicionais; desorganização do espaço de moradia; deteriorização das condições básicas de vida, saúde e educação; migração campo cidade e no papel das mulheres nas comunidades de pescadores (p.26).

Essas mudanças delinea, portanto, um novo cenário do contexto social da atividade pesqueira, especificamente, no modo de vida da população pesqueira. Além dessas mudanças, Lima (2002) ao discutir acerca do contexto da atividade pesqueira, destaca diversas outras mudanças no contexto da atividade, tais como:

- a) a intensificação de uma rede de atravessadores, o que gera um conjunto de conflitos referente ao recurso pesqueiro;
- b) a competição da pesca industrial, dificultando a participação dos pescadores ribeirinhos no processo de comercialização;
- c) a escassez do peixe, ocasionando a escassez do recurso nas comunidades que vivem da pesca para possibilitar sua reprodução física e social;
- d) a baixa renda, o que intensifica a dificuldade de obter bens, duráveis ou não;
- e) a falta de crédito para maiores investimentos, de forma a possibilitar a competição dos pescadores ribeirinhos com outros agentes sociais da pesca.
- f) a pauperização;

g) o abandono da atividade de pesca por outras atividades nem sempre compensadoras.

Para Lima (2002) essas mudanças são engendradas a partir do crescimento da atividade, desencadeada pela expansão dos mercados interno e externo, ocasionando alterações nas áreas de pesqueiro com aumento do esforço sobre o estoque pesqueiro.

Para Chaves *et al* (2004), o resultado dessas transformações ocasionou o enfrentamento à concorrência de métodos mais modernos de captura de pescado, por parte dos pescadores ribeirinhos, bem como a entrada de comerciantes não-pescadores. É nesse contexto, que se manifesta, também, uma clara distinção entre as duas principais formas produtivas e laborais de pesca: a artesanal e a industrial, ocasionando conflitos entre estes no que se refere ao acesso aos recursos pesqueiros, bem como a bens e serviços sociais.

Para Leitão (1997) essas duas modalidades da atividade da pesca, na verdade representa uma dicotomia criada pelos administradores da pesca. Segundo a autora, essa distinção tinha como objetivo promover o desaparecimento das “formas de produção pesqueira que não estivessem em acordo com a lógica empresarial de produção pesqueira” (p.08).

Nesse sentido, Maldonado, (1993), Batista & Chaves *et.al* (2004) afirmam que os pescadores nos diferentes recantos do mundo estão entre os segmentos que enfrentam circunstâncias adversas de sobrevivência, subordinados a um estado de exclusão, haja vista que há um grande contingente sem acesso a diversos bens e serviços sociais.

Vale destacar, segundo Chaves (2001) que estes bens e serviços sociais abrangem os serviços públicos coletivos na condição de direitos universalizados, tais como: saneamento básico, energia, saúde, educação, equipamentos de uso comunitário, outras formas de assistência e de direitos sociais e trabalhistas, seja no meio urbano ou rural.

Para Leitão (1997), o fato dos trabalhadores da pesca não se fazerem presente no cenário das discussões e decisões das políticas para o setor ao longo de sua história, ocasionou a invisibilidade desta categoria no contexto social, seja como profissionais e/ou cidadão. Para essa autora tal invisibilidade está associada, também, em virtude das políticas nas décadas de setenta/oitenta, serem destinadas a regulamentação exclusiva da atividade pesqueira empresarial.

Além dessas questões, Mello (1993) realça que os pescadores passam a vivenciar as dificuldades do acesso aos recursos pesqueiros, ou seja, estes por não deterem capital para investir e concorrer no mercado com os pescadores profissionais vivenciam a intensificação da restrição ao acesso aos recursos pesqueiros.

Leitão (1997), em seu estudo referente a essa questão, destaca que as problemáticas vivenciadas pelos pescadores se configuram como resultado de medidas de desenvolvimento implementadas a partir de uma perspectiva economicista de racionalidade e lucratividade, o que colaborou para a crise do setor pesqueiro, com prejuízos não só para a pesca industrial, mas principalmente, para as populações pesqueiras tradicionais.

Vale destacar, a discussão proposta por Chaves *et al* (2004), que a falta de maior organização e de regulamentação no setor tem ocasionado um conjunto de conflitos entre os pescadores ribeirinhos e profissionais, principalmente, no que concerne a preocupação dos pescadores referente à escassez dos recursos pesqueiros. Assim, observa-se um quadro de adversidades e conflitos, envolvendo perdas consideráveis que vão desde a posse de áreas tradicionais de pesca até a concorrência de métodos mais modernos de apresamento e monopolização do mercado por comerciantes não-pescadores que se instalam no ramo.

• **A pesca no contexto do Estado do Amazonas**

A pesca no estado do Amazonas se configura não apenas como uma atividade produtiva entre as demais, mas como atividade social, econômica e cultural fundamental para a população local. Esta atividade tem garantido ao longo dos anos a reprodução social e física dessas populações.

Conforme estudo do Pró-Várzea coordenado por Miguel Petrere *et al* (2005), a atividade pesqueira na região se caracteriza como pesca de pequena escala, com caráter artesanal, “concentrada em espécies silvestres que dependem de sua reprodução natural em rios e lagos da região. Para o autor esta pode ser identificada por sua distribuição dispersa nos diversos portos de desembarque nos centros consumidores”, como Manaus, Tefé, Tabatinga e Belém – PA..

Cardoso & Batista (2004) afirmam que o desembarque do pescado na região não possui registros que possibilitem o estabelecimento de um controle efetivo do total de pescado desembarcado nos portos, bem como da quantidade distribuída nas diversas feiras de Manaus.

Esta falta de controle dificulta a obtenção de informações precisas acerca do desenvolvimento da atividade, assim como informações históricas que subsidiem a proposição de políticas de manejo da atividade e dos recursos pesqueiros. Os autores reforçam que o conjunto de pesquisas existentes dificulta uma maior compreensão das dimensões socioeconômicas da atividade, inviabilizando propostas de avaliação de “instrumentos efetivos para o manejo da atividade”, desconsiderando, principalmente, o pescador (2005, p. 302).

Para Petrere & Batista (2005), a atividade pesqueira na Amazônia pode ser dividida em cinco categorias: pesca de subsistência, comercial alimentar ribeirinha, comercial alimentar profissional, ornamental, esportiva e industrial.

Conforme os autores Smith (1979) e Batista *et al* (1998), na região a modalidade de pesca que se destaca é a tradicional, conhecida como a pesca de subsistência. Esta se configura como uma atividade “cotidiana praticada artesanalmente por um [ou mais] residentes das moradias ribeirinhas”. Para McGrath *et al* (1998), a principal característica desta se baseia em virtude de ser praticada “basicamente para o consumo familiar”, em que o excedente é vendido na própria comunidade ou nos mercados próximos.

Segundo Mello (1993); Batista & Chaves *et al* (2005), ainda que o pescado entre no circuito da comercialização esta prática produtiva não se pauta por uma atividade nos moldes da produção capitalista.

No que refere-se à técnica utilizada pelos pescadores na pesca de subsistência, Petrere & Batista *et al* (2005), afirmam que esta ocorre a partir de tecnologia diversificada e simples (linha de mão, arpão, arco e flecha), tornando as diversas espécies de peixes, dispostas em “hábitats diversificados acessíveis e vulneráveis à pesca e a dinâmica do ritmo das enchentes e vazantes”. Vale destacar que, a rede de pesca (malhadeira) foi incorporada no processo de captura a partir dos anos 60, “quando o náilon tornou-se mais acessível, permitindo que a malhadeira se tornasse o utensílio de pesca mais importante nesta categoria” (2005, p.12).

Os autores destacam ainda que os pescadores atuam em “complexos sistemas aquáticos, situados usualmente a menos de uma hora de sua moradia”, os quais se deslocam em canoas a remo, munidos de petrechos de pesca, chamados no Amazonas de “utensílios de pesca” e no Pará de “arreios de pesca” (2005, p. 12). Petrere & Batista *et al* (2005), destacam ainda que nas comunidades do estado do Amazonas, as viagens ocorrem num tempo curto, com uma duração em média de 4 a 8 horas, dependendo da comunidade, bem como do pesqueiro existente na localidade. Segundo os autores, nos últimos dez anos aumentou o

tempo de deslocamento necessário, assim os pescadores precisam se deslocar por um tempo mais longo, em virtude da escassez do peixe, nas áreas mais próximas tradicionalmente utilizadas por estes.

Para Cardoso & Batista (2004), a atividade pesqueira na região, embora faça parte de um conjunto de estratégias de desenvolvimento para região, mais especificamente, a partir da criação em 2005 da Secretaria de Aqüicultura e Pesca esta “não recebia atenção dos segmentos políticos e sociais encarregados de executar o planejamento do desenvolvimento socioeconômico da região” (p. 301).

2.2 Configuração do processo de organização dos pescadores no contexto Amazônico

A contextualização das mudanças ocorridas no setor da atividade pesqueira – discutida no item anterior - se configura como importante, uma vez que esta indica elementos significativos para o processo de organização política dos pescadores na região amazônica.

As adversidades ocorridas no contexto da pesca configuram-se como elementos significativos para o desencadeamento de lutas sociais dos pescadores, os quais se intensificam no período de expansão da pesca comercial.

Segundo Campos (1993), no Brasil, a história não registra de forma explícita a “participação dos pescadores no processo de desenvolvimento brasileiro, desde a colonização” (p.232). O autor destaca que na Amazônia, mais especificamente no Pará a história de luta com a participação de pescadores é marcado pelo movimento conhecido como o *movimento dos Cabanos* [considerado por diversos estudiosos como o “mais notável movimento popular do Brasil”], o qual se caracterizou como “uma insurreição popular e por ter conseguido constituir o primeiro governo popular que a história registra” (p. 232). O ápice deste movimento ocorreu no biênio de 1835-1836, quando a Província do Grão Pará era dirigida por um governo popular. Os cabanos eram caboclos humildes que moravam em cabanas às margens dos rios e igarapés do Pará, por onde o movimento insurrecional se alastrou.

Para Campos (1993) foi nesse contexto da Cabanagem, enquanto revolução popular que se registra participação dos pescadores em mobilizações políticas. O autor destaca que o grau de participação dos pescadores nesse movimento foi registrado pelo historiador Luiz

Geraldo da Silva, afirmando que “no conjunto dos combates de todo o povo paraense oprimido, ressalta-se a luta dos pescadores contra as normas proibitivas às suas atividades, aos impostos excessivos e aos monopólios impostos às suas atividades pelas classes dominantes do Pará”. (p.234)

Campos (1993) ressalta que ao longo da história de luta desses agentes sociais, há uma visão equivocada acerca da organização dos pescadores. Este afirma que os pescadores são percebidos como uma categoria que “não possui uma tradição organizativa de lutas sociais, como ocorre com os agricultores, operários e outras categorias de trabalhadores” (p.234). O autor chama atenção para o fato de não haver registros da história dos movimentos dessa categoria de forma sistemática, para tanto faz-se necessário apresentar alguns acontecimentos que configuram o processo de organização formal dos pescadores que marcam o período de 1919 com a fundação das colônias de pescadores pelo Comandante da Marinha de Guerra Frederico Villar.

Campos (1993) ressalta que o registro histórico do processo de organização dos pescadores indica que estes estão organizados a partir de uma legislação que consagra o modelo confederativo de organização sindical. Segundo o autor, o processo de luta dos pescadores foi historicamente marcado pela criação de organizações formais representativas desse segmento social, inicialmente vinculadas ao Estado, com destaque para criação da Confederação Nacional dos Pescadores (CNP), com sede em Brasília.

A forma de atuação da referida Confederação, segundo Campos, ocorreu de forma omissa, em relação aos pescadores das classes populares, pois apoiou os encaminhamentos conduzidos pelas grandes empresas de pesca, as quais foram beneficiadas no sentido de garantir maior lucratividade às empresas a partir da exploração do recurso pesqueiro com uso de tecnologias de ponta.

Chaves *et al* (2004), ressalta que nesse contexto histórico, os pescadores herdaram a condição de subordinação pelos grupos detentores de poder, refletindo atualmente na forma como as associações e colônias de pescadores se organizam, bem como se estruturam e se articulam com poder público e outras organizações relacionadas direta ou indiretamente com o setor pesqueiro.

A autora afirma que apesar da luta pela tomada de poder, um grupo hegemônico se concentrou e se concentra na direção da colônia conduzindo-a com práticas que não atende,

de fato, os interesses das classes dos trabalhadores da pesca, desencadeando conflitos no interior da categoria, bem como a falta de credibilidade.

Um fato marcante na criação das Associações e Colônias de Pescadores é a forma tutelada com que estas foram criadas e conduzidas, em que na maioria das vezes não representavam de fato os pescadores Para Chaves *et al* (2004).

Segundo Chaves *et al* (2004), a Marinha, por razões estratégicas, no início do século passado, institucionalizou as colônias de pescadores ordenando a forma de organização, num sistema de controle político. É a partir, portanto, desse quadro em que os pescadores não aceitaram tal situação, os quais a partir de mobilizações desencadearam o processo de lutas já sinalizadas.

A autora destaca que é após um conjunto de articulações políticas e mobilizações dos pescadores, que houve alteração do perfil original das colônias e transformando-as em instituição com representação legítima dos pescadores. A partir daí as Colônias passam a ser articuladoras das reivindicações dos trabalhadores da pesca, com distintos graus de poder de mobilização.

Segundo Campos (1993) outro momento de formalização de instância representativa dos pescadores ocorreu em nível estadual com a criação da Federação Estadual dos Pescadores do Pará (FEPA), a qual esteve sempre vinculada a serviços da antiga Superintendência do Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE).

Outra questão destacada por Campos (*idem*) refere-se ao fato de que nos cargos das organizações representativa dos pescadores, os representantes sempre foram não-pescadores (comerciantes, empresários, fazendeiros) o que foi modificado a partir da mobilização da base dos pescadores.

Campos (1993) enfatiza ainda, que a organização dos pescadores possui uma singularidade peculiar, uma vez que esta é a única categoria de trabalhadores que não está organizada em sindicato, mas em colônias. Todavia a discussão acerca da criação de um sindicato tenha permeado no seio do movimento social de pescadores, destaca o autor.

Segundo Campos (1993), no período de 1964, os movimentos sociais de um modo geral, foram marcados pela intransigência do poder militar, os quais tiveram que se manter em silêncio forçado. Nesse momento a Igreja Católica, “muito timidamente” iniciou um trabalho junto aos pescadores do Nordeste brasileiro com o intuito de reuni-los para debater seus

problemas e buscar alternativas de enfrentamento. O autor enfatiza que no processo de discussão acerca dessas problemáticas, a Igreja levantou a importância dos pescadores ficarem atentos para o fato das colônias estarem sendo conduzidas por pessoas externas à categoria.

O autor salienta que nesse processo, segundo o historiador Luiz Geraldo da Silva (1988), “a primeira colônia a ser conquistada foi a de Goiânia, em Pernambuco”. Assim, o trabalho iniciado pela Igreja Católica ganhou adeptos de outras entidades, espalhando-se por todo o Brasil, chegando também ao Pará. A partir desse momento em 1982 os pescadores tiveram apoio da Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional – FASE, os quais conseguiram conquistar a colônia de pescadores de Santarém, até então dirigida por um fazendeiro local. Tal conquista foi de grande repercussão em toda região amazônica, dando início a um conjunto de tomada de poder em diversas colônias do Estado do Pará (CAMPOS, 1993).

A partir dessas mobilizações os movimentos sociais de pescadores alcançou avanços significativos, pois essa configuração foi se desenvolvendo até o momento em que as colônias foram de fato assumidas por trabalhadores da pesca (Campos, 1993). Além disso, essa conquista desencadeou maior mobilização no interior da categoria de pescadores, sendo possível aos seus representantes desenvolver um conjunto de ações para o acesso a direitos sociais, bem como aos poucos, “outras colônias foram sendo conquistadas”, ainda que muitas por meio de lutas “que pareciam intermináveis, sendo preciso, em alguns casos, o embate judicial, quando não o uso da força física” (CAMPOS, idem, p. 237).

Em 1985, oficialmente, no Brasil e no Estado do Pará, esta organização se efetiva a partir da criação da Confederação Nacional dos Pescadores (CNP), Federação Estadual dos Pescadores (FEPA) e as Colônias de Pesca e suas respectivas zonas. Campos (1993) destaca que o presidente detinha apoio dos pescadores, o qual convocou a categoria para definir e preparar propostas para incluir na Constituição Nacional que seria realizada em Brasília.

Essa iniciativa da **CNP**, foi uma das poucas que objetivou beneficiar de fato a categoria dos trabalhadores da pesca, movimento este intitulado Constituinte da Pesca, o qual conseguiu congrega em Brasília, representantes de pescadores da maioria dos Estados do Brasil (Campos, 1993). Essa mobilização possibilitou aos pescadores a inclusão de direitos na Constituição Brasileira, tais como:

- Liberdade organizativa;
- Autonomia e não-interferência do poder público na organização sindical;
- Equiparação das colônias de pescadores aos sindicatos.

Tais garantias estão expressas no artigo 8º. da Constituição Federal, ficando evidente que os pescadores se configuram como categoria trabalhadores que produz riquezas para o país.

Potiguar Jr. (2007), baseado em estudos a partir dos autores como Furtado, Leitão & Mello (1993); Mello (1995), Leitão (1995, 1997), Furtado (1997), destaca que para tratar do processo histórico dos movimentos sociais de pescadores, faz-se mister partir de estudos referentes as redes de relações dos movimentos sociais no Pará. Para este autor as organizações formais representantes dos trabalhadores da pesca, ao serem criadas tinham como objetivo manipular e tutelar os pescadores, numa relação aproximada com o governo central. Segundo esse autor seria através de seus presidentes, que o governo iria dirigir as colônias e federações, tendo em vista que estes eram administradores alheios aos problemas relativos ao cotidiano do pescador.

No entanto, segundo o autor, a postura de omissão das representações oficiais dos pescadores, nas décadas de 70 e 80, provocou discussões e divergências entre as lideranças pesqueiras alternativas, resultando na criação de sindicatos, associações, seja na esfera nacional, estadual ou municipal.

Essas novas organizações político-organizacional surgiram de modo positivo, tendo como parâmetro, sua subjugação ao processo histórico no Brasil e no Pará (Potiguar Jr., 2007). Este fato se deu com mais ênfase nos anos da abertura política, na década de 80, com a criação da Comissão Pastoral da Pesca - CPP, vinculada a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), num indicativo da necessidade de uma organização mais sistematizada desta categoria afim de ser mais presente na vida política do país cujos interesses deveriam partir da discussão de sua base e de uma participação efetiva dos pescadores em nível local (idem).

Esse movimento, segundo Chaves *et al* (2004), no que concerne ao contexto amazônico ocorreu com mais intensidade e mobilização no Baixo Amazonas, mais especificamente, na região de Santarém e Belém. Porém, é a partir desse momento histórico que o conjunto das Colônias de Pescadores ganha nova configuração.

Esse contexto histórico configura-se, portanto, como um marco no processo de organização dos pescadores. Segundo Furtado (2002), essa organização ocorre a partir de uma lógica própria - construída no interior das comunidades pesqueiras – e influenciada por diversos fatores: sociais, étnicos, culturais e ambientais, os quais atribuem especificidades no modo de vida desses pescadores. Todavia, a autora destaca, que esta comunidade ainda que com feições particulares não deixa de fazer parte do todo.

Furtado (2002) destaca ainda que na vida cotidiana de uma comunidade é a organização política, que facilita o enfrentamento de seus problemas, possibilitando a organização de suas lutas na defesa de seus direitos. Dessa forma, pode-se afirmar que essa organização caracteriza-se como algo que construiu-se coletivamente, ainda que em meio a diversos conflitos, mas que possibilita que estes pescadores tenham acesso ao mínimo de direitos sociais.

Tal organização, conforme Furtado (idem) configura-se ainda como estratégia de subsistência, em que “incorpora ações que são empreendidas para a obtenção dos recursos necessários ao cotidiano dos grupos domésticos” (2002, p.47).

Mello (1995) enfatiza que diversos autores (Penner, 1984; Callou, 1986; Silva, 1988; Furtado, 1988; Hartmann, 1989) discutem questões importantes acerca dos movimentos sociais de pescadores, os quais destacam momentos importantes na história de participação de pescadores nos movimentos políticos ocorridos no Brasil, destacadamente o seu envolvimento em movimentos políticos mais amplos.

O autor afirma que a mobilização organizativa dos pescadores não se apresenta como eixo central de discussão no conjunto dos estudos. Portanto, há dificuldade de traçar esse panorama dos movimentos sociais da pesca, especificamente, no Estado do Amazonas.

Vale enfatizar, a partir das inferências de Mello (1995) que a mobilização dos pescadores indica a possibilidade de acesso aos recursos pesqueiros, os quais têm criado mecanismos próprios de utilização e gerenciamento desses recursos. Nessa direção, Chaves *et al* (2004) destaca que essas estratégias de mobilização política para uso coletivo dos recursos pesqueiros, possibilitando mobilização de ações estratégicas para diversos agentes sociais, internos e externos¹¹ ao contexto da atividade pesqueira.

¹¹ Neste estudo os *Agentes internos* são entendidos por aqueles que se localizam no interior das comunidades – pescadores, grupos familiares e representantes sociais; *Agentes externos* consideram-se pescadores de fora, organizações sociais, organizações governamentais.

Com isso, a partir dos autores (Campos, 1993; Mello, 1995; Furtado, 2002; Chaves et al, 2004) é possível indicar que nos últimos dez (10) anos as representações formais dos pescadores se apresentam cada vez mais presentes no processo de tomada de decisão no que concerne a proposição de política pública para o setor da pesca.

A participação dessas representações nos espaços políticos representa, portanto, a possibilidade de legitimação das políticas voltadas para o setor, principalmente, no que concerne o manejo do recurso pesqueiro. Ruffino (2005) enfatiza a importância da participação e envolvimento de instituições sociais - ONG's e OG's – no que se refere às contribuições e responsabilidades assumidas na formulação e implementação de políticas, ainda que em meio a uma relação conflituosa interna ao setor, tendo em vista o confronto de interesses diversos entre empresários e trabalhadores.

É salutar destacar o crescimento da participação dos trabalhadores da pesca nos movimentos de reivindicações e lutas no processo de tomada de decisão. Ao longo do processo histórico de organização dos pescadores, observam-se os conflitos e embates políticos vivenciados pela categoria de pescadores, em que muitas vezes, são excluídos dos espaços políticos, bem como se deparam com a não observância de suas reivindicações. Nesse sentido, faz-se mister enfatizar que a participação destes pescadores nesses espaços políticos se configura, também, como conquista. Pois, para além do acesso a direitos, estes passam a ter o direito de defender seus interesses, enquanto sujeitos importantes no plano societal.

Nesse sentido, Chaves *et al* (2004) destaca que essa modalidade de associação, em termos representativo e político-organizativo, equivale ao sindicato dos pescadores. A autora salienta que essa entidade, através da sua organização e articulação entre as diversas colônias, conseguiu reivindicar junto aos órgãos competentes do Estado: o acesso ao “salário-defeso¹²”; remuneração equivalente a um salário mínimo que os pescadores recebem na época da reprodução do pescado com intuito de não pescarem nesse período, com o qual suprem suas necessidades básicas até a liberação da pesca pelos órgãos competentes, bem como outros

¹² O defeso é um instrumento legal de proteção dos recursos pesqueiros, pois limita a captura de uma determinada espécie nos períodos de reprodução. O salário-defeso é de fato uma inovação no campo do direito. Com o salário-defeso os pescadores passam a receber um salário mínimo no período do defeso, durante o qual desenvolvem o aprendizado de uma série de atividades visando diversificar suas fontes de sustento” (BATISTA & CHAVES, 2004, p.180).

benefícios sociais na área da: educação, saúde, assistência social, assistência médica entre outros.

A autora enfatiza que para viabilizar tais políticas faz-se necessário a realização de levantamentos junto aos atores sociais, com vistas a desvendar suas reais necessidades, buscando embasamento teórico para que as questões levantadas se tornem subsídios para as políticas públicas voltadas a esses grupos.

Chaves *et al*(2004) ressalta com base na pesquisa realizada na região que os pescadores artesanais, por não possuírem os equipamentos modernos de pesca como: grandes embarcações, geleira, artefatos de pesca modernos, dentre outros, sofrem com a intervenção dos que possuem tais equipamentos. Dessa forma, afirma a autora, que os pescadores artesanais não têm acesso a condições adequadas para atingir o mesmo nível de produção de pescado, o que implica na dificuldade destes em armazenar sua produção, em decorrência da falta de recursos para investir em viagens de longa duração. Logo os mesmos têm que lutar para alcançar políticas públicas que lhes dêem condições de trabalho dignas e justa condizente com sua realidade.

Vale enfatizar, conforme Chaves *et al* (2004) que a despeito da conquista pelo direito de se organizar politicamente com autonomia, os pescadores vivenciaram e vivenciam uma série de problemáticas (falta de acesso a bens e serviços sociais; concorrência com pescadores de fora), havendo perdas diversas, como o direito de exercer a profissão de pescador e, concomitantemente, o direito de prover o sustento de seu grupo familiar.

Para tanto é diante desse conjunto de mobilizações que na última década, observa-se o reconhecimento dos pescadores como categoria participante da produção de riquezas do Brasil, através da Criação da Secretaria Nacional de Aqüicultura e Pesca. Porém, este processo se apresenta de forma controversa¹³, pois os pescadores, principalmente, os que vivem em comunidades ribeirinhas, ainda têm dificuldades em acessar as políticas implementadas no setor pesqueiro.

A conquista da Criação da Secretaria de Aqüicultura e Pesca¹⁴ - SEAP, a qual realizou em 2003 a I Conferência Nacional de Aqüicultura e Pesca para debater a situação da atividade

¹³ O referido estudo não vai tecer análises acerca dessa questão, pois distancia-se da proposta do mesmo. No entanto, é importante fazer tal referência.

¹⁴ No que se refere a política de desenvolvimento do setor pesqueiro - criação da SEAP – objetiva situar o contexto do desenvolvimento do setor pesqueiro, considerando que esta é um espaço de luta para a defesa dos interesses dos pescadores.

pesqueira; a inserção internacional; os problemas da sustentabilidade pesqueira; problemas estruturais de aquíicultura e da pesca; problemas sociais dos pescadores e suas comunidades (RELATÓRIO DA CONFERÊNCIA NACIONAL DE AQUICULTURA E PESCA, 2007).

A Conferência foi antecedida por 27 conferências em todos os estados, estas elegeram 953 delegados e delegadas para participar da Conferência Nacional. Nas conferências estaduais, o debate pautou-se na proposição de uma política sustentável para aquíicultura e pesca que respeitasse as particularidades e a pluralidade de opiniões (idem).

No tocante as diversas questões discutidas na Conferência, o relatório destaca o processo de criação do Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável de Aquíicultura e Pesca, destacando que a expansão das aquículturas marinhas e de água doce cresceram 25,2% ao ano no período de 1997-2002. Para a Secretaria de Aquíicultura e Pesca da Presidência da República significa a possibilidade de aproveitamento racional e sustentável de sua capacidade pesqueira (idem).

O relatório aponta ainda a importância da aquíicultura para o desenvolvimento do Programa Fome Zero, uma vez que por meio do aumento da produção do pescado, conseqüentemente, haveria a redução dos custos e a melhoria dos padrões de segurança alimentar. Pois, para a FAO, o pescado por suas qualidades nutricionais, possibilita a preservação da saúde humana, devendo ter um consumo mínimo garantido à população.

Segundo o referido relatório, a política anterior do Departamento de Pesca e Aquíicultura – DPA tinha como diretrizes o desenvolvimento sustentável do agronegócio da pesca e da aquíicultura, a geração, adaptação e transferência de conhecimento científicos e tecnológicos e a definição de requisitos de qualidade, sanidade, e segurança para os produtores de origem pesqueira. As estratégias de ação do Departamento definiu as seguintes estratégias:

- o fomento da pesca oceânica na ZEE e em águas internacionais;
- o desenvolvimento da aquíicultura continental e marítima;
- a racionalização das pescarias costeiras;
- a inserção competitiva no mercado internacional e;
- a abertura de espaços para a atração de capitais – tendo como vetores a pesca oceânica e a aquíicultura.

Conforme o Relatório, a Conferência realizou a avaliação desta política, a qual conclui que tal política privilegiou, quase que exclusivamente, ao agronegócio da pesca oceânica e da aqüicultura e, concomitantemente, ocasionou um processo de estagnação e/ou queda das pescas costeira e continental – artesanal, familiar ou de micro e pequenos armadores. O mesmo relatório enfatiza que tais conseqüências resultam do modelo de gestão inadequado, principalmente, em virtude da ausência histórica de um ordenamento apropriado, bem como da conseqüente sobreexploração dos estoques pesqueiros.

Vale ressaltar, portanto, que historicamente os equívocos se repetem, pois a exemplo das políticas desenvolvidas nas décadas de 70/80, os pescadores não são contemplados com políticas que atendam suas demandas por melhorias das condições de trabalho e de vida. Nesse sentido, faz-se necessário observar que o pescador artesanal, principalmente, os residentes nas comunidades, os quais não detém tecnologias modernas para a captura do peixe, são obrigados a fazer parte do circuito competitivo da pesca, pois do contrário estes são excluídos do processo, bem como vivenciam a intensificação das precárias condições de vida.

O relatório enfatiza que a pesca industrial tem afetado os estoques pesqueiros, gerando conseqüências para a pesca artesanal e prejudicando a sustentabilidade desta atividade. Além disso, relatório assinala que a degradação dos rios e lagos tornou-se fator preponderante para a escassez dos recursos pesqueiros, havendo pouco investimento e envolvimento dos estados e municípios na política voltada ao setor pesqueiro.

Vale destacar, que a partir da política da SEAP foi criado em Brasília, em 28 de julho de 2006, o Conselho Nacional de Aqüicultura e Pesca (Conape). O Conselho é paritário com participação de entidades representantes do segmento dos trabalhadores da pesca, organizações governamentais, empresários e pesquisadores. Dentre as entidades com representação no conselho destaca-se:

- Confederação Nacional dos Pescadores – **CNPA**;
- Articulação Nacional Das Pescadoras – **ANP**;
- Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Aquaviários e Aéreo, na Pesca e nos Portos **CONTTMAF**;
- Conselho Pastoral dos Pescadores –**CPP**;
- Federação das Associações dos Engenheiros de Pesca do Brasil - **FAEP-BR**

- Federações Nacionais dos Trabalhadores em Transportes Aquaviários e Afins – **FNTTAA**;
- [Movimento dos Atingidos por Barragens](#) – **MAB**
- Movimento dos Pescadores Profissionais Artesanais - **MPPA**
- [Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra](#) - **MST**
- Movimento Nacional dos Pescadores - **MONAPE**
- Organização das Cooperativas Brasileira - **OCB**
- Associação Brasileira dos Engenheiros de Aqüicultura - **ABEAQUI**

Tais instituições se configuram como a possibilidade de representação política e social dos pescadores da pesca, com o intuito de participar no processo de tomada de decisão nos espaços políticos de elaboração e proposição de políticas públicas no setor da pesca.

2.2.1 Contextualização da Organização Política dos Pescadores no Município de Tabatinga

A partir do contexto exposto anteriormente, discute-se neste item, a organização política dos pescadores em Tabatinga, que tomando como referência o estudo de Mello (1996), observa-se que ao longo da história desse segmento social no referido município, o processo de organização não acompanhou as mobilizações mais gerais, no âmbito regional e nacional, ocorridas no setor da pesca.

Dessa forma, é necessário enfatizar que esse processo ocorreu de forma diferenciada no estado do Amazonas. Pois, conforme Mello (1996) a relação de forças ocorreu de forma explícita, tendo em vista que as Colônias de Pescadores ao longo de sua implantação estiveram atreladas ao Estado, dificultando qualquer iniciativa de mobilização.

Ao analisar a dinâmica histórica relatada, Chaves *et al* (2004) afirma que a influência do Estado no processo organizativo dos pescadores, negou a potencialidade de mobilização destes, desconsiderando ainda as particularidades regionais e locais, mantendo os pescadores numa condição de subordinação, fato este que se “reflete hoje na forma como as associações e colônias de pescadores se organizam”, a exemplo da Colônia de Pescadores Z-24 de Tabatinga.

Para tanto, conforme Chaves *et al* (2004), a mobilização dos pescadores no município de Tabatinga, não foge a regra da dificuldade enfrentada no processo de organização em outros municípios da região, sendo construída a partir da defesa do direito de exercer a atividade pesqueira e do acesso aos direitos trabalhistas e sociais. Para a autora a organização representativa dos pescadores no município de Tabatinga é marcada pela criação da Associação de Pescadores de Tabatinga, em 07 de julho de 1979. Passando para a categoria de Colônia em outubro de 2001.

Com isso, para Chaves *e al* (2004) a gênese histórica da Colônia de Pescadores Z-24 de Tabatinga, se configura a partir da Associação de Pescadores, a qual funcionou até o ano de 1999, possuindo um total de 330 associados. Foi a partir deste ano que, em decorrência da organização da estrutura representativa dos pescadores em todo o Brasil, os pescadores de Tabatinga passaram a repensar sua instituição, do ponto de vista da representação e da organização estrutural, passando em 2000 para categoria de Colônia, tendo um aumento de associados para 930.

A Colônia de Pescadores Z-24, ao ganhar status de colônia centrou suas ações na: expedição de documentos; concessão de benefícios sociais. No entanto, com limitadas mobilizações políticas, junto à categoria dos pescadores, no sentido de ampliação dos direitos sociais, bem como de políticas voltadas para o setor da pesca.

A partir de 2002, a Colônia Z-24 conseguiu expandir suas ações junto às comunidades, em que montou um laboratório de informática na sede da Colônia, para atender, principalmente, filhos de pescadores; construiu a casa do pescador que aloja os pescadores e sua família quando se deslocam das comunidades para o município e precisam de local para se instalar. Segundo, os pescadores entrevistados a casa é de grande importância, pois os que não possuem familiares na sede de Tabatinga, ao se deslocarem para comercializar o pescado, bem como para resolver questões referentes ao seguro-defeso¹⁵ e outros, eram obrigados a se instalarem nas canoas na beira do rio, ou até mesmo nas calçadas do porto da cidade.

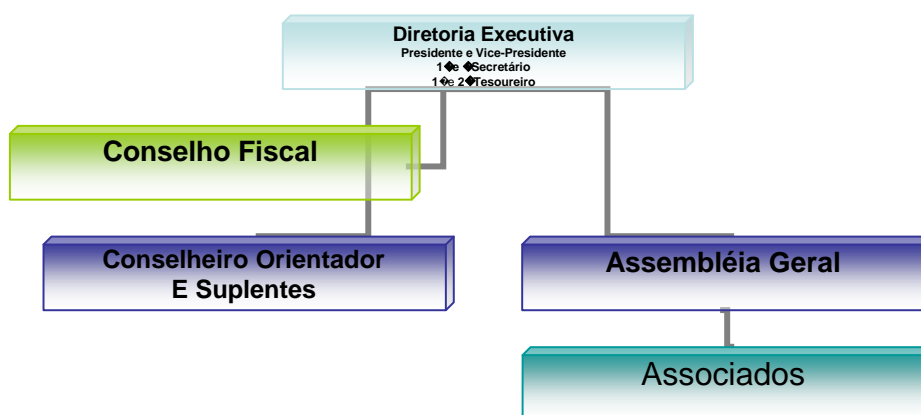
A postura política adotada pela Colônia Z-24, se pauta na defesa dos interesses dos pescadores no sentido de garantir comércio para a produção do pescado, tendo como

¹⁵ Assistência financeira concedida aos pescadores durante o período em que algumas espécies são proibidas de ser capturadas, que garante uma renda de até 4 salários mínimos no período do defeso.

estratégia de mobilização a articulação com instituições como IDAM¹⁶ e AFEAM¹⁷ para a garantia de investimento em pescadores para o desenvolvimento da pesca no município.

Para conduzir as ações políticas, enquanto organização representativa dos pescadores, a estrutura organizacional da Colônia de Pescadores se configura da seguinte forma:

Figura 01: Organograma da Colônia de Pescadores Z-24



A colônia de pescadores do ponto de vista estrutural-operacional possui uma organicidade institucional de caráter público, com ações voltadas para atender as demandas sociais de um segmento social específico: os pescadores ribeirinhos e comerciais. Os membros da diretoria da Colônia de Pescadores Z-24 não possuem remuneração, tendo uma posição estatutária de representação dos associados. Assim, usando a expressão de Ilse Sherer (2007), a Colônia de Pescadores é “auto-governada”, pois possui estatuto e regimento próprio.

A Diretoria Executiva tem como responsabilidade gerenciar as ações da Colônia, numa perspectiva de representar e defender os interesses de seus associados. O presidente da Colônia tem papel importante na Colônia, considerando que ele é o representante legal dos pescadores. O secretário é responsável de elaborar as atas das assembleias e encontros, seja os

¹⁶ Instituto de Desenvolvimento Agrário do Estado do Amazonas;

¹⁷ Agência de Financiamento do Estado do Amazonas.

realizados pela colônia, seja os que os membros da diretoria participam. Ao tesoureiro cabe gerenciar o recurso destacando-se: o pagamento das contas da colônia (água, luz, telefone entre outros); aplicar o recurso em ações que beneficiem os pescadores, como exemplo, cita-se a construção do alojamento dos pescadores.

No que se refere ao Conselho Fiscal, cabe a fiscalização das ações, principalmente, no que concerne a aplicação do recurso financeiro. Na estrutura-organizacional da Colônia de Pescadores há um Conselheiro Orientador que atua como assessor no que se refere às ações implementadas pela Colônia.

A Colônia possui vínculo institucional com a Federação de Pescadores do Estado do Amazonas e, concomitantemente, com a Confederação Nacional dos Pescadores que atua no sentido de aglutinar as Colônias de Pescadores do Brasil e organizações e instituições que possui relações diretas e indiretas com o setor pesqueiro, conforme observa-se na estrutura da escala hierárquica (Figura 02).

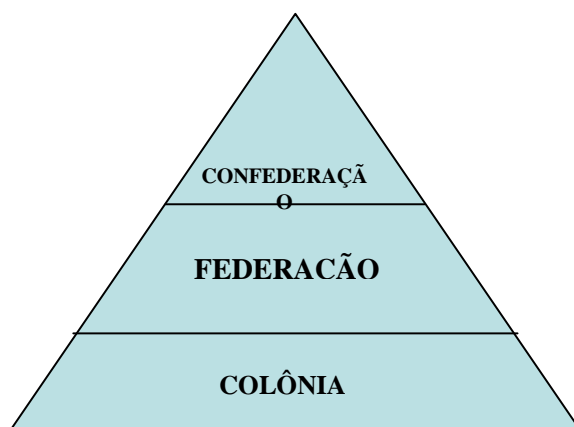


Figura 02: Estrutura da escala hierárquica das instâncias representativa dos pescadores.
Fonte: CAMPOS, Antônio João Teixeira, 1993.

O apoio da Federação no conjunto das ações da Colônia refere-se a realização de cursos de qualificação e orientação dos Diretores da Colônia. Vale informar, que os pescadores pagam uma mensalidade de R\$ 7,00 à Colônia, a qual repassa uma quantia de R\$ 50,00 para a Federação, referente à taxa de associação nesta.

Em 2007, a Federação empreendeu um conjunto de ações na defesa dos interesses dos pescadores, tais como:

- ✓ na discussão na defesa de um defeso regional – uma vez que, o defeso não tem atendido a realidade local, tendo em vista que o período de desova, bem como

migração de algumas espécies ocorrem em períodos diferenciados de micro-região;

- ✓ no fortalecimento institucional – seja das colônias, bem como da própria federação, pois conforme preocupação da Federação ocorre em virtude de compreenderem que as Colônias, do ponto de vista da organização política, encontram-se fragilizadas;
- ✓ na revisão da Legislação Pesqueira;
- ✓ na busca de recurso para investimento no setor pesqueiro;
- ✓ na defesa dos direitos dos pescadores tais como: seguridade social - seguro desemprego, auxílio-doença, auxílio maternidade, entre outros;

A Colônia administra e garante a participação de seus associados e dos membros da diretoria em cursos profissionalizantes pela Federação de Pescadores do Amazonas, IDAM e SEBRAE¹⁸, porém ainda o número de pescadores que tem acesso a esse financiamento não é expressivo. Para o desenvolvimento das ações a Colônia atua em parceria com a Prefeitura, Federação, Marinha IDAM e SEBRAE¹⁹.

O modelo de tomada de decisão da Colônia de Pescadores Z-24 se configura pela participação direta de seus associados e por assembleias, tendo uma ética interna à Colônia, em que as decisões são tomadas coletivamente, importando considerar o benefício do coletivo a partir do levantamento de demandas, dando autoridade, portanto, ao presidente em representar a categoria dos pescadores nos espaços de debates e tomada de decisão nas questões referente ao setor pesqueiro. Ressalta-se aqui, a importância da liderança que arregimenta forças na defesa de interesses coletivos da categoria.

Segundo esses parâmetros, pode-se inferir que a Colônia de Pescadores é uma associação civil, sem fins lucrativos que tem como objetivo a preservação e proteção dos direitos e interesses sociais e econômicos de seus associados, buscando assegurar ainda o direito de ser valorizado enquanto profissional da pesca. No conjunto das ações desenvolvidas

¹⁸ Vale informar que a partir da filiação à Colônia de Pescadores, vários trabalhadores da pesca já conseguiram financiamento junto ao IDAM/AFEAM, cujo valor solicitado varia em torno de R\$ 2.500,00 à R\$ 3.000,00. em 2007 aproximadamente, 400 pescadores estão aguardando receber o seguro desemprego.

¹⁹ SEBRAE

pela Colônia, destaca-se o auxílio maternidade, o auxílio doença, o seguro desemprego, o financiamento pela AFEAM e aposentadoria.

Chaves, *et al* (2004) destaca que a estimativa de pescadores associados na Colônia de Pescadores, até 2003, era de 2.500, destes apenas 948 estavam associados à Colônia Z-24. Vale destacar, que entre os associados encontram-se as mulheres associadas que até então não eram consideradas pescadoras. Conforme a autora, ainda hoje estas são reconhecidas apenas como ajudantes de seus cônjuges. Em fevereiro de 2007, o número de registrados na Colônia soma 1300 associados.

Segundo Chaves, *et al* (2004) “o número de filiados nas colônias varia não apenas em razão do tamanho populacional do município, mas principalmente em função do grau de mobilização e força de arregimentação da entidade” (p.176).

Conforme, entrevista com o presidente da Colônia, um dos fatores que indica o aumento dos associados refere-se a possibilidade de acesso a financiamento e, principalmente, ao seguro-desemprego. Em Tabatinga, o número de pescadores que já foram contemplados com este seguro já ultrapassou 700 associados até o mês de fevereiro de 2007.

Segundo o presidente da Colônia, a não concessão de um número maior de benefício ocorre em virtude dos pescadores, na maioria das vezes, não possuírem os documentos necessários (RG, CPF, Título), não manterem as mensalidades em dia, não manterem o tempo mínimo de um ano de registro na Colônia de Pescadores que comprove o exercício da atividade.

Outra demanda da Colônia Z-24 refere-se ao atendimento aos pescadores das comunidades ribeirinhas do município, considerando que é significativo o número de pescadores não associados que vivem nas comunidades. Batista & Chaves *et al* (2004) ressaltam que grande parte dos pescadores que desenvolvem a pesca como atividade de subsistência além de não possuírem vínculo com a Colônia de Pescadores, tampouco possuem registros²⁰ no IBAMA/MAPA/SEAP, nem na Capitania dos Portos.

Diante disso, Batista & Chaves (2004) ressaltam, que o aumento de registros na Colônia, ocorre também, pelo fato de que a mulher do pescador adquire direitos sociais

²⁰ O exercício da pesca em suas diversas modalidades, seja profissional ou amadora, deve ser realizada mediante registros e matrículas. A exigência de registro, também é estendida às embarcações pesqueiras. Para tanto, o pescador profissional, por exemplo, é aquele que, matriculado na repartição competente segundo as leis e regulamentos em vigor, faz da pesca sua profissão ou meio principal de vida (RUFFINO, 2005, p. 86)

passando a ter acesso a alguns benefícios como o salário-defeso, auxílio-maternidade e auxílio-doença.

Batista & Chaves *et al* (2004) salientam que, apesar do crescimento do número de pescadores que recebem o seguro-defeso, pode-se observar que muitos deles não tiveram e não têm acesso a esse seguro em virtude da informalidade do setor artesanal e pela falta de acesso aos direitos sociais. Isso é sustentado em decorrência de que muitos trabalhadores mesmo atuando na atividade pesqueira não se associam ao órgão representativo, no caso à Colônia de Pescadores. Cabe lembrar, que o que leva os pescadores a se associarem à Colônia de Pescadores é a possibilidade real de acessarem direitos sociais como: o seguro-defeso; auxílio-maternidade, auxílio-doença, bem como crédito para investimentos na atividade.

Conforme Batista & Chaves *et al* (2004), as colônias de pescadores, em geral, vêm se mobilizando para que seja assegurado o seguro-defeso a um número cada vez mais expressivo de seus associados. Contudo, para os autores, este benefício tem configurado-se como mecanismo para contribuir e incentivar a ampliação do percentual de associados e de pescadores registrados na Colônia. Batista & Chaves (2004) afirmam ainda que a atividade da pesca não é somente uma atividade de reprodução social, configurando-se também como uma identidade política.

Todavia, os autores ressaltam que, apesar da ampla mobilização das colônias para o aumento do número de associados e registrados na associação e pelo acesso a direitos sociais dessa categoria, esta ação tem repercutido em uma situação de exclusão dos que não estão associados. Neste caso estão incluídos os pescadores ribeirinhos, pois estes exercem a atividade pesqueira regularmente para a sua subsistência e de seu grupo doméstico, utilizando apetrechos simples, os mesmos destinam a venda somente o excedente da produção. Assim, no período compreendido pelo defeso, estes atores sociais chegam a operar a atividade como ilegais e transgressores da lei, pois não estão como beneficiários de políticas públicas.

Vale enfatizar que a falta de vínculo associativo, exclui este segmento ao acesso a bens e serviços sociais. Para tanto, em 2003, para equacionar essa problemática o presidente da Colônia, motivou algumas comunidades ribeirinhas do município como Bananal e Taurú a criarem a Associação de Pescadores. Tal criação se pautou na possibilidade de garantir: o vínculo associativo; o repasse de informações/orientações para maior articulação e, principalmente, manter em dia as mensalidades dos pescadores associados, uma vez que a contribuição proporcionada pela mensalidade é que garante o acesso aos benefícios.

Batista & Chaves *et al* (2004) enfatizam que o desenvolvimento da atividade da pesca no município de Tabatinga vivencia entre outros problemas, a dificuldade de armazenamento do pescado. Assim, dentre outras demandas da Colônia está a necessidade da criação de um entreposto que tenha capacidade para armazenar o pescado no período de safra, pois no “período de abundância se joga peixe na água” (p. 136). Acredita-se que esta solução amenizaria o alto desperdício do pescado e ainda garantiria o armazenamento do produto para períodos de escassez, contribuindo com a quantidade de peixe suficiente para o consumo anual. Os autores salientam que desde 1994, solicitou-se a criação de um terminal pesqueiro como alternativa para essa situação, no entanto, essa é uma luta que ainda não foi concretizada, apesar da balsa frigorífica está instalada desde 2002 na sede do município.

Destarte, a partir de 2004, a pesca ganhou maior visibilidade como atividade produtiva, assumindo cada vez mais valor de mercado, passando a requerer mais investimentos no setor.

No mesmo estudo, Batista & Chaves *et al* (2004) defendem que o potencial das colônias é bastante diversificado, deste modo, a grande maioria dos pescadores que participaram da pesquisa considera o papel desenvolvido pelas colônias muito importante para a categoria²¹.

Para Batista & Chaves *et al* (2004), a Colônia Z-24 em processo incipiente de organização, ainda que já tenha um histórico, enquanto organização formal, porém sob a forma de associação.

Os autores destacam que no tocante ao papel assumido pelas colônias, enquanto entidades organizativas dos pescadores observa-se a promoção da arregimentação de forças para reivindicar direitos trabalhistas e sociais, bem como *arregimentar aliados* nas diversas instâncias: municipal, estadual e federal. Entretanto, algumas delas têm encontrado dificuldades em relação ao campo de atuação, o que se reflete na redução das ações promovidas e na limitação da força política (Batista & Chaves *et al*,2004). Os autores identificam colônias que restringem-se apenas à concessão de benefícios, em especial, do seguro-defeso.

²¹ Os autores destacam colônias com grande força mobilizadora e com forte projeção política, a exemplo da Colônia de Santarém Z-20, bem como as que estão galgando no processo de mobilização e luta como a Colônia de Alvarães Z-23; e outras com processo de organização incipiente a exemplo de São Paulo de Olivença.

Batista & Chaves *et al* (2004) destacam que no âmbito das organizações de pescadores são encontrados alguns fatores que influenciam na atuação de uma liderança, dentre eles estão:

1. **Compromisso político e social.** A liderança precisa estar vinculada ao seu grupo por meio de um compromisso concreto e assumido (p.184);
2. **Competência.** Isto é, ser capaz de realizar os objetivos do grupo (idem);
3. **Identidade/identificação** com os interesses e necessidades do grupo. O reconhecimento como líder pelo grupo (idem);
4. **Interesses em jogo.** Por exemplo, os poderes públicos e as relações de poder que atuam sobre ele (idem);
5. **Vínculos institucionais.** O líder não representa os seus interesses particulares, mas do grupo que representa (idem).

Neste sentido, para os autores as lideranças são cobradas por seus liderados a exercerem papel diferenciado em relação aos demais membros, principalmente, atuando na mudança das situações adversas enfrentadas no âmbito da categoria, de modo a ampliar e garantir o acesso aos direitos trabalhistas e sociais. Exige-se do líder, com isso, que ele esteja amplamente informado, preparado a executar ações que atendam a esses objetivos. Para tanto, Batista & Chaves *et al* (2004) afirmam que o líder deve conhecer a realidade regional e nacional e por meio do uso de uma visão holística identificar as estratégias mais eficazes de atuação no plano local, operando sempre como apoio aos membros do seu grupo, na busca de articular políticas públicas de forma integradas.

Para Batista & Chaves (2004), a diferença entre as associações comunitárias e as colônias está na condição organizativa intrínseca ao seu funcionamento. Além de buscar atenção aos interesses dos pescadores, as associações visam atender as diversas demandas e necessidades dos comunitários como um todo. Dependendo da conjuntura organizativa interna e dos interesses da comunidade, as associações promovem a defesa, com maior ou menor força, das demandas próprias dos pescadores.

Ao longo do trabalho os autores concluem que entre as principais metas organizativas encontradas no âmbito do movimento de pescadores, nas suas mais variadas formas está:

- a) o fortalecimento da economia familiar dos pescadores sob a ótica sustentável;
- b) a ampliação, bem como, a garantia de seus direitos sociais e trabalhistas;
- c) a organização política da categoria fundamentada em bases democráticas e;
- d) o fortalecimento da articulação política com os sindicatos, federações e confederações (BATISTA & CHAVES, 2004, p.186).

Diante do exposto, Batista & Chave *et al* (2004) apresentam questões significativas referente à organização dos pescadores, evidenciando-se características singulares desse segmento social. Uma vez que, habitando ao longo dos rios amazônicos possuem uma lógica própria na vida cotidiana, os quais buscam organizar-se politicamente a partir de seus interesses coletivos das mais diversas ordens.

A partir do ganho do seguro desemprego, é possível afirmar que estes pescadores se articulam, principalmente, no período do defeso. É importante sinalizar o entendimento dos pescadores sobre a importância da conservação dos recursos pesqueiros, sendo que os mesmos colaboraram com os órgãos fiscalizadores para que não haja pesca inadequada na época da reprodução dos peixes (BATISTA & CHAVE *et al*, 2004).

Batista & Chave *et al* (2004) enfatizam que as entidades organizativas configuram-se, portanto, como instrumento no fortalecimento das identidades sociais, buscando ter um papel mais atuante e presente na arena política. Desta forma, encontram os meios necessários ao seu fortalecimento político, passando a pressionar o Estado e a sociedade como um todo para terem suas reivindicações aceitas e o reconhecimento de sua existência e de sua cidadania.

- **Caracterização do Município de Tabatinga: uma região fronteira**

O município de Tabatinga localiza-se à margem direita do Rio Solimões (Figura 1), apresentando uma área territorial de 132.195 km². Este município possui uma população estimada em 37.719 habitantes no total, distribuída em 26.539 na área urbana e 11.180 na área rural e 33.816 na área indígena, segundo dados do IBGE/2000 (Diocese do Alto-Solimões). O Índice de Desenvolvimento Humano do município (IDH-M)/2000 é de 0,699.

Localizado em uma área da meso-região, o município de Tabatinga tem em sua jurisdição os municípios de: Amaturá, Atalaia, Benjamim Constant, Fonte Boa, Jutai, Santo Antônio, São Paulo de Olivença, Tocantins e Tabatinga.

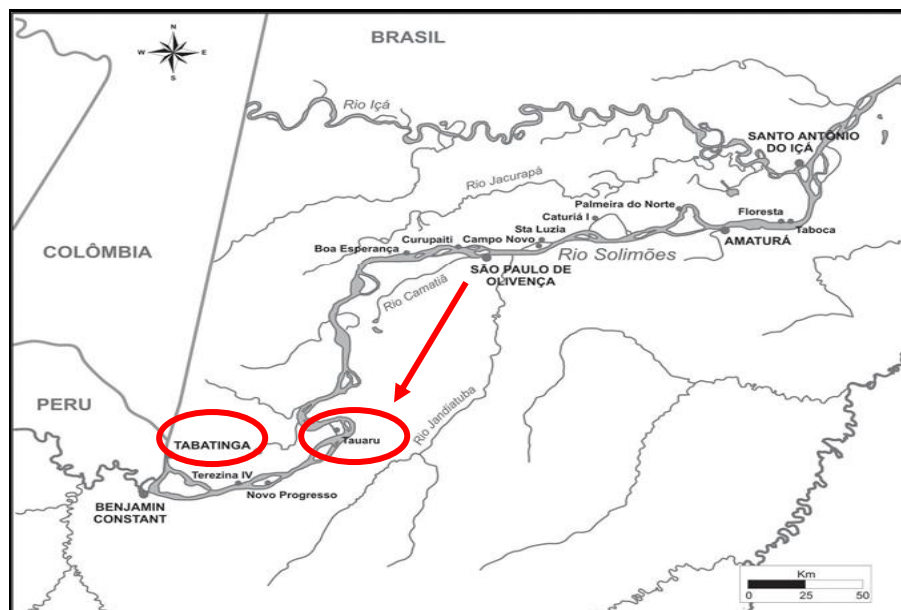


Figura 03: Mapa da área de Tabatinga

FONTE: Retirado de <<http://www.ibama.gov.br/provarzea>. Acessado em 12 de dezembro de 2006.

Cabe salientar que o município de Tabatinga situa-se em uma área de fronteira tríplice (Brasil-Peru-Colômbia), tendo sua história marcada pelas relações, econômicas e políticas, estabelecidas nesses países, a qual se configura como área de livre comércio. Nessa região há ainda uma diversidade de população indígena, as quais se encontram nos três países da fronteira, com a seguinte população (conforme dados da CIPTA) como:

- ↪ Tikuna: Ao longo do rio Solimões ou Amazonas, presente nas três fronteiras, sendo 4 mil no Peru, 2 mil na Colômbia e **32 mil no Brasil**;
- ↪ Cocama: encontrados nos três países, apresentando um total de **45 mil no Peru**, 5 mil na Colômbia e 10 mil no Brasil;
- ↪ Yagua: Principalmente, no **Peru**, com **7 mil**, seguido da Colômbia com mil e no Brasil com aproximadamente 20 famílias;
- ↪ Miranhas: Na Colômbia e no Brasil, não havendo referências da população existente.

Além do mais, o município de Tabatinga possui a maior concentração de população indígena da região do alto Solimões. Segundo informações da FGV/Isae (2001) há um total de 37 aldeias e 9.961 habitantes, com 41 aldeias e 7.722 indivíduos das etnias Ticuna, Cambeba

e Cocama. Observa-se, assim, uma diferença entre os dados acima apresentados, podendo ser atribuído a uma dificuldade de estimar a real população existente na região amazônica.

Na região do Alto-Solimões, conforme indica Oliveira (2006), os pontos de referência e de convergência na tríplice-fronteira são as cidade de Santa Rosa (lado do Peru), Tabatinga (lado do Brasil) e Letícia (Colômbia)²². Para a autora, Letícia e Santa Rosa se configuram como cidades de pequeno porte, as quais vivenciam situações adversas resultantes da insuficiência de políticas públicas para sua população.

Oliveira (2006) enfatiza que as cidades de Santa Rosa e Letícia vivenciam problemáticas no que concerne a oferta e geração de emprego, bem como precárias de sobrevivência. Assim, o Brasil em que pese comparativamente encontra-se em melhor situação, tornando-se refúgio para os cidadãos das referidas cidades, os quais migram para a cidade de Tabatinga, em busca de melhores condições de vida, bem como para as comunidades localizadas na área de abrangência do município.

• **Caracterização sócio-econômica do município de Tabatinga**

No estudo de Oliveira (2006), sobre as migrações ocorridas na Região do Alto Solimões até a década de 80, o município de Tabatinga tinha sua atividade econômica centrada na extração e beneficiamento da madeira. Porém, a partir da década de 80, em decorrência da demarcação das terras indígenas nas áreas de Évare I e Vale do Javari, houve uma significativa redução dessa atividade, uma vez que a extração só era permitida a partir de um plano de manejo.

Para Alencar (2005) em estudo realizado sobre a Situação sócio-econômica: diagnóstico dos tipos de assentamentos, demografia e atividades econômicas nos municípios do Alto-Solimões, afirma que a migração referida por Oliveira (2006), concomitantemente, ocasiona uma série de problemas no que concerne as atividades produtivas exercidas por um conjunto de comunidades da região, a extração da madeira. Além disso, Alencar (idem)

²² Na Região do Alto Solimões, segundo Oliveira (2006) “a única demarcação territorial é determinada (demarcada) pela Rua da Amizade do lado brasileiro; Calle de la Amistad do lado colombiano, estabelecendo assim um limite jurídico e geográfico entre os dois países. Dessa forma, a avenida principal das duas cidades permite o estabelecimento de uma relação amigável, onde os brasileiros trabalham em Letícia, e colombianos trabalham em Tabatinga. Todavia, não se pode deixar de tratar essa questão a partir de uma análise de fronteira.

destaca que a extração de madeira passa ocorrer de forma ilegal, não sendo observadas as leis estabelecidas para o exercício da extração da madeira.

Segundo as autoras Alencar (2005) e Oliveira (2006), até o final da década de 1980, as atividades econômicas do município – baseada na extração da madeira passaram por alterações, deixando de centrar suas atividades no beneficiamento da madeira. Nesse período, Tabatinga foi bastante afetada, pois a cidade recebeu diversas famílias residentes na várzea e de áreas de terra firme (idem).

As mudanças ocorridas no contexto da atividade madeireira, relativo a proibição da extração da madeira, se configura como um dos fatores que impulsionou a população a buscar novas alternativas de geração de renda.

Ainda, no que tange às atividades produtivas do município, a *atividade agrícola* também possui grande importância na comercialização local, com destaque para a produção de farinha de mandioca e banana, produzidos, principalmente, na zona rural do município. É importante salientar que no porto de Tabatinga, onde é realizada a comercialização dos produtos agrícolas (frutas, hortaliças, verduras etc) é notória a presença de colombianos e peruanos comercializando seus produtos. Isso ocorre em virtude da área se configurar como área de livre comércio, resultando em, um acréscimo na produção de farinha e banana na região de Tabatinga²³.

Os estudos de Batista & Chaves *et al* (2004) destacam que a economia do município de Tabatinga, como de toda região do Alto-Solimões, configura-se, sobretudo, pela atividade pesqueira. O município de Tabatinga se caracteriza como um dos maiores entrepostos de comercialização de pescado do Estado do Amazonas, onde passa grande quantidade de pescado, especialmente, o peixe de couro - *os grandes bagres*. O peixe de couro é comercializado, especificamente, em Letícia, o que segundo os referidos autores, favorece a manutenção de estreita relação no setor econômico entre Tabatinga e Letícia.

O estudo de Batista & Chaves *et al* (2004) indica a falta de infra-estrutura adequada para o desembarque do pescado que vem sendo realizado à margem do rio que fica próximo ao esgoto da cidade, sem as mínimas condições necessárias para a sua comercialização. Os autores enfatizam que com intuito de melhorar essa situação crítica, os pescadores

²³ No que se refere à **pecuária** realizada no município esta não contribui de forma relevante para a economia do município.

conviveram com a promessa de uma balsa de desembarque a ser utilizada para o descarregamento desse pescado, todavia, em 2003 esta, foi direcionada aos taxistas viários.

Segundo o presidente da Colônia de Pescadores Z-24 a finalidade da balsa, a partir de 2006, seria para o desembarque do pescado. Porém, objetivamente, em fevereiro de 2007, os pescadores não tinham posição referente a situação do processo de desembarque do pescado, uma vez que a balsa até a data referida estava sendo utilizada para embarque/desembarque de passageiros de barcos de linha de pequeno porte. Assim, os pescadores permaneciam desembarcando o pescado na área próxima ao esgoto da cidade, onde se realiza a comercialização do peixe *miúdo de escama* (como chamam os pescadores) para consumidores diretos, bem como para os atravessadores. No tocante ao peixe de couro, os pescadores ribeirinhos/comerciais continuam comercializando para as bodegas²⁴ em Letícia.

Dentre as atividades produtivas desenvolvidas no município, Alencar (2005) destaca a pesca, atualmente, configura-se como atividade principal do município, na captura, principalmente, dos bagres (peixe de couro).

- **Atividades Pesqueira: comercialização no município de Tabatinga**

No município de Tabatinga o quadro de modalidades da pesca que coexistem se caracterizam da seguinte forma:

- a. **pesca de subsistência:** desenvolvida pelos pescadores residentes em comunidades ribeirinhas, passando pelo circuito do comércio em pequena escala;
- b. **pesca comercial:** praticada pelos pescadores de embarcações externas ao município, bem como pelos pescadores residentes na área urbana e rural;
- c. **pesca de peixes ornamentais:** desenvolvida pelos pescadores que vendem a produção aos exportadores sediados em Manaus e em Letícia.

Segundo Batista & Chaves *et al* (2004) “Tabatinga e Letícia são centros interligados na cadeia produtiva do pescado, sendo que o pescado destinado ao mercado colombiano passa em parte por Tabatinga, onde há emissão de nota fiscal e manifesto de carga para trânsito de

²⁴ Espécie de frigorífico flutuante construído às margens do rio. Nas bodegas o peixe é pesado e, após a compra, é congelado.

internalização para Letícia” (p. 75). Dessa forma, o comércio do pescado é considerado freqüentemente como comercialização legal, “embora haja informalidade principalmente no desembarque efetuado com canoas a remo e motorizadas”. (p.54).

Em 2003, Batista & Chaves *et al* (2004) a partir da pesquisa intitulada “*Caracterização socioeconômica da atividade pesqueira e da estrutura de comercialização do pescado na Calha do Solimões-Amazonas*”²⁵, em entrevista realizada com representantes institucionais do IDAM, SEPROR, Polícia Federal e Marinha, identificou-se que o município não possuía, de fato, entreposto, tendo apenas bodegas (espécie de frigorífico) em Letícia. Isto, de certa forma, justifica o motivo pelo qual o peixe liso era e continua sendo vendido diretamente para as bodegas de Letícia.

Os autores enfatizam que a venda efetuada em Letícia decorre, ainda, dos donos das bodegas ofertarem aos pescadores melhor preço pelo peixe liso. Outra questão está relacionada com um determinado grau de dependência dos pescadores com os donos de frigoríficos, deste modo, os pescadores acabam vendendo a sua produção diretamente para os frigoríficos colombianos, uma vez que são financiados pelos mesmos. Os autores destacam que apesar dos colombianos ofertarem o melhor preço, estes é que definem o preço. No período da safra do peixe de couro, os pescadores vivenciam a grande desvalorização do peixe, seja no que se refere ao preço, seja na qualidade do pescado, em que os pescadores ficam sem alternativas, tendo que submeter-se as imposições dos donos de bodegas (*idem*).

Batista & Chaves *et al* (2004) afirmam que, segundo o relato do técnico representante do IDAM, “quem ganha com a comercialização do peixe liso é Letícia. Para este, o “ideal seria que o pescador de Tabatinga conseguisse agregar valores na comercialização do pescado, mas isso não está sendo possível, porém uma grande parte dos pescadores estão dependentes de padrões em Letícia”²⁶”. O representante do IDAM afirmou que no tocante ao setor da pesca, quando os pescadores argumentam sobre as dificuldades e limites para o desenvolvimento da atividade pesqueira na região, geralmente relacionam com a falta de instrumentos para realização dessa atividade. Entretanto, afirma o representante do IDAM que

²⁵O referido projeto foi um sub-estudo desenvolvido pelo Pyr, coordenado pelo Prof. Dr. Vandik da Silva Batista em rede com o Grupo de Pesquisa Inter-Aao, coordenado pela Profa. Dra. Ma. do P. Socorro R. Chaves. o projeto intitulado: o setor pesqueiro na amazônia: análise da situaao atual e tendências do desenvolvimento da indústria da pesca, foi coordenado por miguel petrere (financiado pelo Pró-Várzea e PNUD - período de ago/2002 a dez/2004).

²⁶ MONTEFUSCO. Entrevista realizada por ocasião da pesquisa *Caracterizaao socioeconomica da atividade pesqueira e da estrutura de comercializaao do pescado na Calha do Solimões-Amazonas*. Tabatinga-Amazonas, 2003 (60 mim).

“o que realmente limita é a questão do próprio mercado que impõe o seu preço, onde os pescadores ficam dependentes de Letícia”.

Para o representante do IDAM, conforme Batista & Chaves *et al* (2004), essa dependência ocorre porque os donos das bodegas na Colômbia oferecem e fornece a canoa, o motor de polpa, a gasolina, o gelo, portanto, todos os instrumentos necessários ao desenvolvimento de tal atividade. O pescador brasileiro, apesar das dificuldades, encontra naquele colombiano ao comercializar uma alternativa para continuar a realizar a atividade da pesca, haja vista que em Tabatinga não tem com quem comercializar o pescado com o mesmo valor oferecido em Letícia. Esse fato indica a falta de uma política de comercialização do pescado, não só em Tabatinga, bem como em toda região, tendo em vista que pescadores ribeirinhos/comerciais, barcos de pesca de outros municípios se deslocam até Tabatinga para realizar tal comercialização.

Em Tabatinga o descarregamento é realizado diretamente das embarcações, onde na sua maioria são canoas de pequeno e médio porte. As espécies comercializadas no porto do município são caracterizadas pelo peixe de escama, consumidos no mercado local. Cabe notar que no município o maior fluxo de comercialização se dá com a carga do peixe de couro (os bagres), realizado pelos barcos e canoas de grande porte, que comercializam diretamente para Letícia.

Os autores enfatizam que, embora, no município de Tabatinga o peixe de escama ser comercializado, a sua comercialização apresenta algumas dificuldades históricas, ainda hoje não superadas. Estas dificuldades, segundo os autores, estão relacionadas com a questão do armazenamento da produção no período da safra, bem como, no fato de não haver uma política efetiva de compra da produção excedente, o que obriga os pescadores a venderem muito barato o pescado, resultando em grandes perdas no investimento. Em se tratando do pescado de escama, os pescadores dão preferência à comercialização desta produção com os atravessadores, pois abreviam o tempo de estada no porto retornando logo às suas comunidades para o início e/ou continuação de suas atividades.

Apesar disso, conforme Batista & Chaves *et al* (2004), há uma grande queixa dos pescadores em relação à venda do pescado aos atravessadores, muitos deles afirmam não possuir outra alternativa, sendo *melhor do que permanecer o dia todo no porto, correndo o risco de não vender o peixe, não tendo como repor os custos* (Antonio, pescador, 2003). Além disso, deve ser levado em consideração, que na maioria das vezes, os pescadores já passaram a noite ou noites pescando, não apresentando condições físicas para esperar o tempo necessário para a venda do pescado no mercado.

Ao tomar por base as informações e abordagem analíticas apresentadas pelos estudos reportados, essa breve contextualização da atividade pesqueira no município faz-se mister, uma vez que é em decorrência das adversidades que são vivenciadas pelos pescadores - seja no processo de desenvolvimento da atividade, seja pelas dificuldades concernentes aos problemas de saúde (resultantes da necessidade de longa permanência na água, levando-os muitas das vezes ao abandono da atividade por serem acometidos por diversas doenças), bem como, das dificuldades do acesso ao financiamento e a bens e serviços sociais voltados para o setor da pesca - que estes se voltam as suas instituições representativas para debaterem suas problemáticas, (re)construindo o seu processo de organização, principalmente, no que tange a definição de seus territórios, assim como defesa das áreas de pesca, conforme destacaremos no item a seguir.

CAPÍTULO III

A Dinâmica da Organização Formal dos pescadores ribeirinhos na comunidade Tauarú-Tabatinga/AM

Os movimentos sociais são fenômenos históricos decorrentes de lutas sociais. Colocam atores específicos sob as luzes da ribalta em períodos determinados. Com as mudanças estruturais e conjunturais da sociedade civil e política, eles se transformam. Como numa galáxia espacial, são estrelas que se acendem enquanto outras estão se apagando, depois de brilhar por muito tempo.

(Gohn, 2006)

A história dos movimentos sociais de pescadores no município de Tabatinga configura-se como um processo em construção, observando-se que tal processo de organização indica o fortalecimento do setor para reivindicar direitos.

Apreender como se configura a organização política no contexto da pesca no referido município, exige um esforço em compreender essa organização de forma articulada a partir da dinâmica das diferentes dimensões do real (social, econômico, cultural e político), enfocando como os pescadores têm se mobilizado para participar dos espaços formais de decisão política, bem como a importância dessa organização política para estes enquanto instrumento na defesa de seus interesses.

Neste capítulo será tratado mais especificamente acerca da organização política dos pescadores da comunidade Tauarú, a qual trataremos a partir da caracterização da comunidade, enfocando o contexto da atividade da pesca, tendo em vista que é a partir das problemáticas vivenciadas no contexto da referida atividade que engendra-se o processo de organização política dos pescadores na comunidade.

• **Caracterização da Comunidade Tauarú em Tabatinga²⁷**

A comunidade Tauarú possui nome originado na cultura indígena, mais especificamente a partir de uma árvore com designação das *Ledetidáceas* existente na localidade. No tupi-guarani o nome Tauarú quer dizer pequena palhoça nas roças e seringais.

A comunidade de Tauarú derivada de etnia indígena, foi fundada nos anos de 1925 por Gonçalo Evangelista de Almeida e sua família. Nessa época viviam em uma casa residencial, onde viviam ao todo 12 pessoas. Nesse mesmo período a localidade, pois ainda não era considerada comunidade, era conhecida como Independência. Em 1930, chegaram mais três famílias: uma cearense, uma peruana e outra Ticuna, ampliando o total de moradores para 30 pessoas. (SILVA, 2004)

Atualmente a comunidade de Tauarú é denominada Comunidade de Novo Brasão de Tauarú, localizada na zona rural do município de Tabatinga, à margem esquerda do Rio Solimões, na propriedade do Sr. Antônio Miranda Calda e da Sra. Raimunda Calda, conhecida como Iaia. A mesma situa-se a 63 metros acima do nível do mar, estando distante de Tabatinga 33 km em linha reta e em via fluvial – a viagem em motor rabeta tem duração de 6 horas, 2 horas no motor 115 HP e 8 horas no motor de centro 45HP.

Silva (2004) informa que durante o período de 1925 a 1939, a comunidade Tauarú pertencia a comarca de São Paulo de Olivença. Em 1940, foi desmembrada do município de São Paulo de Olivença passando a jurisdição do município de Benjamin Constant. Nessa época a comunidade não era contemplada com nenhum tipo de apoio em termos de serviços sociais, tudo dependia dos próprios moradores, que arcavam com todos os seus labores para a sua sobrevivência.

Segundo Silva (2004) nesse período na comunidade Tauarú, com uma população de aproximadamente 60 habitantes e 10 casas residenciais, não existia nenhum tipo de comércio. Em 2006, conforme estudo realizado por Chaves (2006), esse número atinge um total de 54 grupos domésticos e 62 famílias, num total de 511 pessoas, entre crianças, jovens e adultos. Em 2007, a pesquisa de campo deste estudo identificou o aumento de 13 famílias, atingindo um total de 75 famílias, com aproximadamente 563 habitantes.

²⁷ As informações apresentadas neste item foram retirados do histórico da comunidade elaborado pelo Secretário da Associação de Produtores Rurais Silva, datada de e complementada com informações coletadas em pesquisa de campo por meio de entrevistas e conversas informais.

Em relação à obtenção de produtos manufaturados (açúcar, café, arroz, manteiga, feijão entre outros) a população que vivia na comunidade Tauarú comprava seus alimentos e seus pertences na sede do município ao qual pertencia, Benjamin Constant. Com um tempo, a comunidade foi evoluindo gradativamente, tanto em termo populacional, como também em sua estrutura física, ocupando uma área de 125.000 m². Em 10 de dezembro de 1981 por meio da Emenda Constitucional Nº 12 a comunidade de Tauarú foi desmembrada do município de Benjamin Constant, a qual passou a pertencer ao município de Tabatinga até os dias atuais.

Aproximadamente 95% de sua área pertence à terra indígena denominada EWARÉ I. A comunidade faz limites ao leste com a comunidade de São Fernandes que fica na ilha de Tauarú; ao norte com a comunidade de Sacambú I e II, ao sul com a comunidade de Jutimã, Uriqui e Sapotal; e ao oeste com a comunidade de Sacambú II.

Segundo Alencar (2005) a principal característica da comunidade Tauarú é a “existência de um tipo de organização social fundada no parentesco e na apropriação comunal dos recursos naturais existentes em seus territórios” (p.83).

Em estudo realizado por Chaves et al (2004), identificou-se que a comunidade Tauarú caracteriza-se por dois grandes tipos de ecossistemas: as áreas inundáveis compostas pelas terras de várzeas, os igapós, os furos e pelas florestas de terra firmes tais como as florestas altas e densas, baixas, as savanas, os cerrados e campos naturais. Porém, o que a diferencia de outras comunidades da região é seu modo de organização social, mas especificamente o modo como organiza suas atividades produtivas, as quais se caracterizam como um processo de atividades coletivas e de ajuda mútua, em que as relações de parentesco se apresentam como fundamental nesse processo²⁸. Outro fator significativo é a religião existente na comunidade, a qual influencia nas formas de organização e mobilização locais.

Tauarú está localizada, portanto, em uma área de várzea, em um paraná, conhecido como Paraná do Brasão. Esta área possui diversos igarapés e lagos, os quais são utilizados, principalmente, para o desenvolvimento da atividade pesqueira, caracterizando-se pela pesca de subsistência. Pois, segundo os pescadores, a pesca nos lagos e igarapés é apenas para o consumo dos grupos domésticos da comunidade. Estes afirmam a existência de um acordo de pesca informal, uma vez que ainda não existe uma portaria emitida pelo IBAMA para firmar esse acordo.

²⁸ Ver estudo Lima, 2001.

O objetivo dos pescadores em preservar o lago é de garantir o uso dos recursos pesqueiros, bem como possibilitar que as futuras gerações da comunidade possam obter sua manutenção. Na área abrangida pela comunidade existem lagos de preservação e de conservação.

Segundo os pescadores há lagos de preservação intocados a mais de cinco anos, o que é possível observar – segundo estes – pelas trilhas que permanecem intactas, em que estes mesmos possuem dificuldades de acessar o lago.

Para os pescadores esses lagos, que são considerados de preservação, irá garantir que a geração jovem da comunidade terá a garantia de uso do recurso pesqueiro.

Para tanto, estes definem regras próprias de acesso ao lago, destacando-se: as espécies a serem capturadas; os pescadores que devem ser apenas os da comunidade; a comunidade é responsável em fiscalizar quem adentra os lagos. Tal questão indica que a implementação de um acordo de pesca entre essas comunidades deverá ser bem discutida, no sentido de não desencadear conflitos entre estas. Pois, do contrário o acordo não obterá os resultados esperados, uma vez que o uso do recurso pesqueiro é de direito dessa população que há décadas vivem na área.

A preservação dos lagos pelos comunitários apresenta uma estratégia importante para a garantia e manutenção do recurso pesqueiro para os grupos domésticos residentes na comunidade Tauarú. Porém, isso não exclui o uso incorreto – como afirmam os pescadores – por parte de alguns pescadores da própria comunidade. Pois, ocorre que alguns pescadores capturarem espécies não permitidas (como o tambaqui e o pirarucu) para comercialização. Assim, observa-se controvérsias entre os pescadores para a preservação e conservação dos lagos.

Vale destacar, segundo os pescadores informantes, que nos últimos dez anos houve uma acréscimo de pescadores - externos a comunidade – que pescam na área, motivo pelo qual a comunidade tem se organizado para fiscalizar a entrada destes. Apesar dessa fiscalização ocorrer com frequência, os pescadores e comunitários afirmam que não eliminou a entrada de outros pescadores, tendo em vista que a preservação de lagos ainda não é oficial.

A busca de garantir a fiscalização dos lagos, a comunidade tem se organizado junto ao IDAM e IBAMA para oficializarem um acordo de pesca. No que se refere a este acordo de pesca pretendido pelos pescadores da comunidade Tauarú, será incluído mais duas comunidades próximas à comunidade. Porém, essa inclusão ocorre por estes considerarem

que os moradores destas comunidades sempre pescaram na área. No entanto, estas comunidades não são tão aceitas pelos pescadores de Tauarú, uma vez que estes – por não haver um acordo oficializado – acessam o lago sem a autorização devida.

As atividades produtivas dos grupos domésticos que vivem na comunidade supracitada vivenciam um conjunto de fenômenos relacionados ao uso do recurso pesqueiro, dentre eles destacam-se os condicionamentos do ciclo da natureza, mais especificamente pelo ciclo da água, uma vez que este ciclo se caracteriza pelo fenômeno da enchente, da vazante e da seca, o que regula em grande parte o cotidiano dessa população que vive em área de várzea. Dessa forma o processo de trabalho produtivo é realizado segundo o ciclo sazonal, na realização das atividades como: extrativismo vegetal, animal (pesca e caça), agricultura. Segundo os estudos realizados por Chaves et al (2004), no período da cheia dos rios as atividades produtivas realizadas nas comunidades como: cultura da roça, cultivo da agricultura, para subsistência e comércio em pequena escala, assim como a pesca e a caça, ficam em grande parte comprometida.

A exemplo dessa realidade destaca-se o fenômeno diferenciado da cheia ocorrida no final de 2006 para 2007 em Tauarú, o que ocasionou a antecipação da colheita da mandioca para o preparo da farinha, pois muitas áreas de plantio ficaram rapidamente alagadas, ocasionando a perda da produção, em alguns casos a perda total. Com isso, a mandioca, segundo os comunitários, foi retirada ainda “nova”, ocasionando problemas com a qualidade da farinha, bem como com a quantidade, pois com a antecipação da cheia muitos grupos domésticos não tiveram como realizar o processo de preparar farinha para suprir as suas necessidades, bem como produzir o excedente para comercializar. Esse fato dificultou o acesso a produtos industrializados (como açúcar, café, óleo, arroz etc), que são obtidos a partir dos recursos monetários conseguidos com a comercialização do excedente da produção.

Considerando, que a forma de trabalho dessa população ribeirinha é basicamente extrativista, agrícola e pesca centrado na produção familiar, o fenômeno da mudança no regime das águas, a enchente, por exemplo, é determinante no que concerne ao processo produtivo.

- **Infra-estrutura física e de serviços sociais**

A maior parte da população que vive na Amazônia vivencia a falta e a deficiência de serviços públicos, no caso das comunidades ribeirinhas essa problemática se agrava, havendo

a falta ou ausência de serviços de saneamento, luz, água, comunicação, saúde, educação e outros.

A comunidade Tauarú apresenta *infra-estrutura* básica, oferecendo a sua população alguns serviços públicos indispensáveis, apesar de insuficientes para atender às necessidades básicas da população. Destaca-se os seguintes equipamentos sociais: telefone, casa de farinha, escolas, posto de saúde. No que concerne ao saneamento básico à comunidade, a exemplo da maioria das comunidades na região amazônica, não possui nenhum serviço. Deste modo, as fossas, os dejetos, o lixo entre outros ocasionam problemas de saúde, principalmente, às crianças, como: diarreia, verminoses etc.

Lima (2004) enfatiza que os investimentos na melhoria dos serviços sociais na área de saúde e educação, bem como na infra-estrutura comunitária, como saneamento, água tratada, tratamento de lixo, pavimentação, entre outros, são direcionados apenas para a área urbana, configurando-se como falta de comprometimento, uma vez que no sistema capitalista o centro de desenvolvimento e investimento é o urbano.

Dessa forma, não há, por exemplo, uma política de energia alternativa para o meio rural, já que a energia convencional não é apropriada para a área rural. Vale destacar que a energia oferecida na comunidade Tauarú, por exemplo, foi concedida a partir de pressão por parte dos moradores das comunidades junto às instituições públicas.

Os serviços existentes na comunidade Tauarú, conforme afirmam suas lideranças formais e informais, foram implementados a partir das articulações junto à prefeitura. Para Souza (2004) essa articulação configura-se como uma ação comunitária - uma forma de cooperação – que tem como objeto e objetivo superar as dificuldades que, no âmbito da comunidade, “impedem o desenvolvimento do homem enquanto ser coletivo” (2004, p.22).

- **Estrutura das moradias**

A estrutura das casas (**figura 4 e 5**) da comunidade não foge a regra da forma como são construídas as casas em outras comunidades localizadas na região. No entanto, a comunidade possui características, que nem sempre é tão comum, qual sejam, as habitações se localizam em um núcleo central, não sendo muito dispersas. Assim, as casas são próximas umas das outras, o que facilita o acesso às residências estabelecidas na comunidade,

possibilitando, ainda, maior intercâmbio entre os comunitários, bem como maior participação nas atividades organizativas da comunidade.

O material de cobertura das casas são tanto de palha, como de zinco, sendo que a maioria é coberta de zinco, por conta das cheias, as casas são construídas em palafitas; o tamanho das casas possuem de três a quatro cômodos; as casas não contam com grandes quintais, os quais são utilizados para criação de pequenos animais como galinhas, pato etc.



Figura 4: Estrutura da casas, Calegare.Fev/07

Figura 5: Estrutura da casas, Calegare.Fev/07

As moradias, portanto, caracterizam-se como núcleos habitacionais considerados como espaço que abriga a família e seus agregados. A “concepção de família compreende não apenas os membros com laços consangüíneos, mas todos que participam para a formação de um grupo doméstico-familiar”. A construção das habitações possui determinantes históricos e socioculturais dos quais derivam habilidades e saberes relativos: ao conhecimento para identificar no interior da mata a disponibilidade e as qualidades próprias dos recursos locais para cobertura e a variedade de madeira apropriada para construção das moradias; o domínio das técnicas tradicionais de construção em madeiras, bem como os diversificados motivos e tessumes de palha e cipós para cobertura e; baixo custo da construção de madeira comparado aos outros materiais como as obras de alvenaria, que possuem custos elevados tornando-se praticamente inviáveis para os grupos ribeirinhos (CHAVES et al, 2007, p. 48).

- **Educação**

A educação no âmbito das comunidades ribeirinhas se configura como fator preponderante para o desenvolvimento da comunidade. Nessa perspectiva, Sachs (2000) defende que a escola precisaria passar a ser uma espécie de agência local de desenvolvimento,

envolvendo sistematicamente as crianças na gestão dos negócios da comunidade e dando-lhes o sentido de responsabilidade de cidadania como *quantum* de informações de valores científicos. No entanto, para Sachs (idem), a grande questão dessa proposta ocorre pelo fato desta não conseguir ser universal, uma vez que tal “modelo depende da cultura, formação social de um povo”, sobretudo, considerando-se “que depende da forma que esta população está organizada, assim como o seu processo de inserção dentro de uma proposta desse tipo” (p. 62).

No que se refere ao serviço de educação oferecido pelo poder público na comunidade Tauarú, esta conta com a Escola Municipal Paraná da Saudade, a qual atende (ano letivo de 2007), 285 estudantes. Além dos estudantes da comunidade de Tauarú, a escola atende alunos das comunidades vizinhas: Sacambú I e II e São Fernandes.

A infra-estrutura da escola conta com: 06 salas de aula; 01 banheiro; 01 quarto para professor (**figura 06**). Em fevereiro de 2007 a comunidade acabara de comemorar a vitória da conclusão, pela prefeitura, de um anexo da escola municipal (**figura 07**), até então sem nome, tendo como estrutura: 04 salas de aula; refeitório; cozinha; 02 quartos para os professores e 02 banheiros. Vale informar, que enquanto a nova escola não tinha sido concluída, os comunitários construíram uma área improvisada para os professores ministrarem as aulas, de forma não prejudicar os alunos. A construção da nova escola se fez necessária, uma vez que apenas uma escola não conseguia atender a demanda da comunidade.



Figura 6: Esc. Munic. Paraná da Saudade
FONTE: Francenilda Oliveira. Fev/2007



Figura 7: Anexo da Escola
FONTE: Marcelo Calegare, Fev/ 2007

A escola dispõe de 01 (um) canoão, transporte fluvial, mantido pela prefeitura em que o catraieiro é pago, também pela prefeitura. O referido transporte contribui no deslocamento dos alunos externos a comunidade.

O diretor da escola é um morador da comunidade, que está estudando o normal superior na Universidade Estadual do Amazonas – UEA, com núcleo em Tabatinga. É interessante destacar o fato de o diretor ser da própria comunidade. No entanto, conforme as lideranças, para manter o referido professor como diretor, este precisou se inserir na faculdade, o que representa grande significado pra comunidade, pois, concomitantemente, a escola possui um membro da comunidade qualificado para implementar novas atividades.

A escola é construída toda em madeira, com um pavilhão coberto de zinco. Sua área construída é de 330.00 m², distribuída em 05 salas de aula, com capacidade para 40 carteiras, uma mesa, uma cadeira onde o professor ministra suas aulas, um quadro negro. Além das salas de aula, há também uma secretaria, uma cozinha, um refeitório, dois banheiros, uma caixa com capacidade para 1.000 litros d'água. Apresenta-se em bom estado de conservação com salas amplas e arejadas.

A escola, desde 2000, conseguiu junto à Prefeitura de Tabatinga implantar o ensino do Ensino Fundamental de 1^a a 4^a série, não mais no sistema seriado, representando uma conquista da comunidade, pois possibilitou melhoria na forma de ensino por parte dos professores. Tal conquista demandou a contratação de mais professores, bem como a qualificação dos professores da comunidade que ministravam aula. Para os líderes da comunidade esse avanço garantiu melhoria na qualidade do ensino, já que no sistema multiseriado a dificuldade de aprendizado são maiores.

Os benefícios para a comunidade com o novo sistema de ensino – resultado da capacitação adquirida pelos professores – referem-se à possibilidade destes iniciarem um novo trabalho de ensino-aprendizagem na escola. Outro benefício importante, refere-se à inserção dos adultos na escola, os quais tiveram a possibilidade de concluir o ensino fundamental.

Essa questão se apresenta em muitas comunidades da região e, somente nos últimos cinco anos, a partir da mobilização da comunidade é que têm sido possível mudar o quadro de ensino na zona rural, que se apresenta muito precário, comparando com o ensino na área urbana, seja nos municípios seja na capital do estado.

Outra informação significativa é o fato dos professores iniciarem o resgate da história da comunidade, os quais realizam um conjunto de atividades junto aos alunos para que estes conheçam a história da comunidade, costumes, práticas produtivas entre outros. As principais atividades, para alcançar esse objetivo, são desenvolvidas a partir de entrevistas com os mais velhos da comunidade, criação de maquetes, desenhos da comunidade, gincanas entre outras.

Segundo o líder da comunidade isso se configura como questão importante para que a geração futura da comunidade possa conhecer a história da comunidade, bem como “dar continuidade da cultura”. O líder destaca, ainda, que os alunos de hoje, também, são a possibilidade de se tornarem futuros professores e, conseqüentemente, reproduzir o conhecimento sobre a comunidade aos mais novos. Para o líder a expectativa é que os alunos que estão estudando e, tendo a possibilidade de concluir o ensino médio, bem como realizar o curso Normal Superior, oferecido pela Universidade Estadual do Amazonas, com unidade em Tabatinga, possam permanecer na comunidade e formar o quadro de professores da comunidade.

Nas conversas informais com os moradores mais antigos ficou evidente a preocupação destes com o “futuro da comunidade”, pois segundo estes, os jovens “já não se preocupam com os costumes da comunidade”, principalmente, no que se refere em preservar as “regras” da igreja. Tal questão indica a preocupação dos líderes da comunidade com a preservação da cultura da comunidade, os quais entendem como: os costumes, hábitos, religião entre outras atividades desenvolvidas pela comunidade ao longo de sua história.

A questão do ensino configura-se, também, como importante para o processo organizativo da comunidade, pois a educação em sua complexidade torna-se importante à medida em que esta possibilita, dentre outras questões, o acesso à informações.

Conforme, pesquisa realizada em fevereiro de 2006, com 21 representantes de grupos domésticos, equivalendo a 10% de um total de 52 grupos domésticos, observou-se que na comunidade Tauarú há um índice significativo de comunitários que estudaram, ou estão estudando (figura 08).

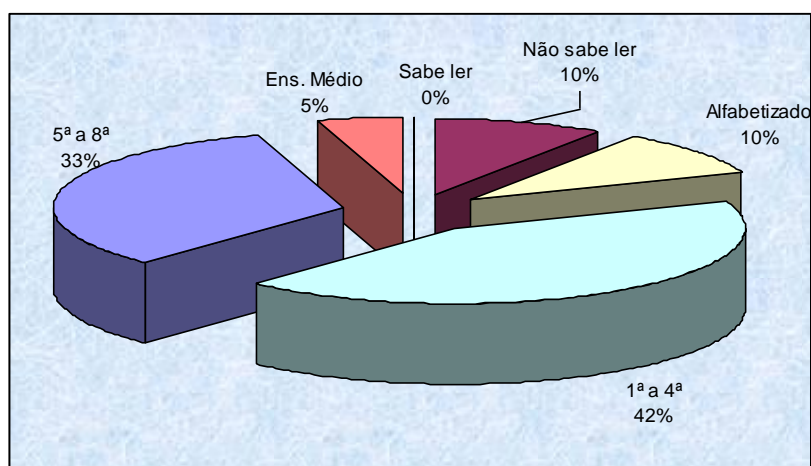


Figura 8: Nível de Escolaridade dos comunitários de Tauarú
FONTE: Pesquisa de campo realizada em Fev/2006 - Inter-Ação.

As informações no gráfico indicam que o nível de escolaridade não se caracteriza como baixo, porém é preciso observar que do ponto de vista qualitativo, foi possível identificar, no decorrer das entrevistas, que há dificuldades no que se refere ao domínio, por exemplo, da leitura e/ou até mesmo da capacidade de interpretação e escrita por parte destes.

Nesse sentido, a educação – enquanto cidadania – direito conquistado, se caracteriza como possibilidade de conhecimento de direitos, possibilitando participação no processo de tomada de decisão na defesa e reivindicação por direitos sociais. Alencar (2005) afirma que os “investimentos da infra-estrutura das unidades escolares dos pólos de educação e da qualificação dos professores para lecionar cursos até a 8ª série resultaram na descentralização da demanda por educação formal”, política esta, que estava direcionada para a cidade.

Essa política foi viabilizada após o processo de municipalização da educação, que permitiu ampliar o número de salas de aulas e contratar novos professores. Vale destacar, que isso é resultado da organização da população rural, que no processo de organização comunitária passa a exigir do governo municipal a construção de escolas nas comunidades rurais.

Na dinâmica do processo educacional na comunidade Tauarú é válido salientar que a adoção da política dos pólos de educação tem permitido a formação escolar de adolescentes na comunidade, prevenindo sua migração, juntamente com a família, para as áreas urbanas, além de ampliar as vagas para professores na área rural, aumentando a oferta de emprego. Alencar (2005) corrobora afirmando que, além disso, surgem também outras opções de trabalho como: motoristas de barcos, serventes das escolas, diretores, vigilantes e professores.

Os cargos de professor são ocupados tanto por pessoas da área rural quanto da área urbana, enquanto os outros cargos são ocupados apenas por pessoas da comunidade, conforme ocorre em Taurú. Entretanto, a autora enfatiza, que essa política tem levado a uma ausência ou a um compromisso menor do poder público municipal, para com as comunidades menores, que passam a depender da assistência das comunidades maiores, onde estão situados os pólos. A tendência observada é a de que as comunidades pólo, poderão ser mais beneficiadas do que as comunidades de menor porte.

No caso de Tauarú apesar de atender outras comunidades (conforme já citado), esta ainda não possui atenção no que se refere ao oferecimento do ensino médio, pois para implantar o ensino médio a Secretaria Estadual de Educação - SEDUC exige que haja uma turma forma por no mínimo 30 alunos. Dessa forma, uma vez que a comunidade não alcançou

esse número alunos, não poderão ser beneficiados com o ensino médio. Segundo o líder da comunidade, em 2007, faltavam apenas 05 alunos para completar tal turma. Tal fato a necessidade de uma política de educação com exigências diferenciada para a zona rural, tendo em vista que ainda em 2007 a previsão era de 20 alunos concluírem o ensino fundamental na comunidade.

Segundo as lideranças entrevistadas, são diversas as problemáticas vivenciadas na área educacional, principalmente, no que diz respeito ao aprendizado dos alunos, entre eles destaca-se:

- a falta de equipamento: televisão, vídeo, computadores, caixa de som amplificada, retroprojeter, antena parabólica, aparelho de som, etc;
- a falta de recursos didáticos como: livros; material de apoio às aulas;
- a falta de infra-estrutura: sala dos professores, laboratório de informática, praças, bibliotecas, bebedouro, relógio, poço artesiano, iluminação, quadra de esporte, ar condicionado, armário arquivo, armário modular, telefone público, geladeira, televisor, vídeo cassete, material de cozinha (fogão, botija, pia, liquidificador, bacia, balde, prato de plásticos, colheres, taças, cestos de lixo).

Essas problemáticas exigem muita criatividade dos professores para superar as dificuldades vivenciadas no cotidiano em sala de aula. Porém, o desestímulo não deixa de existir.

A falta investimento na qualidade de vida das populações que vivem na várzea, forçamos a enviar seus filhos para a área urbana, os quais em sua maioria vão residir em locais insalubres e inadequados para residir, em que a problemática apenas se transfere. Em geral, apenas os jovens se deslocam para a área urbana, nos quais é depositado a esperança de que irão melhorar de vida. Em Tauarú, essa realidade é constante, havendo investimentos dos pais, em ralação aos mais jovens, para estudarem e melhorar de vida na cidade.

No entanto, há grande preocupação por parte das lideranças em garantir melhoria na qualidade de vida na comunidade, de forma que esta não venha deixar de existir. Para tanto, os esforços são constantes, segundo as lideranças, em buscar o desenvolvimento da comunidade.

Desde de 2004 a escola está sob a administração do Senhor Jerônimo Almeida Tananta, sob a portaria de nº 016/2002 – SMECEL²⁹. Este cursa a 6ª etapa do Curso Normal Superior, no município de Tabatinga e, segundo os relatos dos sujeitos da pesquisa, bem como, este vem realizando um bom trabalho mantendo um relacionamento dinâmico com os alunos e com os professores e demais membros do corpo administrativo.

No histórico da comunidade é enfatizado que a gestão da Escola sempre se fundamenta na realização de um bom trabalho, voltado para a realidade do aluno, de modo a facilitar o aprendizado dos mesmos, para que eles possam desenvolver suas atividades dentro de suas próprias realidades. Segundo o diretor da escola, o relacionamento dos docentes e discentes e demais pessoas que fazem parte da vida cotidiana escolar configura-se como importante para que estes vivam em harmonia uns com os outros, em que os professores procuram resolver os problemas que surgem de forma agradável, possibilitando aos alunos maior criticidade em relação a realidade vivenciada por eles, para formarem sua própria opinião sobre o mundo presente e futuro.

Segundo o diretor, ainda, para manter um bom relacionamento e contato com os pais dos alunos, a Escola realiza periodicamente reuniões pedagógicas, com o intuito de resolver os problemas que surgem na convivência do dia-a-dia em sala de aula com os alunos.

A questão do nível escolar de uma comunidade tem se apresentado de forma significativa no processo de organização política, pois - para os entrevistados - quanto maior a escolaridade, maior nível de conhecimento e, concomitantemente, aumenta a capacidade de mobilização de um líder, bem como a possibilidade de conhecer os direitos que estes possuem, bem como *explicar para a comunidade*. Outra questão significativa é da possibilidade de aprendizagem adquirida no processo de organização, bem como a capacidade, por exemplo, de uma comunidade como Tauarú, qualificar seus representantes, bem como formar seus próprios intelectuais orgânicos.

• O atendimento de saúde na comunidade Tauarú

O atendimento de saúde na comunidade Tauarú é feito por um Posto de Saúde (de pequeno porte), mantido pela Prefeitura e com apoio da FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI, inaugurado no mês de fevereiro de 2007, sob a gestão dos seguintes

²⁹ Histórico da comunidade elaborado pelo diretor da Escola Silva.

comunitários: Manuel Hayden de Oliveira; Alzendia da Silva Carvalho; Leandro da Silva de Almeida; Cleide da Silva Rodrigues. Porém, não havendo medicamentos.

A inauguração do posto na comunidade configurou-se como umas das reivindicações da comunidade junto a prefeitura do município de Tabatinga. Segundo, as lideranças e o responsável pelo posto, num primeiro momento o posto significa uma grande conquista. Porém, apesar da estrutura-física garantida, faz-se necessário ainda a mobilização, por parte da comunidade, para garantir o funcionamento com qualidade do posto, tendo em vista que para atender a demanda da comunidade é preciso haver os serviços: consultas, encaminhamentos entre outros.

O serviço de saúde prestado é de primeiros socorros, com a distribuição de alguns medicamentos para aliviar dores (cefaléia, estomago) e curativos . Em casos graves o doente é deslocado para a sede do município em uma *balieira* (canoa grande com motor mais potente que uma rabeta), cedida recentemente pela Prefeitura. O combustível é fornecido pela prefeitura, porém, segundo o responsável do posto, na maioria das vezes a quantidade não é suficiente para atender a demanda, havendo, portanto, custo para comunidade e para o responsável.

A comunidade ao longo da sua história usa de conhecimentos tradicionais, com uso de plantas medicinais para a cura de doenças, bem como para outros atendimentos, como por exemplo, serviços de parteira. Para a realização desta última há na comunidade duas senhoras que são responsáveis por esse atendimento: Ermina Lopes Tananta; Luzanira Bento Nogueira, as quais colaboram no acompanhamento das grávidas. Estas acumularam conhecimentos acerca do tratamento das grávidas, as quais são referencias na comunidade. Vale informar, que atualmente, as mulheres grávidas se deslocam para Tabatinga para serem atendidas pelo serviço de *parto* da maternidade. Na maternidade elas podem ser acompanhadas, como também, se instala na própria maternidade, até o momento de retornar para a comunidade.

Os comunitários também recorrem ao *curandeiro* da comunidade, sendo que os comunitários ao sentirem qualquer sintoma de saúde recorrem, primeiramente, ao *curandeiro*, o qual a partir de remédios caseiros ajuda no tratamento de doenças. Nos casos em que o curandeiro não resolve o problema, este orienta que o doente procure o posto da comunidade.

A partir disso observa-se a importância do curandeiro no contexto da comunidade. Pois, esse tipo de prática é milenar na região amazônica, desenvolvida por muitas

comunidades. Outra questão importante a destacar é o fato desta prática se configurar como alternativa de saúde para essa população ao longo de sua história, os quais eram desprovidos de qualquer serviço de saúde.

- **Energia**

No município de Tabatinga, mais especificamente na comunidade Tauarú, a produção de energia é independente, com grupo gerador a diesel. Esta é a forma de acesso a este serviço, comprometendo a qualidade de vida. Pois, a exemplo dos pescadores, estes necessitam de energia elétrica para a produção de gelo e/ou armazenar o pescado.

O não oferecimento desse serviço eleva os custos seja com deslocamento para obter gelo, seja na manutenção de sistemas de produção independente que são onerosos (gerador a diesel). Além disso, precisam da eletricidade para atender às necessidades de educação, condições de habitação, nutrição, infra-estrutura, (transporte, assistência técnica, equipamentos comunitários), saúde e trabalho (CHAVES et al, 2006).

A comunidade Tauarú para superar tais dificuldades dispõe da produção e distribuição de um Gerador de Energia Elétrica a diesel, o qual funciona no intervalo das 18:00h às 21:00h durante todos os dias, mantido por recursos advindos dos próprios comunitários (figura 09 e 10), e com apoio (não permanente) da prefeitura de Tabatinga. O gerador foi instalado na comunidade a partir do Programa de Eletrificação Rural do Governo Luiz Inácio, sendo inaugurado em 14/08/2006.



Figura 09: Gerador de Energia.
FONTE: Francenilda Oliveira. Fev/2007



Figura 10: Placa de inauguração do Gerador
FONTE: Francenilda Oliveira. Fev/2007

Vale enfatizar, portanto, que o motor, em decorrência da demanda da comunidade, não consegue atender a todos, bem como funciona com precariedade, tendo em vista que os comunitários não conseguem manter o funcionamento pela falta do diesel, assim como garantir manutenção do gerador. A exemplo, no período de fevereiro de 2007, o motor estava sem funcionar, pois estava com problemas técnicos de funcionamento.

É importante frisar a necessidade de identificar alternativas de tecnologias de produção de energia que garantam o seu funcionamento. Pois, dois fatores são significativos para o não funcionamento do motor: 1) a falta de recurso da comunidade para manter o motor funcionando, ainda que o funcionamento seja em média de apenas 3 a horas por dia; 2) a distância da comunidade até a sede do município para a aquisição do diesel, tendo em vista que o custo é elevado, não compensando o deslocamento.

Dessa forma, o acesso a energia é limitado, pois no momento em que o motor de distribuição de energia deixa de funcionar, por problemas técnico, a comunidade fica sem alternativa para acessar esse serviço, ainda que haja em média 10 motores de luz (particular) na comunidade.

Referente ao serviço de comunicação, a comunidade dispõe de um telefone público (EMBRATEL), doado pela Prefeitura Municipal na gestão do Prefeito Raimundo Nonato Batista de Souza (Boi), gestão 1997-2000. Na comunidade, faz-se uso, também: de cartas, em que utiliza-se o endereço da Colônia de Pescadores, que articula o recebimento das correspondências destinadas as comunidades, assim como aos pescadores; rádio e televisão para a comunicação externa e recebimento de noticiários, sendo de grande entreterimento para os comunitários.

• **Abastecimento de Água**

No conjunto dos serviços sociais públicos a água tratada é um dos serviços públicos prioritários cuja universalização é garantida como direito dos cidadãos. A Amazônia, concentra o maior reservatório de água doce do planeta, porém contraditoriamente apresenta um baixo índice de água tratada. A região Norte, situada nos limites da Amazônia, apresenta o quadro de um dos menores patamares de atendimento por esses serviços (CHAVES et al, 207, p. 49).

Além disso, o serviço de água canalizada prestado pelas concessionárias restringe sua abrangência ao meio urbano. No meio rural, de modo geral, são raras as comunidades que possuem poços artesianos (idem).

Na comunidade Tauarú, dentre os diversos problemas quanto ao oferecimento de serviços públicos, destaca-se o problema do abastecimento de água. Na comunidade as principais fontes de consumo doméstico de água são: água retirada diretamente da natureza (fontes de água corrente, rios, lagos) e poços artesianos.

Na comunidade foi construído um poço com objetivo de fornecer água encanada para as casas dos comunitários. Porém, a água não é de qualidade e sem condições de consumo. Segundo os comunitários, a água não é indicada para o consumo doméstico, nem mesmo para lavagem de louças.

Segundo os entrevistados a falta de água se agrava no período da seca. Nesse período a comunidade fica sem condições de consumir água para realização dos serviços domésticos, para o banho e para beber. Essa dificuldade ocorre porque o rio fica muito seco, deste modo o local de acesso à água fica distante em torno de uma hora de caminhada. Os comunitários afirmam que fica difícil para carregar baldes com água até as residências.

Para superar as dificuldades no consumo de água no período da seca, os comunitários utilizam várias estratégias para equacionar tal problemática. Dentre elas destaca-se o armazenamento de água da chuva. Porém, é preciso contar com a natureza para que chova, do contrário a situação agrava-se. Vale informar, que a armazenagem da água é feita em tanques de água doados aos comunitários pela prefeitura a partir de mobilizações e reivindicação junto a prefeitura.

É válido ressaltar que, conforme afirmaram os comunitários, a problemática do abastecimento de água na comunidade não é solucionada pela prefeitura, apesar das solicitações, os quais salientam a insatisfação quanto à falta de empenho do poder público em definir uma forma explícita propostas que solucionem a problemática do acesso a água.

• Equipamentos Sociais

Dentre as características marcantes da comunidade Tauarú é importante destacar que em sua área central, bem próximo à margem do rio, estão localizadas 01 casa de farinha

comunitária com dois fornos (**figura 11**). No mesmo local os comunitários contam com a máquina de coivara e prensa (**figura 12**).



Figura 11 : Casa de Farinha,
FONTE: Elane Silva, Fev/2007



Figura 12:Máquina de prensar mandioca
FONTE: Francenilda Oliveira Fev/2007

Além da casa de farinha comunitária, na comunidade há um total de 05 casas de farinha de propriedade privada a grupos domésticos específicos, porém o uso ocorre de forma coletiva a partir de revezamento entre os grupos familiares da comunidade, observando-se um processo de ajuda mútua. Vale frisar, que nas casas de farinha, particular, em geral os grupos domésticos trabalham intensamente na produção da farinha, havendo o envolvimento de toda a família.

Esse processo de colaboração, referente ao uso dos equipamentos sociais, se configura como importante, bem como necessário para que os grupos domésticos realizem suas atividades. Esse tipo de prática é comum no conjunto das comunidades ribeirinhas da região, caracterizando-se como uma estratégia de sobrevivência, bem como de superação das dificuldades, vivenciadas, por exemplo, pela falta de equipamentos no processo da produção da farinha.

Com base no estudo de Souza (2004) acerca do desenvolvimento de comunidade, o debate proposto colabora na argumentação, de que essa prática caracterizando-se como *ação comunitária* possibilita o *desenvolvimento do homem enquanto ser coletivo* (p.22).

Assim, na comunidade Tauarú, considerando a questão da prática do empréstimo e revezamento dos equipamentos sociais, seja ele comunitário ou particular, o objetivo é de ajuda mútua, possibilitando o enfrentamento das dificuldade vivenciadas pelos comunitários.

- **Instituição religiosa**

Na infra-estrutura da comunidade destaca-se, também, a Igreja de Santa Cruz denominada Associação Católica Apostólica Evangélica (**Figura 13**).



Figuras 13 e 14: Associação Católica Apostólica Evangélica

A Religião da Santa Cruz, segundo os seus líderes em entrevista, foi fundada pelo missionário José Francisco da Cruz, no ano de 1944, no sul de Minas Gerais, Brasil foi iniciada em 07 de junho de 1962 no norte do Paraná. Surgiu na propriedade de Dom Afonso, mais especificamente, na Fazenda de Dom Aurélio, na casa de dois irmãos mineiros – Dom Pedro e Dom Bento –, em frente à cidade Faturinha no município de Paranasite. Na atualidade, tem como centro espiritual a igreja Madre Central do Brasil que fica situada no rio Iça em um afluente que se chama Rio Juí, pertencente ao município de Santo Antônio do Iça.

Na região do Alto-Solimões, a Cruzada teve início, em 1944, arregimentando adeptos, sendo uma religião muito comum nesta região. Em Tuarú a referida religião iniciou em 20 de Janeiro de 1977. Vale informar, que esta é predominante na comunidade, sendo a maioria dos comunitários adeptos a esta, sem haver nenhuma outra religião, o que a diferencia de outras comunidades na jurisdição, tanto de Tabatinga, como de Benjamim Constant.

Em outras comunidades do alto-solimões, observa-se uma diversidade de religiões em uma mesma comunidade, como: Católica; Batista; Adventista; Assembléia de Deus etc.

As atividades na Igreja são diversas, tais como: rezas todos os dias de 04h as 05h da manhã; novenas de acordo com o santo do mês; rezas todos os dias de 17h às 18h; aos domingos de 07 as 09h da manhã, as vezes se estendendo um pouco o horário, pela parte da tarde, ainda no domingo, a comunidade se reúne novamente para rezar de 17 as 18h.

A referida religião exerce significativa influência no que se refere às relações sociais estabelecidas entre os comunitários, principalmente, no processo de tomada de decisão, influenciando a forma como a comunidade se organiza, seja para o trabalho coletivo e/ou individual. Uma característica importante dessa comunidade é o fato de não haver diversificação de religião, pois há resistência para entrada de qualquer outra religião.

Atualmente, há atuação da Pastoral da Criança da Igreja Católica na comunidade, porém com restrições, ou seja, é permitido que a agente pastoral – membro da comunidade – realize apenas o que diz respeito ao acompanhamento nutricional das crianças, como: pesagem, medições, distribuição de farelo e orientações sobre a alimentação. As atividades que complementares como: orações, leitura da palavra entre outras não são permitidas.

Vale dizer, que a referida atividade, por fazer parte de outra ordem religiosa, ao ser implementada deparou-se com dificuldades de aceitação, tanto pelas lideranças religiosa locais, como também por parte dos comunitários. Porém, com a insistência da agente pastoral, a qual já desenvolvia as atividades no município de Tabatinga (a agente casou-se com membro da comunidade, passando a residir nesta), bem como as mulheres passaram a observar a importância do trabalho, no que refere-se ao acompanhamento nutricional das crianças, as atividades puderam se desenvolver.

É interessante informar que para participar do *culto*³⁰ os participantes devem observar a vestimenta adequada, sendo: as mulheres de saia longa e camisa de mangas cumpridas; os homens de calça e mangas cumpridas. Vale salientar, que esta vestimenta, conforme o estatuto, da referida religião, deve ser usada em todo momento da vida de seus

³⁰ No que se refere ao *culto* realizado nas horas supracitadas, é vedado a participação de quem não faz parte da comunidade, ou quem não esteja com a vestimenta adequada. Referente a essa questão, vale informar, que a equipe presente na comunidade para o desenvolvimento da pesquisa de campo, foi questionada a possibilidade de participação no *culto*. Segundo o atual presidente da Igreja, já havia sido levantado entre os membros da diretoria a realização do convite para a equipe. Ainda assim a participação precisou passar pela aprovação dos dirigentes e, principalmente, pela autorização do mais antigo presidente, o qual possui grande influência no processo de tomada de decisão. Após permitida a participação da equipe no *culto*, ainda que sem a vestimenta adequada, houve acolhimento e boas vindas no culto do domingo à tarde (17h). Porém, por questões éticas, considerando que não há previsão para participação de estranhos, não será descrito aqui como ocorre o *momento da reza*. É importante salientar que a participação da equipe no culto desencadeou maior aproximação da comunidade, descontração e confiança por parte destes. Para eles o fato da equipe ter participado do culto representou para este respeito aos costumes. Questão importante na relação entre pesquisador e pesquisando, em que a troca de informações ocorre de forma mútua, pois é medida que se passavam os dias os comunitários, também, buscavam informações, os quais procuravam entender melhor como seriam utilizadas as informações, bem como a importância de conhecer a realidade de uma comunidade.

membros, inclusive no momento de tomar banho. Porém, foi possível observar que isso não ocorre tão assiduamente, principalmente, por parte dos homens.

A exigência da vestimenta, apesar de não ser cumprida da forma como é definida pela igreja, os comunitários justificam que não significa transgressão às regras, mas conforme destacam os comunitários se trata da dificuldade de permanecer com a vestimenta no clima demasiado quente. Por outro lado, o não uso da vestimenta decorre de muitos comunitários não participarem tão frequentemente dos cultos, os quais ainda que sejam adeptos à religião supracitada, não seguem rigorosamente suas *regras*.

Para aqueles que não observam as regras, ocorre devido a discordância em relação à várias regras. Isso acontece com mais frequência entre os jovens, principalmente, os mais jovens, pois em geral estes em sua grande maioria não participam dos cultos. Para os mais antigos, observadores das regras, os jovens *não prezam pelos bons costumes*.

Na comunidade, apesar da Igreja não permitir, por exemplo, o jogo de bola, há um campo de futebol, porém, ao contrário da maioria das comunidades ribeirinhas da região amazônica, o campo de futebol não configura-se como um espaço permitido pelos seus dirigentes, ainda que crianças e jovens utilizem para o lazer, ficando inclusive em uma área distante do núcleo central da comunidade.

Vale enfatizar, que os dirigentes se reportam diversas vezes ao fato de que mesmo não sendo permitido, se joga bola na comunidade. Estes destacam, ainda, que esse *desrespeito* é atual, em que os jovens, principalmente, são mais rebeldes que *antigamente*, não havendo mais *respeito* pela *regras* da Igreja.

Nas proximidades da Igreja há um anexo, em que os comunitários se reúnem. Em geral, esse é o espaço de realização das reuniões nas quais se procede a tomada de decisão.

Para Wagley (1988) não é só em uma região ou nação que existe um conjunto de características próprias, mas, principalmente, em uma comunidade em que as instituições e poderes sociais nas diversas instâncias existentes na comunidade, determinam o modo de vida do grupo.

Nesta perspectiva, Wagley sustenta a necessidade de observar que as comunidades possuem modos de vida específicos, tendo em vista que as comunidades caracterizam-se a partir de seu processo histórico de criação, bem como da história de vida dos agentes sociais que a compõem.

Nesse contexto, destaca-se que a comunidade Tauarú tem sua história pautada na experiência de vida de cada grupo doméstico, apreendida, a partir da experiência de vida dos primeiros moradores da comunidade, os quais formando três núcleos familiares centrais transmitiram conhecimento de forma oral e prática do modo de vida destes, a qual foi formada na base dos seguintes grupos familiares: Carvalho, Tananta e Carvalho. A família predominante na comunidade são os Carvalhos, detentores de “maior poder”, conforme destacam os entrevistados da pesquisa.

Vale enfatizar, que esses grupos domésticos ao longo de sua história passaram por mudanças sociais, tendo em vista o contato com um modo de vida externo à comunidade. Mas que, de certa forma, ocorre na medida em que a comunidade acha conveniente e não compreende que irá afetar os costumes e *regras* da comunidade.

Assim, a comunidade Tauarú possui um conjunto de instituições e poderes sociais que reproduz esse modo de vida sejam elas: a igreja, o sistema educacional, as instituições políticas (associações), bem como as organizações governamentais que desenvolvem ações na comunidade. Nesse caso específico, a igreja ganha centralidade no modo de organização dessa comunidade, considerando que são os seus princípios que estabelecem o comportamento dos que ali residem. Em que pese às resistências, é a igreja que orienta, por exemplo, o que será implementado ou não na comunidade (WAGLEY, 1988).

A igreja define as *regras* de quem entra na comunidade, seja para residir nesta, para uma visita, seja para realizar um determinado trabalho.

A igreja é que, a partir de seus princípios, consegue até mesmo definir o processo de educação na escola, quando impede os professores, que são externos a comunidade, de ministrarem atividades, que para a igreja, fere os seus princípios. Como exemplo, destaca-se as atividades de lazer, atividades recreativas que envolve música. Na comunidade, fica claro que ainda que haja outras associações reconhecidas, do ponto de vista formal, a palavra do líder da igreja, possui força na conduta no processo de tomada de decisão.

Outra questão importante a ser salientada é que o morador mais antigo da comunidade é que possui a documentação das terras, o qual efetua o pagamento da terra. Além disso, este é um dos primeiros presidentes da igreja, por essas questões ele ganha peso no processo de tomada de decisões, considerando ainda o fato de que este já esteve como diretor da igreja por muitos anos e é a pessoa que mais preza os costumes da igreja local.

• **Diversidade de práticas produtivas da comunidade Tauarú**

Na região amazônica há um conjunto de atividades produtivas desenvolvidas pelas comunidades ribeirinhas, os quais utilizam a água, terra e floresta. Para Chaves (2001) “a cultura material dos ribeirinhos no manejo dessas áreas tem sua origem nos conhecimentos das tecnologias tradicionais das sociedades indígenas que viviam nas várzeas” (p.79). Segundo a autora essas atividades são herdadas “sobre o conjunto das técnicas produtivas e de organização social como o preparo da farinha, a coleta de frutos, óleos, resinas silvestres e materiais para habitação (palha, tábuas), as técnicas de caça e pesca, a extração de matérias-primas para confeccionar peças artesanais e utensílios domésticos”. (p.79)

Referente à relação com a natureza, Nascimento (1995), afirma que o tempo utilizado para a realização da atividade, o qual se caracteriza não pelo tempo do relógio, mas pelo tempo da natureza, onde “o desenrolar das atividades que pontua o ‘tempo’ criando um ritmo que adequa-se aos ciclos da natureza” (Thompson, 1975 *apud* Nascimento, 1995). Os marcadores desse tempo que orienta as atividades são: dinâmicas naturais (mudanças no ciclo das águas, condições climáticas, ciclos naturais de reprodução do pescado e das dinâmicas sociais de apropriação dos recursos).

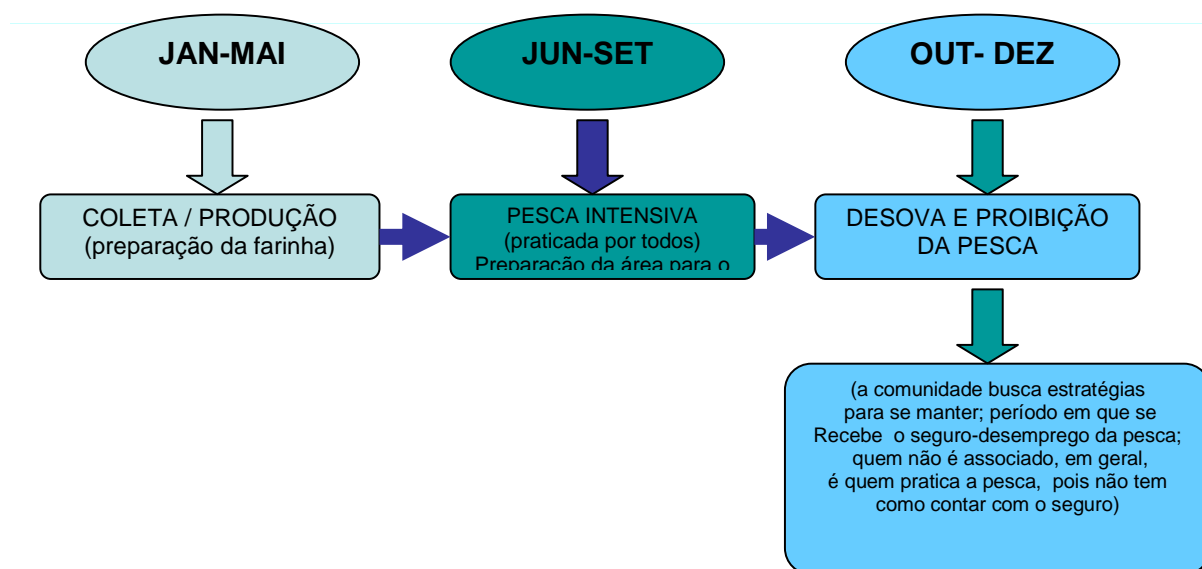
A prática produtiva na comunidade Tauarú se configura como polivalente, destacando-se duas modalidades tradicionalmente desenvolvidas na região amazônica: (a) agricultura e (b) pesca. A economia da comunidade advém dessas duas atividades, sendo complementada com outras atividades: o comércio, coleta de frutos, construção de canoa, pequenas criações etc. É nessa dinâmica produtiva que a economia da comunidade se desenvolve, caracterizando-se como práticas produtivas para o consumo, considerando que a prioridade é a manutenção dos grupos domésticos, ou seja, para estes comunitários, a comercialização da farinha, por exemplo, não está em primeiro plano, mas sim é armazenada para o consumo.

O processo de comercialização do excedente dos produtos como, principalmente, o peixe e a farinha, ocorre com frequência em períodos de maior demanda, obedecendo a temporalidade própria de quem vive nas várzeas. Nos estudos realizados por Noda (2001) e Chaves (2001) essa lógica temporal é aliada a uma racionalidade espacial e regida por relações sociais particulares. Destarte, conforme tratado no primeiro capítulo, a vida cotidiana dos ribeirinhos se baseia numa temporalidade específica, em que o tempo, não é o tempo do relógio, mas o da natureza. É nessa lógica a qual está situada a comunidade de Tauarú.

Assim, conforme, afirma Wagley (1952) o tempo é definido pela natureza, pela cultura, pelos mitos e tradições.

Dessa forma, as práticas produtivas desenvolvidas na comunidade segue o seguinte calendário:

Esquema 01: Calendário Produtivo da Comunidade Taurú



O calendário produtivo da comunidade Taurú possibilita observar duas atividades são centrais: a agricultura e pesca, as quais são desenvolvidas de acordo com o ciclo das águas. Vale destacar, que ao longo do ano os grupos domésticos organizam-se para a realização de outras atividades complementares como: comercialização de frutos da floresta (açaí, banana), caça, ainda que em pequena escala, produção de canoa, configurando-se como estratégia de sobrevivência da comunidade.

No período de janeiro a maio a comunidade se volta para a coleta e produção da farinha, em que a produção é mais intensa no período de abril. Em 2007, a coleta ocorreu no final de janeiro para fevereiro, sendo que a comunidade, em decorrência da cheia, trabalhou intensamente na colheita, mas ainda assim alguns grupos domésticos perderam parte do plantio.

No que se refere à produção da farinha, esta é basicamente para consumo dos grupos domésticos, em que a comercialização para o município de Tabatinga ocorre em pequena escala. Segundo, os comunitários a venda da farinha não vale a pena, pois o custo para levar para a sede do município é maior do que se pode arrecadar com a venda desta. Dessa forma, a comercialização se concentra na própria comunidade entre os grupos familiares. Porém, não é

sempre que a comercialização ocorre, predominando diferentes formas de trocas como empréstimo do produto.

No processo produtivo da farinha há uma participação de todos os membros do grupo doméstico (figura 15). Vale destacar, que na comunidade Tauarú os três grandes grupos familiares existentes na comunidade: família Torres, Tananta e Evangelista estabelecem relações de parentesco, bem como conduzem o processo de tomada de decisão da comunidade. Nesse processo a família que possui maior representatividade é a Evangelista, na pessoa do Sr. Wilson Evangelista.

Vale destacar, que a divisão social do trabalho, também ordenado pela relação de gênero, se estabelece da seguinte forma: a capina, limpeza, coleta da roça e coivara é feita pelos homens, por ser considerado um trabalho pesado. O processo da limpeza da macaxeira (como é chamada em Tauarú) é feita pelas mulheres e crianças, havendo ajuda das mulheres de outros grupos domésticos, porém não é excluído a participação dos homens, havendo a participação, principalmente, dos mais idosos. Para essa atividade não é necessário fazer convites, é uma prática coletiva, considerada comum entre as mulheres, conforme se observa na (figura 15 e 16).



Figura 15: Limpeza da Mandioca pelo grupo doméstico
FONTE: Elane Silva:Feb/2007



Figura 16: Limpeza da Mandioca,
FONTE: Marcelo Calegare, Feb/ 2007

No processo de torrefação da farinha reveza-se o trabalho entre homens e mulheres (jovens e adultos) do núcleo familiar, destacando-se a participação do chefe. Dessa forma, observa-se que nesse processo a força física não é um divisor de águas entre homem e mulher, pois esta última participa do processo produtivo.

Em 2007, foi comum observar a ajuda dos homens no processo de descascar a macaxeira, em decorrência da necessidade de intensificar as atividades, em decorrência da

antecipação da cheia. Assim, pode-se afirmar que a divisão social do trabalho entre os membros do grupo doméstico-familiar diversifica-se de acordo com a necessidade apresentada.

No que concerne ao envolvimento das crianças no processo produtivo, destaca-se que estes não são retirados da sala de aula para participarem da atividade produtiva, realidade esta muito comum em muitas comunidades ribeirinhas.

Assim, a participação das crianças nas atividades da produção da farinha ocorre de forma voluntária, não obrigatória, nas horas em que as estão sem atividades na escola. Vale lembrar, que o calendário escolar das comunidades ribeirinhas, em decorrência do ciclo das águas, se diferencia do calendário da rede pública da área urbana, ou seja, o calendário da zona rural ocorre no período da vazante e seca, de forma a facilitar o deslocamento das crianças.

Esse modo de organização social do trabalho é reproduzido de forma oral pelos mais antigos e repassado de geração em geração, em que as técnicas de manejo dos recursos locais, bem como da produção de farinha permite inserir novas técnicas, de forma a garantir a melhoria do produto. Vale destacar que, a inserção dessas técnicas ocorre, principalmente, a partir da realização de cursos por instituições externas a comunidade, a exemplo, do SEBRAE e do IDAM.

A inserção de novas técnicas, na produção da farinha, por exemplo, nem sempre é adotada por todos, pois conforme destacaram os comunitários nem sempre o tipo de técnica facilita o desenvolvimento do trabalho, bem como garante uma produção comercial. Um exemplo importante pode ser observado na produção específica da farinha do uarini (farinha de ova). A referida farinha exige maior força de trabalho, pois exige o dobro de tempo em relação á farinha d' água “dá trabalho, gasta muito óleo de cozinha, gasta mais tempo” (Agenor, Líder indígena). Assim, observa-se a autonomia dos comunitários na inserção de novas técnicas, os quais inserem de acordo com a necessidade, porém sem a obrigatoriedade.

Além da produção de farinha na comunidade Tauarú destaca-se a produção de algumas culturas como: cebolinha, tomate, banana, arroz, feijão, milho, que servem como complemento da alimentação dos grupos domésticos da comunidade. vale enfatizar, que essas culturas têm sido cultivadas com incentivo do IDAM, o qual têm distribuído no decorrer do ano as mudas para os comunitários.

A cebolinha e a banana ganham destaque no cultivo, uma vez que é comercializado no contexto da própria comunidade, pois a exemplo da farinha e do peixe, torna-se dispendioso comercializar os referidos produtos na sede do município. Além disso, a produção não é em grande escala, de forma a possibilitar retorno financeiro para cobrir as despesas do deslocamento, bem como suprir as necessidades dos grupos domésticos com produtos industrializados, por exemplo.

No conjunto das atividades produtivas, também como complemento para alimentação, na comunidade os comunitários coletam frutos como: buriti e o açáí. Vale enfatizar que, o conjunto de atividades realizadas na comunidade se caracteriza como estratégia de sobrevivência dessa população, o que caracteriza o modo singular desta. Atividades estas que possibilita a reprodução social das populações ribeirinhas, especificamente a comunidade Tauarú.

Concernente a outras atividades de geração de renda destaca-se a construção de canoas que gera em média uma renda de aproximadamente R\$ 300,00 por cada canoa produzida. Na comunidade duas pessoas trabalham com a construção de canoa, os quais retiram a madeira da floresta nas proximidades da comunidade. Em média é construída uma canoa a cada dois (02) meses. No período da pesca intensiva, a construção atinge um número de quatro (04) canoas.

Os comunitários dispõem, também, de pequenas criações como: galinhas, patos, bovinos, e suínos, porém, somente para consumo. Sendo comercializado apenas o gado que representa um total de 60 cabeças na localidade, com baixa escala para a comercialização, esta criação é realizada mais para o consumo interno dos grupos domésticos.

Na comunidade há uma pequena mercearia que comercializa alguns produtos, tais como: açúcar, leite, óleo. Porém, segundo os comunitários, esta não consegue atender às demandas da comunidade. Os produtos para comercializar são adquiridos na sede do município. É importante informar que, em geral, a comercialização dos produtos ocorre no sistema do *fiado*, motivo pelo qual, segundo os proprietários do comércio, dificulta maior investimento.

Conforme Noda (2001), a economia na comunidade Tauarú configura-se na produção de alimentos para atender as necessidades de sobrevivência dos comunitários, o que indica não haver preocupação em produzir o excedente para uma comercialização em larga escala. Uma vez que, a produção, ainda que destinada ao consumo, é planejada pelos produtores para

que haja o excedente, de forma garantir a comercialização e, concomitantemente, a aquisição de outros produtos.

No setor produtivo, diversas são as estratégias dos comunitários para garantir a reprodução social dos grupos domésticos, apesar dos esforços empreendidos, ainda assim, estes enfrentam diversas dificuldades, conforme estudo realizado por Chaves et al (2004, 2004) e ratificado no presente estudo, dentre as quais estão:

- Falta de infra-estrutura para armazenamento da produção;
- A distância da comunidade até a sede do município – dificultando a comercialização dos produtos pela falta de transporte para escoar a produção;
- Falta de crédito que disponibilize insumo, defensivo e equipamento agrícola para o desenvolvimento e investimento na atividade agrícola;
- Mudanças climáticas fora de época;
- Constantes ataques de pragas nas culturas como couve, alface, cebolinha etc;

Essas dificuldades são consideradas pelos comunitários como sérios entraves para a melhoria das condições de vida em Tauarú.

Vale informar, que as ações dos técnicos do IDAM objetivam enfrentar tais dificuldades, pois estes são responsáveis pela assistência técnica. Porém, os investimentos são limitados e, em que pese os esforços por parte destes, não têm sido garantido a melhoria e maior investimento nas atividades produtivas na comunidade.

- Comunidade Tauarú: um modo de vida singular

No que refere-se a cultura na comunidade, observa-se a herança da cultura nordestina e cultural, o que possibilita características no modo específico de alimentar-se da comunidade, bem como do modo de conduzir “o crescimento dos filhos” e repasse dos aprendizados adquiridos, seja de como cultivar, seja na forma de uso dos recursos locais.

Do ponto de vista da religiosa destaca-se um modo de vida conduzido por uma conduta religiosa a partir de uma ética interna à comunidade, em que o modo de comportar-se é definido e estabelecido pela igreja. Nesse sentido, duas associações regem a comunidade: a igreja e as duas associações existentes na comunidade (Associação de Produtores Rurais e

Associação de Pescadores), sendo a dos produtores a mais forte, destacando-se: maior organização; participação mais intensa dos comunitários associados, assim como maior legitimidade.

Referente às influências econômicas, estas se relacionam com a inserção dos comunitários no processo produtivo interno e, principalmente, externo à comunidade, os quais inseridos num circuito de comercialização estabelecem relações sociais com agentes externos, redefinindo as formas de uso dos recursos, mais especificamente concernente a captura do pescado, redefinindo ainda a forma de organização da comunidade. A relação com agentes externos e com o processo de comercialização intensifica a captura do peixe, desencadeando novas formas de gerenciar a comercialização do pescado seja no contexto interno, como no externo.

3.1 Organização Política formal da comunidade Tauarú

Na comunitária Tauarú o processo de organização política apresenta-se incipiente. Porém, esta apresenta-se como forma de mobilização para acessar bens e serviços sociais pelos comunitários da comunidade. Na comunidade somam-se duas organizações formais: a Associação de Produtores Rurais de Tauarú (APRT), Associação de Pescadores de Tauarú (APT). É importante enfatizar, que para tratar da organização política dos pescadores da comunidade Tauarú, faz-se mister discutir o processo organizativo comunitário, bem como discutir a relação existentes entre essas duas associações.

No decorrer dos estudos realizados na comunidade Tauarú, mais especificamente os desenvolvidos nos últimos dois anos pelo Grupo de Pesquisa Inter-Ação e pela pesquisadora deste estudo, observa-se que 100% dos comunitários possuem vínculos associativos nas organizações existentes. Estes associados, em sua maioria, estão envolvidos com atividades desenvolvidas pelas associações.

As referidas associações são referências na comunidade, considerando que ambas possibilitam o acesso a bens e serviços sociais. Atualmente, tanto os pescadores, quanto os agricultores por meio de suas organizações representativas têm intensificado suas atividades produtivas a partir do incentivo e financiamento por meio das associações.

Vale enfatizar, que a APRT possui maior representação política na comunidade. Uma vez, a partir de sua formalização (constituição da diretoria via eleição, registro em cartório e

elaboração do regimento) esta tem conseguido manter suas atividades de forma sistematizada, garantindo-lhe maior reconhecimento dos comunitários, o que a diferencia da APT.

Segundo as lideranças entrevistadas há um esforço coletivo das referidas associações em buscar alternativas para o enfrentamento das dificuldades vivenciadas pelos comunitários, seja referente a área da educação, saúde, atividades produtivas entre outras. Em relação a este enunciado entende-se que, segundo Chaves et al (2006), além dessas associações, há um conjunto de organizações sociais com intuito de promover a ampliação no acesso a bens e serviços sociais, conforme destaca-se no (Quadro 01).

Quadro 01 - O perfil das entidades político-organizativas existentes na comunidade³¹

ENTIDADES	RAZÃO DA CRIAÇÃO	FINALIDADES/ OBJETIVOS	ATIVIDADES	ESTRUTURA ORGANIZACIONAL
Associação de Produtores Rurais de Tauarú	Necessidade de união; Ampliar a comunicação entre os comunitários; Garantir recursos para melhorar a situação da comunidade; Exigência da prefeitura de Tabatinga para a concessão de serviços sociais; Acesso a financiamento e benefícios sociais junto ao IDAM e INSS;	Possibilitar o acesso a recursos; Garantir canal de interlocução junto a organizações e poder municipal; Viabilizar a participação dos associados em projetos de produção pelo IDAM. Criar espaços de discussão da comunidade.	Reuniões; Assembléias; Articulação de convênios;	Presidente: Vice-presidente: 1º e 2º Secretário 1º e 2º Tesoureiro Conselho Fiscal (03 membros)
Associação Missão Ordem Cruzada Católica Apostólica Evangélica Igreja Filial Madre Central Do Brasil	Não havia nenhuma religião na localidade;	- orientar a boa conduta dos cruzadores; - articular o trabalho coletivo; - auxiliar na condução das outras associações (organizar reuniões e tomadas de decisão); - prezar pela harmonia na comunidade;	Realizar batizados; batismo nas águas (confirmação) e casamentos; - festa de comemoração do aniversário da igreja (02 de Abril de 1977); - festejar datas comemorativas: procissão de S. Sebastião Outubro, 25 de Dezembro, dia das mães, dia dos pais, Semana Santa (com a "guarda" de 45 dias anteriores e penitências de joelho); - procissões todo dia 02 de cada mês.	Diretor; Presidente: Vice-presidente; Tesoureiro: Pró-Pró-tesoureiro: Secretário: Pró-Secretário: Porta-Voz: Fiscal: 1º Delegado Geral da Missão / Mensageiro:
Associação de Pescadores de Tauarú	Enfrentar as dificuldades na realização da atividade pesqueira.	Proteger lagos de conservação e preservação; Garantir o pagamento das mensalidades dos pescadores à Colônia de Pescadores.	Reuniões; Assembléias; Fiscalização nos lagos da comunidade.	Presidente: Vice-presidente: 1º e 2º Secretário 1º e 2º Tesoureiro Conselho Fiscal (03 membros)

³¹ O referido quadro foi elaborado a partir do trabalho realizado por Francileide Bindá em seu estudo.

Essas organizações em sua maioria funcionam, a partir das orientações da igreja, a qual apóia no desenvolvimento das ações desenvolvidas por estas. Vale informar, que os membros das associações de produtores rurais e pescadores, na sua maioria fazem parte do quadro funcional da diretoria da igreja. O modo de organização da comunidade Tauarú, torna-se singular, portanto, em decorrência da influência da igreja.

É salutar destacar que as associações comunitárias diferem-se das colônias em sua condição organizativa. Elas incorporam, para além das questões relativas ao segmento dos pescadores, diversas outras demandas relativas às necessidades e interesses comunitários. De acordo com a conjuntura organizativa interna à comunidade, as associações defendem com maior ou menor força as demandas próprias aos pescadores (CHAVES et al, 2006).

A despeito da existência das associações observa-se que quanto ao funcionamento destas, a Associação de Produtores Rurais apresenta maior sistematização das ações em busca de alcançar os seus objetivos como: articulação de acesso a financiamento, encaminhamento para aposentadoria e benefícios sociais como um todo.

Em geral, o número de associados nas diversas associações da comunidade caracteriza-se como relevante (quadro 02), pois indica mobilização da comunidade no processo de arregimentação de forças políticas, bem como delinea a identidade política dos grupos sociais existentes na comunidade. A esse respeito Chaves et al (2004) afirma que a defesa do exercício da prática da pesca, por exemplo, e o acesso aos direitos trabalhistas e sociais dos pescadores “varia conforme o nível de organização e mobilização política da entidade representativa da categoria a qual pertence” (p.126). Além disso, a autora enfatiza que “as entidades organizativas instituem-se como espaço, em que as identidades sociais são fortalecidas, ampliando-se sua presença na arena política, os quais cobram da sociedade o reconhecimento de sua existência e de sua cidadania” (idem).

Quadro 02: Número de Associados

<i>ENTIDADES</i>	NÚMERO DE ASSOCIADOS
Associação de Produtores Rurais de Tauarú	137
Associação Missão Ordem Cruzada Católica Apostólica Evangélica Igreja Filial Madre Central do Brasil	191
CACIQUE: Representante da FUNAI	60
Associação de Pescadores de Tauarú	40
Clube de Mães	35
Associação de Apicultura	04 famílias

A partir das informações contidas no quadro pode-se afirmar que o número de associados é significativo. Entende-se, portanto, que o vínculo associativo de uma comunidade apresenta uma característica importante pra medir a participação nas lutas políticas, considerando, por sua vez, as seguintes questões: .

- 1) a identificação política dos comunitários que se auto-definem como pescador/agricultor;
- 2) o acesso a bens e serviços sociais via as duas associações de forma simultânea;
- 3) as relações políticas estabelecidas entre as duas associações.

No que se refere ao processo de definição da liderança, assim como os dirigentes das associações, uma fato é importante destacar: ao longo da história da comunidade a liderança da comunidade até 1990 se configurava a partir da liderança do presidente da Igreja. A partir dessa data, há um líder específico da comunidade. Porém, faz-se mister sinalizar que tal liderança se apresenta centralizado na família Evangelista (proprietário da terra).

Nesse sentido, observa-se que a família Evangelista, arregimenta força em seu grupo familiar, definindo assim a liderança, uma vez que esta possui maior representatividade, assim como maior número de pessoas.

3.1.1 Associação dos Produtores Rurais de Tauarú - APRT³²

A Associação de Produtores Rurais ganha centralidade na comunidade, considerando que na hierarquia das organizações existentes na comunidade esta configura-se como a segunda instituição com maior poder de articulação e mobilização na comunidade.

Porém, vale destacar que apesar da representatividade da associação na comunidade, há contradições no seu processo de mobilização. Pois, esta associação teve sua criação estimulada pelo IDAM e Prefeitura, observando-se um estímulo externo. Com isso, faz-se mister destacar que o que engendrou a criação da associação foi o fato desta não poder, do ponto de vista legal ser beneficiada com bens e serviços sociais a partir da representação da igreja que até então regia a comunidade, enquanto instituição representativa. Nesse período, tanto a Prefeitura, como o IDAM afirmavam que não era possível implementar ações na comunidade em decorrência de ser a Igreja o órgão representativo.

³² As informações contidas nesse item foram elaboradas a partir do histórico da comunidade elaborado pelo diretor da comunidade Sr. Silva em 2004.

É a partir desse contexto que a APRT constituiu-se a partir de acordos estabelecidos entre os agricultores da comunidade com os técnicos do IDAM, com a finalidade de discutir a respeito do processo de organização da comunidade e, conseqüentemente, a criação de uma entidade legal que pudesse representar formalmente os interesses da comunidade. Nesta perspectiva, observa-se que o poder público não percebe o modo de organização específico dessas comunidades, os quais desconsideram o processo histórico das comunidades como um todo.

Nesse contexto, a própria entendeu comunidade, devido às dificuldades de acessar políticas públicas, ser necessário atender a exigência do poder público em criar uma associação que garantisse a implementação de projetos na área da produção, com investimentos no plantio, seja de hortaliças, mandioca entre outros, sugerindo-se a criação de uma Associação de Produtores Rurais. Tendo em vista a grande necessidade sentida pela comunidade para a realização de trabalhos dessa natureza, atendendo assim os interesses locais na garantia e ampliação dos direitos trabalhistas e sociais. O diretor afirma, ainda, que a partir desse debate travado junto aos comunitários, estes ficaram interessados em criar a associação, iniciando, portanto, um conjunto de reuniões, com intuito de discutir a fundação da associação.

Assim, em outubro de 2001, a comunidade fundou a Associação. Na reunião de fundação da Associação de Produtores Rurais, os técnicos do IDAM se fizeram presentes, os quais conduziram a reunião, consultando a comunidade sobre a concordância de criação da associação. Estes decidiram pela criação da associação por aclamação, sendo concomitantemente, constituída a presidência de sua primeira diretoria, a qual contou com a adesão de 180 sócios.

Nesse processo o discurso do presidente eleito – o Sr. Genilson Hyden - destacou a sua motivação em estar à frente do trabalho, agradecendo, em nome de todos os componentes da diretoria, a confiança e o empenho dos membros associados que “se unificaram a esse novo projeto com o objetivo de ver e fazer sua comunidade crescer” (Sr. Genilson Hyden).

No mês subsequente, em 05 de novembro de 2001, foi realizada a segunda reunião da associação, afim articular a discussão e elaboração do estatuto da associação. Esse momento contou com o apoio de um representante do IDAM. Isso indica que os membros da associação não conduziram efetivamente a criação da associação, bem como a elaboração de um estatuto baseado nos princípios da comunidade. Pois, o texto do estatuto já se encontrava

pronto, uma vez que havia sido elaborado pelos técnicos do IDAM. Dessa forma, foi realizado a leitura do mesmo, sendo conduzida a votação e aprovação a partir do pronunciamento de cada membro associado. Com o estatuto aprovado, a diretoria instituída realizou uma reunião para discutir os parâmetros fundantes dessa nova empreitada de criação da Associação de Produtores Rurais na Comunidade.

A criação da associação, instituída a partir da necessidade externa, indica os elementos que desencadeiam, na maioria das vezes, as dificuldades das lideranças comunitárias conduzirem o processo de mobilização da comunidade, visto que não detém o domínio *a priori* do funcionamento, por exemplo, de uma associação.

Nesse contexto, o IDAM têm acompanhamento das ações na comunidade, principalmente, concernente à funcionalidade da associação, bem como a implementação de ações como:

- ✓ **financiamento** aos produtores, os quais após a criação da associação tiveram acesso a financiamento para compra de equipamentos como motor rabeta, máquina de cevar mandioca, inclusive a própria associação obteve financiamento para compra da referida máquina para uso da comunidade;
- ✓ **benefícios sociais**, em que os produtores (homens e mulheres) tiveram acesso a: salário maternidade; aposentadoria, auxílio doença.

Dessa forma, destaca-se duas questões importantes nesse processo:

- a) a conquista e acesso a direitos sociais a partir da organização formal da comunidade;
- b) o processo contraditório no acesso a bens e serviços sociais.

Diante disso, observa-se que essa população apesar de serem sujeitos de direito, os quais teoricamente possuem um conjunto de direitos estabelecidos na Constituição Federal de 1988, para acessar estes direitos eles precisam constituir uma organização formação, pois do contrário as dificuldade em obter os benefícios são ainda maior.

Para Chaves (2001) ao discutir a organização política no meio rural da região compreende que, para além de uma organização formal, é preciso que esta se configure como um instrumento de luta em defesa de direitos sociais, ultrapassando o “processo de resistência pacífica” para uma luta com participação democrática.

Entre as instituições atuantes na comunidade (quadro 03), estão:

Quadro 03: Instituições atuantes em Taurú

INSTITUIÇÃO	ATUAÇÃO
Prefeitura Municipal de Tabatinga	Trabalha no apoio através das Secretarias de Educação, Saúde e Infra-estrutura;
IDAM	atua no incentivo a produção e organização dos produtores, através de assistência técnica e social, métodos e modelos tecnológicos; concessão de créditos e fomentos as atividades produtivas na comunidade; assessoramento e orientação aos produtores rurais em busca de um desenvolvimento sustentável: com atividades e trabalhos de apoio nos setores como: agricultura (olericultura), criações (ovicultura), fomento (implementação de cursos de capacitação das famílias rurais), defesa agropecuária (campanha de vacinação semestral contra a febre aftosa e anualmente contra a raiva bovina); distribuição de mudas.

A forma de gestão da Associação dos Produtores Rurais em Taurú, ocorre a partir das orientações do IDAM, seja na forma de conduzir a associação, seja no processo de elaboração de projetos para a comunidade. Tal fato indica a dificuldade, por parte da associação, em coordenar projetos de grande porte na comunidade de forma autônoma. Pois, a exemplo da elaboração do estatuto da associação, os dirigentes, bem como os associados possuem muitas dificuldades em elaborar.

A partir disso observa-se que o processo de organização da associação constituiu-se em decorrência de uma necessidade externa à comunidade, o que configura dificuldades na condução do processo de organização da referida associação, bem como no gerenciamento das ações efetivas na comunidade.

3.1.2 Criação da Associação de Pescadores de Taurú: Antecedentes históricos

Para analisar o processo de organização dos pescadores de Taurú, faz-se necessário apresentar o contexto da atividade da pesca na comunidade, uma vez que é a partir das problemáticas vivenciadas no desenvolvimento da pesca que desencadeia o processo de organização política dos pescadores.

• **Desenvolvimento da Atividade da Pesca na comunidade Tauarú**

Conforme pesquisa realizada pelo grupo de pesquisa Inter-Ação³³, a pesca é uma das atividades produtivas significativas na comunidade Tauarú, desenvolvida por 60% dos moradores da comunidade, configurando-se como atividade principal pela maioria dos grupos domésticos.

Porém, 100% dos moradores desenvolvem a prática da pesca, havendo menor intensidade no período da escassez. Esta é realizada tanto no rio, quanto em lagos, dependendo do período e de acordo com o nível da água.

No período da escassez, a pesca é direcionada para o consumo do grupo familiar, uma vez que a produção ocorre em menor escala, os quais aproveitam para dedicar-se a produção da farinha. No período da safra há uma intensificação da atividade, havendo a inserção de todos da comunidade, tendo em vista que nesse período a produção é elevada, com possibilidade de comercialização. Vale destacar, que os bagres nesse período é o peixe que garante maior rentabilidade.

A pesca na comunidade se caracteriza como tradicional e utiliza apetrechos simples, como: poita, espinhel, malhadeira adequado a espécie, bem como ao ambiente de captura. Os apetrechos são confeccionados em geral pelos próprios pescadores. O horário de trabalho investido na atividade segue uma dinâmica própria, estabelecidas pelos pescadores, os quais consideram o tempo natural, assim como o do ciclo das águas. Em que o descanso fica vinculado à quantidade capturada. Em Tauarú, foi observado uma variedade de modalidades de pesca dentre elas destacam-se (Quadro 04):

Quadro 04: Modalidade de pesca em Tauarú

MODALIDADE DE PESCA	ESPÉCIE CAPTURADA	OBJETIVO
Pesca de espinhel	Bagres	Para comercialização
Linha-de-mão	Peixe miúdo	Subsistência
Malhadeira	Bagres entre outras espécies	Para comercialização

No conjunto da atividade pesqueira em Tauarú, aparece a produção de todo tipo de pescado, no entanto, a principal espécie capturada é o bagre (peixe de couro), comercializada,

³³ Coordenado pela Profa.Dra. Ma. do P. Socorro R. Chaves (2006).

primeiramente, para um atravessador residente na comunidade, o qual faz a venda direta para as bodegas³⁴ em Letícia.

Os pescadores, dificilmente, comercializam diretamente em Letícia, pois segundo os pescadores o custo é elevado para levar o pescado até Letícia, considerando ainda que há risco em perder toda produção. Para tanto, observa-se na (Figura 17) o processo de comercialização do pescado.

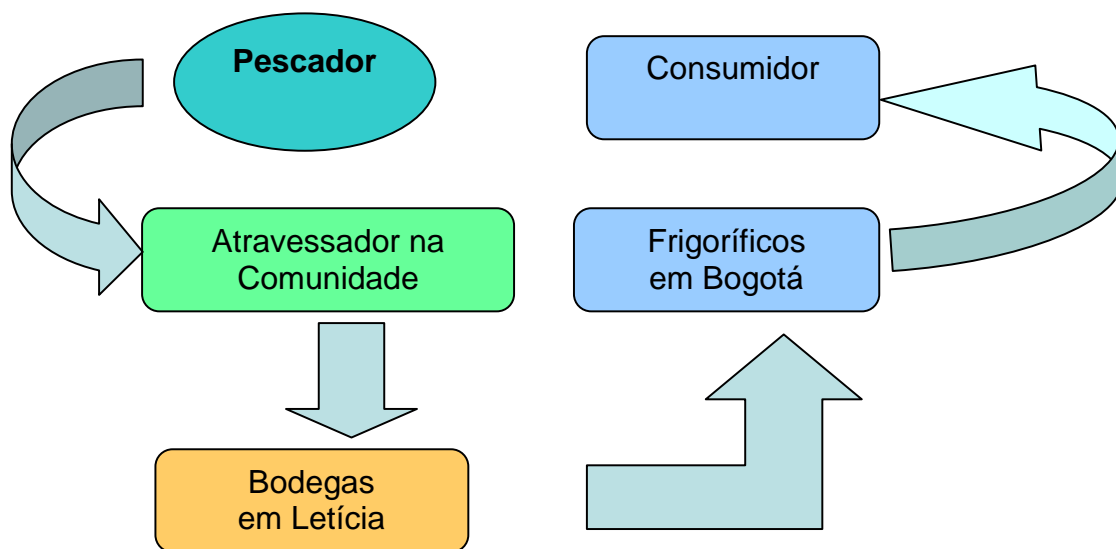


Figura 17:Esquema do Processo de Comercialização do Bagre (peixe de couro) na comunidade Tauarú.

No processo de negociação do pescado, apesar do atravessador negociar diretamente com os donos das bodegas, são estes últimos que definem o preço do pescado, bem como a qualidade do produto. Com isso, os atravessadores comercializam por valores menores, caracterizando uma relação de dependência a esse mercado colombiano. E apesar do baixo preço e desvalorização do pescado, pelos colombianos, os atravessadores não possuem outra alternativa, reafirmando as dificuldades vivenciadas pelos trabalhadores da pesca.

Nesse contexto, o atravessador caracteriza-se como agente importante na cadeia produtiva do pescado, uma vez que este possibilita aos pescadores a possibilidade de escoar a produção.

Em Tauarú, os pescadores comercializam o peixe de couro direto para um dos compradores na própria comunidade. Estes fazem parte da comunidade, e uma vez que estes detém capital para a compra do pescado, de forma a comercializar posteriormente em Letícia,

³⁴ Espécie de frigorífico que compra e armazena o pescado.

a alternativa é vender para estes. Vale destacar, que no período da escassez, em que os pescadores capturam, principalmente, o peixe de escama, ainda assim a venda é para o comprador, pois este possui uma venda na própria comunidade, e assim comercializa para os comunitários.

Na opinião dos pescadores de Tauarú, no processo de comercialização do pescado, quem lucra é o atravessador. A esse respeito, Moreira (1993) afirma que há uma troca desigual, a qual ocorre em decorrência da relação pessoal estabelecida, firmada nos valores da “lealdade e acordos mútuos” cumpridos e convencionados verbalmente.

Nesse sentido, mesmo se mantendo uma relação de lealdade entre pescador e atravessador, muitas das vezes, o pescador comercializa para o atravessador que apresenta melhor oferta do pescado. Este fato ocorre, principalmente, no período da safra. Dessa forma, a lealdade ocorre, com mais frequência no período da escassez do peixe.

Em estudo realizado por Chaves et al (2006) identificou-se que em Tauarú os pescadores se denominam pescador/agricultor. Tal denominação está intrinsecamente relacionada ao tempo de trabalho destinado a cada atividade, bem como à possibilidade de acessar direitos sociais. Para tanto, estes agricultores/pescadores afirmam desenvolver as atividades na mesma intensidade, em que a diferenciação do tempo dedicado à pesca, ocorre no período de escassez do peixe. Porém, com base nas informações fornecidas pelos próprios pescadores - na pesquisa de campo deste estudo - duas modalidades caracterizam uma diferença marcante, que neste estudo iremos nominar de **pescadores sazonais** e **pescadores regular**.

O **pescador sazonal** relaciona-se aos comunitários que pescam para o consumo ou somente no período da safra, tanto para sustento da família, como para a comercialização. O **pescador regular** relaciona-se aqueles que dividem as atividades entre a roça e a pesca no decorrer do ano todo.

Como acontece em Tauarú, os pescadores durante o dia trabalham na roça juntamente com a família e a noite saem para a pesca. E, ao contrário dos que se dedicam a pesca somente no período da safra, eles (os permanentes) dobram o período de trabalho, enquanto os eventuais no período da escassez do peixe dedicam-se apenas em colher e fazer a farinha, e a noite não saem para pescar.

Observa-se que esta atividade na comunidade preserva um caráter de subsistência, ainda que o pescado capturado na comunidade passe por um circuito amplo de

comercialização, atingindo, principalmente, o mercado internacional. Nesse processo, os pescadores estão subordinados a uma rede de intermediários, chamados em Tabatinga de compradores e/ou atravessadores. Em relação a essas condições, Moreira (1993)³⁵ afirma que as relações estabelecidas no âmbito da produção “não se realizam através de expropriação direta da mão-de-obra” não se configurando como uma “relação de produção tipicamente capitalista”. Para o autor, isso ocorre em virtude dos pescadores possuírem um relativo controle dos “meios de produção e todo o saber que envolve esse trabalho é dominado por ele” (p.121).

Nesses termos, pode-se considerar ainda o fato destes não trabalharem numa lógica de acumulação, tendo em vista que o atravessador é quem é beneficiado com o lucro. É nesse sentido, que a pesca se torna fundamental, pois não é somente uma atividade produtiva para comercialização, como também base alimentar dos pescadores e de seu grupo familiar. Nesse contexto, a criação da Associação dos Pescadores de Tuarú não está desconectada dos acontecimentos externos à comunidade.

Em 2000 muitas frentes de trabalho se iniciaram no setor da pesca, havendo maior atenção por parte do poder público, mais especificamente, do Governo Federal em definir novo direcionamento para as políticas voltadas para o setor da pesca.

Além disso, conforme citado no capítulo anterior, o incentivo de criação da associação se deu a partir da Colônia, a qual iniciou esse processo de organização de associações nas comunidades, no intuito de possibilitar a implementação de ações por parte da Colônia, bem como garantir o pagamento das anuidades.

Vale enfatizar, que as preocupações relacionadas ao contexto da atividade da pesca, principalmente no que se refere ao desenvolvimento do setor, ocorrem no período anterior à 2000, porém é a partir desse período que um conjunto de políticas são implementadas no contexto da pesca. Essas políticas, portanto, foram desencadeadas nas discussões realizadas na 1ª Conferência Nacional de Aqüicultura e Pesca (CONAP), a qual enfatizou as problemáticas vivenciadas no setor pesqueiro. Foi nessa Conferência que houve uma participação significativa de representantes dos segmentos que trabalham na pesca. Entre os participantes destacam-se os representantes das Colônias de Pescadores, Federações e Confederações, as quais representam mais diretamente os pescadores.

³⁵ Hélio Moreira discute acerca dos aspectos da mudança social em uma comunidade de pescadores da Amazônia, trazendo contribuições sobre a dinâmica da pesca artesanal.

A Conferência, portanto, é um marco importante para os movimentos sociais de pescadores, pois nesse momento que estes passaram a ter oportunidade de reivindicar direitos de forma mais intensa, sejam eles sociais, econômicos, culturais e políticos, desenvolvendo assim sua capacidade de mobilização. Porém, não se pode negar que as ações propostas e definidas ainda não atingem, especificamente, os pescadores, que se encontram, principalmente, em comunidades ribeirinhas mais afastadas dos centros urbanos. Além disso, mesmo havendo participação dos pescadores, é salutar destacar que ainda há um conjunto de pescadores sem acesso à direitos sociais conquistados.

Na Conferência Nacional de Aqüicultura e Pesca foi discutida a política de desenvolvimento sustentável para aqüicultura e pesca “que respeita as particularidades regionais e a pluralidade de opiniões”³⁶. Nesta Conferência definiu-se que o Estado é responsável em fomentar as políticas no setor da pesca, destacando-se as seguintes ações:

- investir na modernização da cadeia produtiva da aqüicultura e pesca;
- estimular parcerias com estados e municípios para o incentivo a cooperativismo e associativismo;
- dotar o setor da aqüicultura e pesca de infra-estrutura de atividades que contemplem não só o incentivo à criação de indústrias modernas de beneficiamento do pescado, construção de entrepostos e frigoríficos, ampliação e renovação da frota pesqueira, como também o apoio à exportação e comercialização interna;

Para a Secretaria Estadual de Aqüicultura e Pesca (Seap) do Estado do Amazonas, estas responsabilidades significam o resgate da dívida do país com a pesca brasileira, já que esta “durante os últimos anos esteve relegada aos escalões inferiores da política e da economia” (idem). Segundo o Relatório da Conap, há um reconhecimento de que a pesca é responsável atualmente por “834 mil empregos diretos e 2,5 milhões indiretos e por uma renda anual de 4 bilhões de reais”(p.10).

Ainda conforme o relatório da Conferência, os setores envolvidos com a atividade pesqueira passam a ser incentivados por políticas de desenvolvimento sustentável, em que a projeção para 2006 era elevar a produção brasileira pesqueira de 985 mil t/ano para 1,5 milhão e criar mais de 150 mil empregos diretos e 400 mil indiretos, de forma a dobrar a

³⁶ Informações do Relatório da 1ª Conferência Nacional de Aqüicultura e Pesca realizada pela Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca – SEAP, em 2003.

renda gerada. Segundo, o relatório o governo poderia imprimir um ritmo acelerado de crescimento próximo a 20% ao ano na produção de aquicultura e pesca, “transformando-a em parte substancial do esforço de desenvolvimento econômico e social do país” (p.10).

Essas discussões realizadas na Conferência, apresentam elementos significativos acerca da política de desenvolvimento da pesca, porém destaca-se que as ações previstas para o desenvolvimento do setor pesqueiro se distanciam da realidade vivenciada pelas comunidades ribeirinhas, onde se concentram o maior número de pescadores³⁷.

Para fins de aprofundamento do objeto de estudo, destaca-se aqui a criação da Associação de Pescadores de Tauarú, que nasceu a partir das adversidades referente à realização da atividade da pesca. Dentre os diversos problemas vivenciados pelos pescadores da comunidade Tauarú, que culminou a necessidade de criação de uma organização formal, ainda que a partir do incentivo da Colônia, destaca-se:

- ↳ dificuldade para realizar o pagamento da mensalidade da Colônia, uma vez que o deslocamento para esse pagamento gerava prejuízo, pois o custo do deslocamento é maior que o valor da mensalidade que custa no exercício 2007, R\$ 5,00;
- ↳ conflitos com pescadores externos à comunidade;
- ↳ diminuição do estoque pesqueiro no pesqueiro³⁸ principal do rio Solimões – área próxima da comunidade utilizada pelos pescadores;

Essas problemáticas foram preponderantes para a criação da Associação de Pescadores, a qual teve incentivo da Colônia de Pescadores Z-24 de Tabatinga. Conforme destacado anteriormente, a Colônia orientou os interessados a incentivarem os pescadores da comunidade. Além disso, esta orientou ainda, como deveria ocorrer o processo para formalização da Associação (descrito a seguir).

³⁷ Neste estudo, a proposta de apresentar essas informações não tem como intenção traçar uma análise das políticas propostas na referida Conferência, mas de sublinhar questões que subsidiem o entendimento do processo de organização dos pescadores ribeirinhos de Tauarú.

³⁸ Pesqueiro é entendido como uma área de maior concentração de pescado que se caracteriza como local de pesca principal.

- **Processo da criação da organização formal dos pescadores de Tauarú**

O ano de 1981 marca o processo de criação da Associação de Pescadores da Comunidade Tauarú em Tabatinga período que houve a primeira organização informal dos pescadores da comunidade para discutir acerca das dificuldades relacionadas ao exercício da atividade pesqueira. A partir dessa data não foram registrados acontecimentos acerca desse processo de organização, bem como se houve avanço na organização formal dos pescadores da comunidade.

No processo de organização da APT, destaca-se a educação como dimensão significativa no processo de definição das lideranças formais. Pois, no momento da escolha de seus líderes, é observado o grau de escolaridade, havendo o entendimento que a escolaridade facilita leitura dos documentos, melhor articulação e defesa dos interesses da comunidade junto às instituições públicas. Além disso, destaca-se a facilidade ainda da elaboração de documentos.

Entretanto, não é o único critério, pois os comunitários consideram ainda a experiência de vida, a idade, tendo um elemento determinante: ser observador das *regras da igreja local*. Segundo os líderes, é necessário que o líder possa *dar exemplo* aos demais, de forma que mantenha a *harmonia da comunidade*. É válido salientar que, no decorrer das atividades de campo, foi possível observar que a escolaridade também se caracteriza como *status*, em que aquele que detém conhecimento possui reconhecimento entre os comunitários, inserindo-se no conjunto da hierarquia das organizações formais da comunidade no processo de tomada de decisão que se estabelece conforme o esquema a seguir (Figura 18).

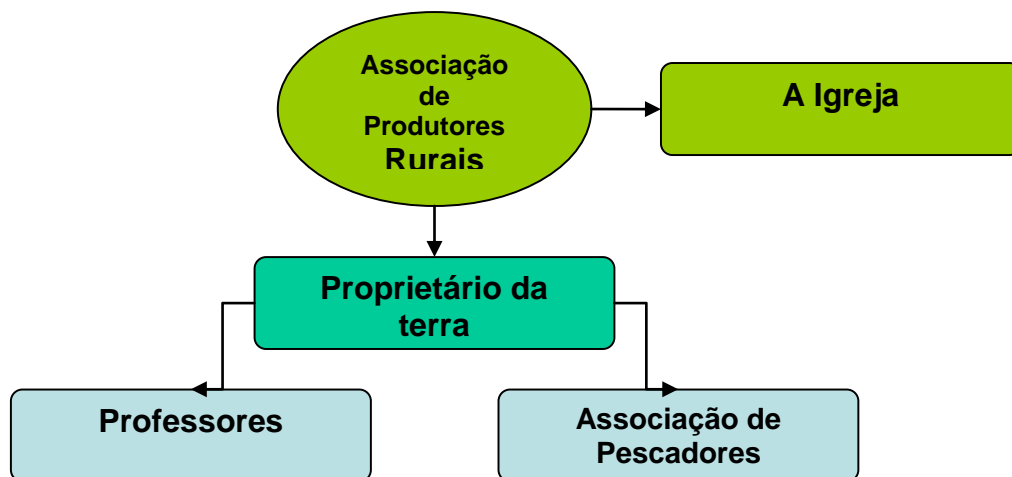


Figura 18: Hierarquia no processo de tomada de decisão.

Em 1994, observa-se registros da criação formal da associação dos pescadores com a primeira diretoria oficial. A princípio a associação foi criada com intuito de coletar a mensalidade de R\$ 5,00 que deveria ser repassada para a Colônia de Pescadores Z-24 em Tabatinga. Nesse período a associação foi registrada formalmente na Colônia de Pescadores, não havendo, portanto, outro registro. Em 2003, foi eleita a segunda diretoria oficial e, considerando a primeira em 1981, esta seria a terceira diretoria.

A Associação de Pescadores de Tauarú foi criada por dois motivos:

- 1) Preservar os lagos para garantir o futuro dos filhos;
- 2) Facilitar o pagamento das taxas da Colônia, onde o presidente da Associação recolhia a taxa e se responsabilizava em levar para a Colônia Z-24;

Outros fatores que desencadearam a necessidade de criação da referida associação decorrem da escassez do peixe observada a partir da década de 90. Os pescadores na comunidade fizeram referência diversas vezes acerca da questão da abundância do pescado existente até a década de 90. Segundo os pescadores após esse período, o estoque pesqueiro vivenciou uma queda na produção. Além da quantidade do peixe, os pescadores destacaram que houve uma diminuição significativa no tamanho do peixe que hoje é capturado.

Na comunidade, na opinião dos pescadores, a associação se caracteriza como alternativa legal para preservar os lagos, apesar de ainda não ter sido oficializada por meio de portaria do IBAMA. A preservação dos lagos na comunidade Tauarú, ocorre devido as invasões nos lagos, que segundo os diretores das associações de Tauarú, é invadida por pescadores de outras áreas e comunidades, como também pelos pescadores da própria comunidade.

As lideranças afirmam que a pesca desenvolvida pelos “mais antigos” é valorizada por estes, os quais reconhecem a necessidade de preservar o recurso pesqueiro. Segundo os informantes, nas últimas décadas ocorreram diversos conflitos entre pescadores (da própria comunidade Tauarú) mais antigos e mais novos, os quais são freqüentes. Segundo “os mais velhos” da comunidade, “hoje esses jovens só querem saber de lucrar. Esquecem dos jovens e dos futuros filhos” (Sr. Ayden, 68).

Vale enfatizar, que a decisão de criar a associação de pescadores não se limitou aos pescadores, ou seja, a comunidade como um todo entendeu que era preciso atender a sugestão da Colônia Z-24 em criar a associação. Assim, a comunidade reunindo-se com todas as

lideranças e comunidade decidiram coletivamente a importância desta ser criada. Dessa forma, a decisão não se restringiu somente aos que exercem a atividade da pesca.

Um fato importante a ser observado refere-se ao número insignificante de comunitários, na comunidade Tauarú, que não pescam. Outra questão refere-se a tomada de decisão, a qual é orientada, principalmente, pelas regras que regem a comunidade a partir dos princípios da igreja local. Nesse caso, destaca-se o sentido de coletividade e de liderança dos dirigentes da igreja, os quais conduzem a tomada de decisão nas questões referentes às mudanças ocorridas no contexto da comunidade.

Contudo, embora a Associação de Pescadores de Tauarú, inicialmente, ter sido incentivada pela Colônia Z-24, esta não acompanhou o processo de criação da Associação e nem sempre está presente para apoiar as ações definidas pela associação.

Nesse sentido, observa-se uma diferença em termos da gênese entre a Associação de Pescadores de Tauarú e Associação de Produtores Rurais, a qual se caracteriza pelo fato de ter sido incentivada pelo IDAM, que, por sua vez, participou ativamente da construção da Associação de Pescadores de Tauarú, principalmente, na sua formalização e institucionalização a partir da criação do estatuto, a qual a despeito das problemáticas tem acompanhado o conjunto das atividades e reuniões, ainda que isso indique certo controle das ações.

Vale destacar, que um dos pontos fundamentais no processo histórico de criação da APT, trata-se do não reconhecimento, por parte dos membros atuais da Associação, em relação às diretorias anteriores. Dessa forma, os membros da nova diretoria destacam que a criação da referida associação ocorreu somente em 2003. Em diversos momentos confundiu-se Associação e Colônia, principalmente, ao se questionar qual a associação que os pescadores estão vinculados e, quando se pergunta da existência de alguma associação na própria comunidade.

No entanto, no decorrer das entrevistas e conversas informais, foi possível identificar que há divergências entre informantes, pois alguns relatam que a associação iniciou suas atividades em 1994 e outros afirmam que a mobilização para criar a associação ocorreu a partir de 1980 com incentivo da Colônia de Pescadores Z-24.

No decorrer das atividades de campo, bem como em reunião realizada com a associação dos pescadores as datas continuaram indefinidas. Isso possibilitou identificar que

os membros da nova diretoria, não possuem conhecimento desse processo. Nas entrevistas alguns pontos apresentam-se como importante para entender esse contexto, quais seja:

- existe na associação membros que eram crianças no período de 1980, e;
- as diretorias anteriores não foram formalizadas, de fato, e não possuem registro de reuniões em atas, atividades desenvolvidas e documentos que registrem a criação da comunidade. O que se conhece é partir dos pescadores mais antigos da comunidade;
- a falta de mobilização dos pescadores, por parte da associação;
- a falta de reconhecimento da associação, enquanto órgão formal representativo.

Partindo disso, observa-se a necessidade lançar luz desse processo histórico, de forma a subsidiar o desenvolvimento desta referida Associação. Pois, ao tentar elucidar os fatores que indicam a paralisação das atividades da associação, conforme destacado, os entrevistados apresentam alguns fatores como:

- ⇒ irregularidades por parte da diretoria, relacionado, principalmente, com a questão do recurso arrecadado pela associação (falha na administração do recurso);
- ⇒ desrespeito à regra de rotatividade da direção ao terminar um mandato;
- ⇒ utilização dos cargos da Associação em benefício próprio;
- ⇒ Inoperância e compromisso da diretoria – ocorrendo desistência dos cargos ocupados, bem como a falta de iniciativa;
- ⇒ ausência de capacidade de liderança e autoridade.

Essas questões remetem a discussão acerca do problema de gerenciamento de uma associação. Gohn (2001) ao estudar acerca do gerenciamento no contexto das associações, afirma que as lideranças acabam por não defender direitos coletivos, mas sim individuais. Tal questão, portanto, culmina para fragilidade do grupo, bem como a descrença na própria associação.

Na comunidade Tauarú fica evidente que, a APT vivenciou e vivencia problemas quanto ao gerenciamento. É salutar afirmar que o incentivo externo à comunidade, por parte da Colônia Z-24, configurou-se como questão potencial para desencadear a dificuldade de gerenciamento.

Para Chaves et al (2004) é fundamental observar alguns fatores que influenciam a atuação de uma liderança, no âmbito das organizações de pescadores, quais sejam:

- ⇒ Compromisso político e social. As lideranças precisam estar vinculadas a seu grupo por meio de um compromisso concreto e assumido;
- ⇒ Competência. A capacidade de realizar os objetivos do grupo;
- ⇒ Identidade/identificação com os interesses e necessidades do grupo. O reconhecimento como líder pelo grupo;
- ⇒ Interesses em jogo. Por exemplo, os poderes públicos e as relações de poder que atuam sobre ele;
- ⇒ Vínculos institucionais. O líder não representa o seus interesses particulares, mas do grupo que representa.

Para a autora as lideranças “são cobradas por seus liderados a atuarem na mudança das situações adversas enfrentadas pelo grupo/entidade a que pertence” (p.64). Para tanto, exige-se que estes estejam informados, principalmente, no que concerne ao “conhecimento da realidade mais geral (regional e nacional) e tenha a capacidade de identificar as estratégias mais adequadas de atuação no plano local com base no apoio aos membros do seu grupo”(idem).

Segundo Gohn (2001), para que os movimentos sociais possam tem um caráter político e de defesa de interesses coletivos, faz-se necessário a construção de uma consciência a partir da agregação de informações acerca do funcionamento dos órgãos públicos, de forma a acessar financiamentos, benefícios e serviços, garantindo assim a elaboração de táticas de enfrentamento das dificuldades junto ao poder público.

A organização política se caracteriza pelo processo de aprendizagem, como já discutido no capítulo anterior, de forma a aglutinar forças para ter acesso a direitos sociais. Gohn (2001) destaca ainda, que “o exercício da prática cotidiana nos movimentos sociais leva ao acúmulo de experiência, onde tem importância a vivência no passado e no presente para a construção do futuro” (p. 18).

Essas questões indicam que a associação de pescadores de Tauarú, não estando inserida no contexto de lutas políticas mais amplas – entendendo-se o espaço do poder público entre outros – a mesma depara-se com dificuldades de melhor desempenhar suas ações. Porém, não se quer aqui desconsiderar o modo de organização específico dessa

comunidade, mas sinalizar as possíveis fragilidades no processo de organização política que exige destes, mudanças na forma de gestão junto ao poder público para reivindicação de direitos.

Um ponto que foi possível observar é a falta de capacitação por parte do presidente da associação, a qual se estende para os outros membros da associação. No decorrer das entrevistas foi possível observar a insatisfação com a forma como o atual presidente vem direcionando a associação. Porém, no coletivo os diretores reconhecem que a diretoria como um todo não desenvolveu atividades, de forma a atender qualquer demanda dos pescadores. Motivo pelo qual não seria justo acusar apenas o presidente em não direcionar as ações da associação.

Contudo, observa-se que a desarticulação política é um fator existente na comunidade Tauarú no que se refere a Associação de Pescadores, em que as informações indicam limites na organização dos próprios pescadores da comunidade.

- **Estrutura organizacional da associação, metas e ações**

A estrutura organizacional da Associação de Pescadores de Tauarú (APT) está constituída da seguinte forma organizacional:

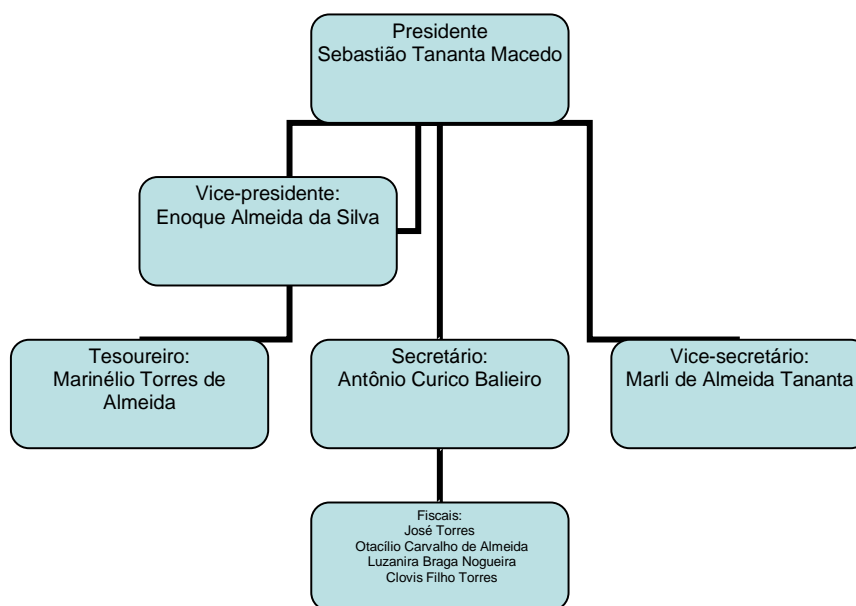


Figura 19: Estrutura organizacional da Associação de Pescadores de Tauarú

As atribuições apresentadas pela diretoria da Associação de Pescadores de Tauarú na gestão de 2007, apesar de não possuir registros, em reunião realizada com os membros da diretoria foi possível identificar as seguintes metas da associação:

- ⇒ participar das reuniões da Colônia de Pescadores Z-24;
- ⇒ recolher mensalidades dos pescadores para a Colônia;
- ⇒ encaminhamento para auxílio-doença, auxílio-maternidade e seguro-desemprego;
- ⇒ organizar mutirão de pesca;
- ⇒ preservar os lagos (ainda em andamento);
- ⇒ preservar a beira das praias de bichos de casco (ainda em andamento).

A partir das atribuições apresentadas, segundo os membros da diretoria, a APT não está desenvolvendo as atividades de forma sistemática. Para tanto, a atividade registrada por estes refere-se a preservação de lagos que, ainda sem portaria oficial, são fiscalizados pelos pescadores.

No que se refere ao processo eleitoral para definição da diretoria gestora da associação, esta deve ocorrer de 3 em 3 anos, podendo haver reeleição. Vale enfatizar, que não é somente os pescadores associados que elegem a diretoria, mas sim todos os moradores da comunidade. Isso indica uma prática coletiva do processo de tomada de decisão, em que a comunidade decide, tal procedimento permite afirmar que não há uma divisão entre pescadores e agricultores, uma vez que em geral os comunitários são pescadores/agricultores. Embasada nessa especificidade, observa-se que para os moradores da comunidade Tauarú o importante é possibilitar que obtenha o acesso a bens e serviços, através da associação de produtores, seja através da Associação de Pescadores.

• Vínculo Associativo dos Pescadores em Taurú³⁹

A partir do estudo realizado pelo Grupo de Pesquisa Inter-Ação, na comunidade Taurú 80,95% dos pescadores da comunidade estão filiados em suas representações classistas, especificamente, na Colônia de Pescadores Z-24, dos quais 47,62% já recebem o salário desemprego, conforme observa-se no (Quadro 05).

Quadro 05: Número de filiados à representações classistas que recebem seguro desemprego.

Comunidade	Sócio?	% entrevistados	Qual?	Seguro?
Taurú	Sim	4,76	Associação dos Pescadores e Agricultores de Taurú	Sim
	Sim	42,86	Colônia dos Pescadores de Tabatinga Z – 24	Sim
	Sim	33,33	Colônia dos Pescadores de Tabatinga Z – 24	Não

Fonte: Inter-Ação/2006.

O vínculo associativo é importante destacar, considerando que este possibilita o acesso a direitos sociais, a exemplo do seguro defeso. Conforme as informações apresentadas no quadro observa-se que o maior vínculo refere-se à Colônia de Pescadores Z-24, tendo pouco destaque para a associação da própria comunidade.

Segundos os estudos de Chaves et al (2006) tal informação indica que associação de pescadores existente na comunidade não possui reconhecimento. Fato este que se confirma pelo não entendimento do papel da associação na comunidade, bem como a diferença entre a associação e colônia, o que foi possível identificar no decorrer das entrevistas.

Vale sinalizar, ainda segundo Chaves, que 91,04% dos pescadores entrevistados consideram que suas entidades representativas (Colônia ou Associação de Pescadores), (Figura 19) são importantes, pois o vínculo associativo possibilita “a organização da categoria, o acesso às fontes de financiamento para a aquisição dos insumos necessários a pesca e em alguns casos o custeio da produção” (p. 45). Para os pescadores, o principal benefício se configura no recebimento do seguro desemprego, acesso ao seguro saúde, alojamento na cidade, quando os pescadores necessitam se deslocar da comunidade até a sede do município, entre outros.

³⁹ Esse texto foi trabalhado no relatório do estudo intitulado Estudo-diagnóstico sobre o modo de organização da produção pesqueira para implantação de empreendimentos solidários nas comunidades ribeirinhas nos municípios de Coari e Tabatinga-AM, elaborado no período de fevereiro a abril de 2006 encaminhado à Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado do Amazonas. Para tanto, os resultados apresentados tomam como base a referida pesquisa de campo realizada em janeiro de 2006, pelo grupo de pesquisa Inter-Ação, o qual caracterizou-se como subsídio para o desenvolvimento deste estudo de mestrado.

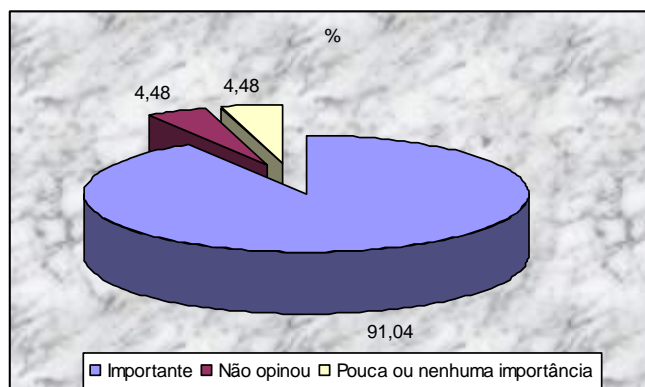


Figura 19 : A importância de suas entidades representativas
Fonte: Inter-Ação/2006

O número de pescadores filiados às entidades representativas destaca-se em decorrência da vocação da atividade produtiva na comunidade Tauarú, elevando assim o número de pescadores filiados e, considerando o grau de adimplência dos pescadores, estes recebem o benefício do salário desemprego (período de defeso reprodutivo de algumas espécies de peixes regionais), dentre outros benefícios.

Vale destacar, que no período delimitado para do defeso, alguns pescadores chegam a exercer a atividade como ilegais, seja pela carência, seja pela dificuldade de alcance das políticas sociais, pois as políticas sociais não atinge a toda extensão da categoria de pescadores, que resulta (pelo do fato de uma expressiva parcela dos pescadores estarem inseridos de modo precário na atividade pesqueira).

Dessa forma, há um grande indicativo de que os pescadores de Tauarú reconhecem a importância de “sua entidade representativa, bem como da necessidade de sua filiação e o pagamento de suas obrigações para poder gozar dos benefícios” (Chaves et al, 2006, 47). Porém, o que se observa é que apesar dos pescadores reconhecerem a necessidade de associação, o número (1500) de filiados é inferior a estimativa de pescadores no município (equivalente aproximadamente à 2800 pescadores no município), assim como o número de beneficiados com o seguro desemprego. Pois, de 1500 associados em fevereiro de 2007, apenas 700 haviam recebido o seguro.

É importante frisar que o baixo número de associados em relação à estimativa de pescadores em Tabatinga engendra-se pelas dificuldades dos pescadores deslocarem-se para a sede do município, bem como na dificuldade dos pescadores em efetuarem e manterem o pagamento da mensalidade, o que possibilita o acesso à direitos sociais.

Segundo a autora dentre as dificuldades vivenciadas pelos pescadores podem-se destacar: a falta de recursos para a aquisição dos meios de produção; incertezas nas pescarias ou sazonalidade das capturas, as quais são agravadas pelo crescimento gradativo da pressão de pesca, indo de “encontro à demanda dos pescadores por meios de produção” (p.48). Tal fato, portanto, demanda “a inserção das Instituições que regularizam a atividade (SEAP, IBAMA, IPAAM)”. Pois, conforme se observou, ocorreram inúmeros conflitos nas áreas de pesca, motivo pelo qual intensifica o desejo dos pescadores em formalizar Acordos de Pesca⁴⁰, principalmente, no que se refere aos lagos existentes na localidade da comunidade Tauarú.

A autora enfatiza ainda, que para os pescadores da comunidade Tauarú o Acordo de Pesca se caracteriza como ferramenta fundamental para garantir “o direito de pesca, a regulação do esforço de captura e a garantia da continuidade da atividade” (2006, p. 48).

Nesse sentido, observa-se um distanciamento entre a Associação de Pescadores de Tauarú entre as lideranças e sua base, pois não há uma mobilização quanto ao enfrentamento das dificuldades.

Segundo membros da associação entrevistados, esta nos últimos dois anos (2005 e 2006) não conseguiu fazer adequadamente o devido repasse de informações aos associados na comunidade, assim como o repasse das mensalidades para a Colônia de Pescadores, não alcançando um dos objetivos proposto por essa.

Para os membros entrevistados uma das dificuldades em conduzir as ações da associação refere-se a falta de capacitação por parte do presidente, a qual se estende para os outros membros da associação. No decorrer das entrevistas ficou evidente a insatisfação com a forma como o atual presidente vem direcionando a associação. Porém, no momento que realizou-se a reunião com os membros da associação dos pescadores, os diretores reconheceram que “na verdade todos ficaram sem trabalhar”. Motivo pelo qual “não seria justo acusar apenas o presidente em não direcionar as ações da associação”. Assim, a dificuldade de gerenciamento não se limita ao presidente da associação.

⁴⁰ Os Acordos de Pesca tem como objetivo defender as áreas consideradas de uso e domínio comunitário, para reduzir ou controlar a pressão da pesca. As normas de uso dos recursos pesqueiros são definidas coletivamente por pescadores artesanais (profissionais e/ou de subsistência) e ribeirinhos. A partir do Acordo de Pesca, a pesca é regulamentada de acordo com os interesses da população local e da sustentabilidade do recurso, em que são definidos, além das formas de uso, a área geográfica. Vale informar, que o acordo é normatizado pelo IBAMA através de portaria (RUFFINO, 2005).

Nesse sentido, os limites da atuação configura-se na dificuldade de administrar uma associação, bem como do grau de participação de seus membros e associados, uma vez que estes conduzem a associação a partir de interesses comuns.

Vale destacar, por sua vez, que na comunidade Tauarú há um grande respeito pela hierarquia existente na comunidade, levando os membros da associação, a não interferir e nem tomar a frente do presidente. Assim, ficam no *aguardo* de uma *atitude do presidente*, conforme estes salientam. A esse respeito, destaca-se a influência da igreja local, que tem como um de seus princípios o respeito às hierarquias, principalmente, no que se refere a tomada de decisão. A esse respeito destaca-se, segundo Souza (2004), o sentido de comunidade, a qual configura-se como

um conjunto de grupos e subgrupos de uma mesma classe social, que têm interesses e preocupações comuns sobre condições de vivência no espaço de moradia e que, dadas as suas condições fundamentais de existência, tendem a ampliar continuamente o âmbito de repercussão dos seus interesses, preocupações e enfrentamentos comuns (2004, p.68).

O estudo de Souza (2004) sobre desenvolvimento de comunidade e participação, contribui nessa discussão no sentido de analisar as condições fundamentais de existência em que estão inseridos os pescadores, bem como a ampliação das ações no sentido de enfrentar coletivamente as dificuldades vivenciadas pelos pescadores.

No entanto, a partir das informações referente as dificuldades de gerenciamento, destaca-se que diversos são os fatores que contribuíram para o enfraquecimento e não funcionamento da Associação de Pescadores de Tauarú, sejam estes:

- d. A falta de incentivo e apoio dos órgãos representativos dos pescadores para possibilitar o desenvolvimento da Associação dos Pescadores de Tauarú;
- e. A falta de capacidade de articulação da Associação com os órgãos responsáveis para efetivar a preservação dos lagos da comunidade;
- f. Valorização dos pescadores enquanto trabalhadores da pesca;
- g. Falta de representatividade dos dirigentes da associação na comunidade;

O cenário delineado indica a necessidade de capacitação dos pescadores para o fortalecimento de sua associação representativa. Para Gohn (2001), essas questões se aceleram, considerando a relação burocratizada, ou seja, a associação, por exemplo, precisa se

utilizar dos mecanismos concernente a elaboração de ofícios, petições, abaixo-assinados, cartas entre outros. Fato este, que ficou evidente na fala dos entrevistados, quando os mesmos afirmaram que o presidente da Colônia de Pescadores de Tabatinga e a Associação de Pescadores de Tauarú não possuíam força política para conseguir arregimentar forças para organizar os pescadores. Isto, de certa forma, intensifica as dificuldades no que se refere a luta pelos direitos dos pescadores.

Para Souza (2004), é importante observar que no processo de luta por direitos e bens sociais, não se pode reduzir uma movimentação política a um objetivo imediato, ou em ações isoladas, pois do contrário um movimento social, por exemplo, perde o sentido de organização para o enfrentamento das questões sociais, devendo, portanto, haver clareza nos objetivos do que se pretende alcançar.

Nesse sentido, pensar a Associação de Pescadores de Tauarú, a partir do debate proposto por Souza (2004), como espaço político de mobilização e organização, indica dizer que esta pode perder seu papel fundante – a defesa de interesses coletivos – reduzindo-se em um canal de controle e reprodução da ordem social.

Vale destacar, contudo, segundo os entrevistados, que o único bem conseguido para os pescadores, reporta-se à construção de um alojamento, para os pescadores, pela Colônia Z-24. E isso para eles, configura-se como uma conquista, pois estes quando se deslocam da comunidade para a sede do município, possuem um local para se alojar, não precisando, mas ficar ao *relento*, sem um abrigo. Tal alojamento facilita a estadia dos pescadores seja para se estabelecerem no período de receber o seguro-defeso, bem como para a realização de tratamentos de saúde.

Dessa forma, vale destacar que a própria formação das comunidades ocorre a partir da necessidade de ter acesso a bens e serviços sociais, do contrário, a comunidade não recebe nenhum atendimento.

Além disso, considerando que o estímulo ocorreu de forma externa à comunidade, indica a fragilidade ou não da organização política, pois as organizações se configuram como uma instância para o acesso aos benefícios. Para tanto, a organização política destes em Tauarú caminha com dificuldades para mobilizar a categoria para acesso a direitos sociais. Ainda, a Associação possibilita o acesso à benefícios sociais.

Considerações

À guisa de conclusão: a organização política como processo de mobilização

“As formas de organização sócio-cultural e política das comunidades na Amazônia, em suas singularidades, abrigam mecanismos e práticas que podem servir como instrumentos para a construção de alternativas e soluções para atender suas necessidades de bens e serviços sociais”.

(CHAVES, 2001)

No bojo da crise estrutural não é fácil a tarefa de encontrar soluções para sair desse quadro de intensificação de desigualdades sociais, porém exige das organizações representativas da população, coerência para analisá-la e construir alternativas coletivas que diminuam o presente cenário. Visto que, a questão macroeconômica articula forças políticas que, concomitantemente, defende interesses políticos deixando, por sua vez, para segundo plano as propostas que venha garantir resultados positivos de melhoria da qualidade de vida da população.

A organização política dos pescadores da comunidade Tauarú, institucionalizada pela Associação de Pescadores de Tauarú – APT possui dimensões: sociais, culturais, religiosa,

econômica e política, bem como relações sociais estabelecidas com as organizações sociais existentes na comunidade: Associação de Produtores Rurais e a Igreja.

As relações sociais estabelecidas na comunidade derivam de duas questões centrais: a forma como estes organizam o trabalho e o sentido de coletividade no desenvolver das práticas produtivas.

No que refere-se à dimensão cultural, destaca-se o modo de vida com heranças da cultura indígena e nordestina. Do ponto de vista da religião local, destaca-se um modo de vida conduzido por princípios religiosos a partir de uma ética comunitária, em que o modo de comportar-se é definido e estabelecido pela igreja.

Em Tauarú duas modalidades de associações, com regras e natureza diferente, regem a comunidade: a igreja e as duas associações existentes na comunidade (Associação de Produtores Rurais e Associação de Pescadores de Tuarú). A hierarquia, por grau de reconhecimento, destaca em primeiro momento a igreja, em segundo a de produtores rurais e em terceiro a de pescadores. Em relação às associações formais, destaca-se a dos produtores rurais com maior representatividade.

Referente à dimensão econômica, estas se relacionam com a inserção dos comunitários no processo produtivo interno e, principalmente, externo à comunidade, os quais inseridos num circuito de comercialização estabelecem relações sociais com agentes externos, redefinindo as formas de uso dos recursos, mais especificamente concernente a captura do pescado, redefinindo ainda a forma de organização da comunidade. A relação com agentes externos e com o processo de comercialização intensifica a captura do peixe, desencadeando novas formas de gerenciar a comercialização do pescado seja no contexto interno, como no externo.

A Associação de Pescadores de Tauarú (APT), bem como as outras instituições formais da comunidade foram criadas à partir da necessidade de um novo gerenciamento sobre o recurso locais, dentre eles o pesqueiro.

Nesse contexto, ressalta-se o fato da referida APT possui poder político limitado na comunidade, em que a referência é a Colônia, em que os pescadores indicam não existir nenhuma associação de pescadores na comunidade, confundindo-se em diversos momentos com a Associação e Colônia.

A principal entidade organizativa do movimento de pescadores são as colônias, suas principais metas organizativas são: a busca pelo fortalecimento da economia familiar dos pescadores de modo sustentável; a ampliação e garantia de direitos sociais e trabalhistas; a organização política da categoria em bases democráticas e o fortalecimento da articulação com os sindicatos, federações e confederação. As colônias se constituem, ainda, em espaços para alicerçar um processo de criação de caminhos próprios de luta na garantia de direitos sociais.

No que concerne à dimensão política, há interferências externa à comunidade, pois a própria organização da associação supracitada foi criada com apoio da Colônia, a partir de uma necessidade criada por esta *a priori*. Apesar da comunidade assimilar tal necessidade, esta não conseguiu garantir um funcionamento efetivo da associação, a qual vivenciou processos descontínuos sem avanços no processo de organização dos pescadores da comunidade.

Assim, o processo de organização da APT enfrentou dificuldade ao organizar-se, não só por falta de apoio e acompanhamento da Colônia, mas também pela dificuldade de condução pelos membros da diretoria, seja no processo de mobilizar, como também de organização dos pescadores.

Dessa forma, identifica-se a necessidade de potencializar e reorganização da APT, de forma haver o reconhecimento de sua importância social e política para a comunidade. Vale enfatizar, o interesse e motivação dos membros da diretoria atual em retomar as atividades e dar um novo direcionamento para suas ações.

Considerando, que a APT não está desvinculada da igreja e da Associação de Produtores Rurais da comunidade, a APT apresenta “menor força” política no contexto da comunidade em relação à de produtores. Tais questões indicam quatro fatores que culminam para gerar esse fato:

- 1) a agricultura, mesmo em pequena escala na comunidade, apresenta maior envolvimento da comunidade, a partir de trabalhos coletivos e de ajuda mútua, desencadeando maior legitimidade no processo produtivo;

- 2) a pesca, ainda que seja desenvolvida por 60% dos comunitários, atingindo 100% no período da safra, apresenta menor legitimidade, pois está sendo desenvolvida individualmente. Esse fato desencadeia a inexistência do sentido de coletividade e de ajuda

mútua na atividade da pesca (ainda que na comunidade grupos de pescadores saiam juntos para pescar);

3) a pesca é menos percebida na comunidade, ou seja, é sabido que existem pescadores regulares, mas estes são visualizados, principalmente, no desenvolver da atividade agrícola. Assim, desconsidera-se que estes durante o dia dedicam-se a agricultura e a noite dedicam-se a pesca. Pois, os pescadores regular dividem as atividades nos dois horários (dia e noite) ao longo do ano, ao contrário dos pescadores sazonais que no período da escassez do peixe dedicam-se apenas à agricultura;

4) a pesca desenvolvida pelos “mais antigos” é valorizada por estes, os quais reconhecem a necessidade de preservar o recurso pesqueiro.

Diante disso, pode-se afirmar que a Associação de Pescadores de Tauarú, em decorrência de orientações externas, vivencia dificuldades de condução, uma vez que, os membros da associação possuem dificuldades de entendimento no que se refere ao papel social, político e organizativo da associação.

Vale enfatizar, que a comunidade possui lagos de conservação demarcados pelos próprios comunitários, de onde é retirado o pescado apenas para o consumo doméstico. Porém, segundo os relatos dos informantes e comunitários, existem algumas situações problemáticas vivenciadas por estes, como: invasão de pescadores de fora nos lagos da comunidade; escassez dos recursos pesqueiros; dificuldade de escoar a produção, os quais optam para comercializar para o comprador na comunidade; variação do preço atribuído, ocasionando prejuízos para o pescador.

Esse contexto da atividade pesqueira na comunidade Tauarú é importante para o entendimento da organização política formal dos pescadores, tendo em vista que estas são problemáticas, que aliada ao incentivo exógeno, desencadeou a criação da Associação.

Segundo os membros da diretoria da APT a importância para a associação se reorganizar pauta-se pela necessidade desta tornar-se conhecida pelas associações existentes na comunidade, bem como pelos comunitários. Uma vez que, os membros da associação sentem-se cobrados pelas instituições que visitam e/ou desenvolvem ações na comunidade.

Além desses fatores destaca-se a presença institucional na comunidade, mais especificamente do IDAM, o qual realizou o acompanhamento da criação da Associação de Produtores Rurais da comunidade. Vale enfatizar, que o apoio e acompanhamento,

fortaleceram o vínculo de dependência por parte desta associação em relação ao IDAM. Nesse contexto, a APT também, ao exigir apoio e condução por parte da Colônia, bem como do IDAM estabelece uma relação, também, de dependência. Tal dependência, portanto, ocorre em decorrência de práticas assistencialistas numa lógica tutelada, limitando assim a atuação dos agentes sociais.

Por outro lado, as instituições presentes na comunidade, como: IDAM, SEBRAE e Secretaria de Desenvolvimento Sustentável - SDS propõem que os associados e dirigentes das associações se articulem para definir atividades em parceria com estas.

Vale destacar, portanto, referente a essa questão, que há indicações de busca de fortalecimento e organização, por parte das associações, principalmente, a Associação de Produtores Rurais. Pois, tais parcerias têm possibilitado aos comunitários (associados em uma das associações) o acesso a financiamento para os associados e para a Associação, mais especificamente em relação à associação de produtores rurais.

Considerando a possibilidade de obtenção de benefícios, acesso a bens e serviços sociais, financiamentos entre outros, é que se intensifica a vinculação dos comunitários, seja na Associação de Pescadores, seja na Associação de Agricultores, impulsionando, portanto, o crescimento do número de associados nas referidas associações.

Nesse contexto, destaca-se que a própria formação das comunidades ocorre a partir da necessidade de ter acesso a bens e serviços sociais. Do contrário a comunidade não recebe nenhum atendimento. Com essa mesma lógica é que as associações vão se constituindo. E em decorrência do estímulo ser externo isso acarreta a fragilidade ou não da organização política, pois as organizações se configuram como uma instância para o acesso aos benefícios.

Para tanto, a organização política caminha com dificuldades, sem conseguir mobilizar a categoria para maiores acessos a direitos sociais, pois no decorrer das entrevistas ficou evidente o não entendimento do papel da associação, bem como qual seria suas atribuições.

Neste sentido percebe-se que a modalidade de organização política da comunidade Tauarú, em suas singularidades, cria mecanismos e práticas que objetivam a construção coletiva de alternativas e soluções para atender suas necessidades básicas. Desta forma, faz-se necessário a instrumentalização dessas comunidades para melhor atuação na busca da melhoria de sua qualidade de vida. Tal instrumentalização faz-se imprescindível nesse processo de organização para que esta ganhe unidade e coesão interna para possibilitar articulações, alianças e mobilizações nos espaços de tomada de decisão.

Tais questões remetem a urgência em pensar numa agenda política que contemple o conjunto de demandas sociais e políticas, para uma possível diminuição da desigualdade social vivenciada pelas comunidades ribeirinhas, especificamente os pescadores. Porém, faz-se necessário buscar alternativas, pois do contrário os problemas sociais se agravam sem controle, tornando-se difícil de contornar os resultados catastróficos desse quadro alarmante que a sociedade se encontra.

Assim, vale destacar o papel da sociedade civil no processo de organização, pois propor uma agenda política que busque a melhoria da qualidade de vida implica maior articulação de organização e mobilização das entidades organizativas. Outra questão importante é oportunizar a essas organizações o espaço representativo que lhes é de direito, mas que muitas das vezes lhes é cerceado.

Nesses termos, vale enfatizar a necessidade de reflexão sobre o papel do Estado, em sua dimensão democrática, de forma a possibilitar a construção de um projeto de sociedade, fundada numa nova relação Estado e sociedade. Conforme Marco Aurélio (1999), faz-se mister analisar as estruturas nos quais o Estado se encontra alicerçado, na busca de proposição de novos padrões organizacionais, funcionamento e operação, implicando ainda em mudanças de opções políticas. Posto que, o quadro societal contemporâneo não se apresenta apenas como resultado das questões econômicas, mas também das escolhas políticas, o que determina em sua maioria o agravamento ou não desse contexto.

Para tanto, observa-se a necessidade de direcionar o desenvolvimento de movimentos sociais e, mais especificamente, da Associação de Pescadores de Taurú, em relação:

- ao fortalecimento organizacional da Associação – com capacitação de lideranças e ações sócio-educativas de gestão e articulação política.
- a liberdade de organização e mobilização da associação;
- a construção de uma identidade própria da associação;
- a superação das dificuldades, numa perspectiva militância ativa dos membros e associados da associação com intuito de possibilitar mudanças sociais e políticas;
- a articulação com outros movimentos sociais;

Portanto, o que se aponta a partir desses elementos é a necessidade de descentralização das ações voltadas para o setor da pesca, como uma alternativa fundamental

para o desenvolvimento do setor pesqueiro, de forma a estimular as ações concretas e efetivas, com apoio das secretarias municipais nas ações voltadas para o setor, seja organizando as ações, seja na sua execução, considerando, por sua vez, a participação ativa dos pescadores no processo de tomada de decisão.

Outro fator importante para destacar é que a capacidade de organização dos pescadores ribeirinhos, a despeito de suas dificuldades, configura-se como fator fundamental para disciplinar a exploração de recursos naturais, que segundo Pereira (2003), a luta pela descentralização e implementação de ações de utilização de recursos da várzea, no que pese os desafios, se caracteriza como um caminho a ser percorrido.

Assim, a organização política, como um canal de luta pela conquista de direitos, se constitui como fundamental para superar o modelo de organização estabelecida na sociedade brasileira - um modelo centralizador, despolitizante, burocrático - em que os próprios espaços de luta, bem como os participantes desses espaços são definidos a partir da correlação de forças entre Estado e sociedade.

Pois, é a partir de uma participação tutelada, que descaracteriza muitas vezes, os MS's e, concomitantemente, a descrença neste.

Contudo, é nessa relação que os movimentos se rearticulam e se reestruturam, definindo e consolidando novas estratégias de luta, bem como ocupando novos espaços de luta.

Nesse contexto, a história de luta e de organização social dos pescadores na comunidade Tauarú, em que pese seus limites, marca a luta pelo direito do uso dos recursos pesqueiros a partir da grande intensificação da pesca e inserção de novos atores sociais na atividade pesqueira. E é no embate entre pesca tradicional e comercial, que os pescadores, residentes na comunidade Tauarú passam a se mobilizar e se organizar para a possibilidade de defesa das áreas de pesca. No entanto, tal mobilização ao se configurar de forma isolada na comunidade dificulta uma maior articulação dos pescadores.

Além disso, observou-se que na associação de pescadores não há uma frequência de participação de seus associados, bem como da própria diretoria, seja para discutir as problemáticas que envolvem a pesca, seja para intensificar o processo de organização política. Além da falta de participação, observou-se a inexistência de intervenções junto ao poder público para reivindicar direitos por parte destes.

Há também o distanciamento dos membros da associação e diretoria, configurado-se como movimento oposto para o fortalecimento do projeto democrático. No entanto, vale destacar que as organizações políticas não podem ser avaliadas a partir das conquistas, mas a partir do acúmulo político adquirido no processo de luta. Pois, esse acúmulo político (experiência de luta, de negociação, identidade) possibilita a aprendizagem, reestruturação e novo direcionamento para o processo de organização política. Entende-se que a capacidade de organização ocorre na condução de uma luta em todas as suas fases: nos conflitos e embates econômicos, políticos, ideológicos e culturais.

Outro fator importante a destacar refere-se às mudanças ocorridas no processo das relações sociais no trabalho⁴¹, o que desencadeia um conjunto de desarticulações dos trabalhadores e, concomitantemente, desencadeia mudanças no bojo dos movimentos sociais. Tais mudanças podem ser sinalizadas pela busca de rearticulação entre os agentes sociais que compõem o quadro de representações desses movimentos sociais, necessidade de articular forças (parcerias) para o estabelecimento de alianças nos espaços políticos de tomada de decisão. Nesse sentido, observa-se a necessidade de novas estratégias de luta, bem como novos direcionamentos para o processo de mobilização dos movimentos sociais, uma vez que este processo trás para a realidade os interesses antagônicos entre as classes sociais.

Conquanto, a organização política dos pescadores na região delineia-se em um novo cenário, isto é, no conjunto das lutas políticas, mais especificamente no setor pesqueiro. Assim, o processo de tomada de decisão, bem como o processo de mobilização dos pescadores na comunidade, a despeito das dificuldades, se apresenta como possibilidade para proposição de políticas públicas no setor da pesca.

A discussão proposta neste trabalho não deu conta da complexidade que envolve tal discussão, configurando-se como objeto em construção, pois a sensação ao se tentar traçar algumas considerações é que muitos elementos, no que se refere à organização política dos pescadores, precisam ser investigados de forma mais aprofundada como, por exemplo: a identidade dos pescadores; o significado do crescimento das colônias para o setor pesqueiro, seja para os pescadores, seja no que se refere ao acesso a políticas públicas; as mudanças ocorridas no contexto interno da organização formal dos pescadores.

⁴¹ No caso específico dos pescadores, destaca-se: a concorrência entre pesca artesanal e industrial; inserção de novos agentes sociais; perda de espaço geográfico para o exercício da atividade pesqueira entre outros fatores.

Por fim, entende-se que o processo de conhecimento e de construção de um determinado objeto é dinâmico e complexo, em que novos elementos vão se somando a cada contexto social, os quais estão articulados com a estrutura social de um país, estado, município e/ou comunidade, sendo que cada contexto está relacionado, bem como uma influencia o contexto do outro. Nesse sentido, é claro a fragilidade e os limites deste trabalho, mas que ao mesmo tempo caracteriza-se como esforço de desenvolver reflexões de uma temática que ora se coloca como pauta no contexto do setor pesqueiro.

Assim, envolvo-me com a certeza, de que qualquer tentativa de conhecer a realidade, principalmente, de uma comunidade nos exige todos os desprendimentos, dedicação, e um arcabouço teórico que ultrapasse afirmações generalista, nos exigindo maior empenho para o conhecimento de uma realidade singular, no caso a comunidade Tauarú. Mas ao mesmo tempo, tenho a certeza que todo e qualquer conhecimento sobre qualquer objeto, sempre será limitado, uma vez que cada história, cada contexto, cada tempo, cada cotidiano está engendrada por uma complexa dinâmica social e histórica. Dessa forma, o referido trabalho se configura como a abertura de possibilidades de novos estudos, com direcionamentos diversos tanto no processo de conhecimento, como de análise dos movimentos sociais dos pescadores. Além disso, contribuir com o movimento de pescadores no sentido de possibilitar o conhecimento do processo de organização, na busca de fortalecimento destes.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

- ALENCAR, Edna F. **Gênero e Trabalho nas Sociedades Pesqueiras**. IN: FURTADO, Lourdes. LEITÃO, Wilma. MELLO, Alex Fiúza de, (orgs). **Povos das Águas: realidade e perspectivas na Amazônia** Belém: Museu Paranaense Emílio Goeldi, 1993. (p.63 – 81)
- _____. Edna F. **Deficiência de políticas no alto Solimões para as comunidades de várzea**. IN: Revista Jirau/Pró-Várzea. Jul/Ago/Set, 2005.
- AMMANN, Safira Bezerra. **Movimento popular de bairro: de frente para o Estado, em busca do Parlamento**. CORTEZ: São Paulo, 1991.
- BOGO, Ademar (org.). **Teoria da Organização Política: escritos de Engels – Marx – Lênin – Rosa – Mão**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.
- CAMPIONE, Daniel. **Hegemonia e contra-hegemonia na América Latina**. IN: COUTINHO, Carlos Nelson, TEIXEIRA, Andréa de Paula. **Ler Gramsci, entender a realidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. (pgs. 51-66)
- CARDOSO, Renato Soares, BATISTA, Vandik da Silva. **Aspectos econômicos e operacionais das viagens da frota pesqueira de Manaus, Amazônia Central**. Vol. 34(2). ACTA AMAZÔNICA, Manaus, 2004. (pgs. 301 -307)
- CHAVES, Ma. Do P. Socorro R. **Uma experiência de Pesquisa-ação para gestão comunitária de tecnologias Apropriadas na Amazônia: o estudo de caso do Assentamento de Reforma Agrária Iporá**. Campinas - São Paulo, Tese de Doutorado – UNICAMP|CIRED, 2001.
- _____. **As condições de Vida e de Uso dos Recursos pelos moradores do Parque Nacional do Jaú**. IN: Janelas para a Biodiversidade no Parque Nacional do Jaú: uma estratégia para o estudo da biodiversidade na Amazônia. FVA, Manaus, 2004. (p. 63 a 78).
- _____. BATISTA, Vandik da Silva, OLIVEIRA, Ma. Francenilda G. de. **Relatório Parcial da Pesquisa Caracterização Socioeconômica da Atividade Pesqueira e da Estrutura de Comercialização do Pescado na Calha do Rio Solimões-Amazonas (Pará e Amazonas – municípios de Belém, Manaus, Tabatinga, Tefé, S. P. de Olivença, Santarém**. Manaus: Pró-Várzea/IBAMA/PNUD, 2003.

CÂMARA, Evandro P. Leal, MCGRATH, David G. **A viabilidade da reserva de lago como unidade de manejo sustentável dos recursos da várzea amazônica.** IN: SILVEIRA, Isolda Maciel da. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Vol. 11, Nº1, Julho. Série Antropologia. Museu Paraense Emílio Goeldi: Belém, 1995. (p. 87 – 132)

CAMPOS, Antônio João Teixeira. **Movimentos Sociais de Pescadores Amazônicos.** IN: FURTADO, Lourdes. LEITÃO, Wilma. MELLO, Alex Fiúza de, (orgs). **Povos das Águas: realidade e perspectivas na Amazônia** Belém: Museu Paranaense Emílio Goeldi, 1993. (p. 231 – 242)

CASTRO, Edna, ACEVEDO, Rosa, COUTO, Rosa Carmina Sena. **A pesquisa em Ciências Humanas e as Relações entre Trabalho, Saúde e Meio Ambiente.** IN: COUTO, Rosa Carmina Sena, CASTRO, Edna. (orgs.) NAEA: Belém, 2002.

CASTRO, Fábio de, McGRATH, David G., CROSSA, Marcelo. **Adaptando a mudança: a formação de sistema de manejo comunitário de lagos na Amazônia Brasileira.** (mimeo)

_____. **O manejo comunitário de lagos na Amazônia.** IN: Biodiversidade, pesquisa e desenvolvimento na Amazônia. (mimeo)

CARDOSO, Renato Soares, BATISTA, Vandik da Silva, JÚNIOR, Charles Henry (orgs.). **Aspectos econômicos e operacionais das viagens da frota pesqueira de Manaus, Amazônia Central.** Vol. 34, ACTA Amazônia. p. 301 – 307, 2006.

COSTA, Francisco de Assis. **As ciências, o uso de recursos naturais na Amazônia e a Noção de Desenvolvimento sustentável: por uma interdisciplinariedade.** IN: VIEIRA, Ima Célia Guimarães. **Diversidade Biológica e Cultural.** Museu Paraense Emílio Goeldi: Belém, 2001. (299 a 318)

COUTINHO, Carlos Nelson, TEIXEIRA, Andréa de Paula (orgs.). **Ler Gramisci, entender a realidade.** Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 2003.

COELHO, Maria Célia Nunes, SIMONIAN, Ligia, FENZL, Norbert (orgs). **Estado e Políticas Públicas na Amazônia.** CEJUP: Belém, 2000.

DAGNINO, E. **Os movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania.** IN: DAGNINO, E. (org.). Os anos 90: Política e Sociedade no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1994. (p.103-115)

DEMO, Pedro. **Combate à pobreza: desenvolvimento como oportunidades**. Campinas, SP- autores associados, (coleção educação contemporânea),1996.

_____. **Pobreza Política**:. 6ª ed. Campinas/SP: Coleção Polêmicas do nosso tempo; v.27), 2001.

DIEGUES, Antônio Carlos. **Repensando e recriando as formas de apropriação comum dos espaços e recursos naturais**. IN: Gestão de Recursos Renováveis e Desenvolvimento: novos desafios para a pesquisa ambiental. ed. 3ª. Cortez:São Paulo, 2002. (p.115 a 146)

FURTADO, Lourdes. LEITÃO, Wilma. MELLO, Alex Fiúza de, (orgs). **Povos das Águas: realidade e perspectivas na Amazônia** Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1993.

FURTADO, Lourdes. **Pescadores do rio Amazonas: um estudo antropológico da pesca ribeirinha numa área amazônica**. Museu Paraense Emílio Goeldi: Belém, 1993.

_____. **Reservas Pesqueiras, uma alternativa de subsistência e de preservação ambiental: reflexões a partir de uma proposta de pescadores do Médio Amazonas**.IN: FURTADO, Lourdes.

FURTADO, L.G. Pesca artesanal: Um delineamento de sua história no Pará. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, série Antropologia*.1981.

HOURT, F. **A mundialização das resistências e das lutas contra o neoliberalismo**. In: SEODANE, J. TADDEI, E.(ORGS). Resistências mundiais. De Seattle a Porto Alegre. Petrópolis: Vozes/CLACSO, 2001.

LEITÃO, Wilma. MELLO, Alex Fiúza de, (orgs). **Povos das Águas: realidade e perspectivas na Amazônia** Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1993.

_____.NASCIMENTO, Ivete Herculano. **Traços de uma comunidade pesqueira do litoral amazônico: relato sobre organização em comunidade haliêutica**. In: FURTADO, Lourdes, QUARESMA, Helena Dóris A. Barbosa (orgs). **Gente e Ambiente no mundo da pesca artesanal**. Museu Paraense Emílio Goeldi: Belém, 2002. (p. 5 -18)

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos Sociais e Educação**. 4ª ed. São Paulo: CORTEZ (Coleção – Questões de Nossa Época – V. 5), 2001.

_____. Teoria dos Movimentos Sociais. 6ª São Paulo: LOYOLA, 2006.

GRUPPI, Luciano. **O conceito de Hegemonia em Gramsci**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho^{4ª} ed. GRAAL: Rio de Janeiro, 1978.

IANNI, Octávio. **A dialética da globalização**. IN: IANNI, Octavio. **Teorias da Globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

ISAAC, Victoria J. et. all. **Considerações sobre a legislação da “Piracema” e outras restrições da pesca da região do Médio Amazonas**. IN: FURTADO, Lourdes. LEITÃO, Wilma. MELLO, Alex Fiúza de, (orgs). **Povos das Águas: realidade e perspectivas na Amazônia Belém**: Museu Paranaense Emílio Goeldi, 1993.

JACOBI, Pedro. **Movimentos Sociais e Políticas Públicas: demandas por saneamento básico e saúde**. São Paulo: Cortez, 1989.

JÚNIOR, Petrônio Lauro Teixeira. **Um exercício etnográfico sobre a migração de pescadores no nordeste do Pará**. In. FURTADO, Lourdes, QUARESMA, Helena Dóris A. Barbosa (orgs). **Gente e Ambiente no mundo da pesca artesanal**. Museu Paraense Emílio Goeldi: Belém, 2002

LEONEL, Mauro. **A morte social dos rios**. Perspectiva, IAMA, FAPESP: São Paulo, 1998. (Coleção Estudos)

LEITÃO, Wilma Marques. **O pescador mesmo: um estudo sobre o pescador e as políticas de desenvolvimento da pesca no Brasil**. Dissertação de Mestrado. UFPA: Belém, 1997.

LIMA, Deborah, PAZZOBON, Jorge. **Amazônia socioambiental – sustentabilidade ecológica e diversidade social**. IN: VIEIRA, Ima Célia Guimarães. **Diversidade Biológica e Cultural**. Museu Paraense Emílio Goeldi: Belém, 2001.

LIMA, Marta Goreth Marinho. **Migração – uma estratégia de sobrevivência para o pescador artesanal?** In. FURTADO, Lourdes, QUARESMA, Helena Dóris A. Barbosa (orgs). **Gente e Ambiente no mundo da pesca artesanal**. Museu Paraense Emílio Goeldi: Belém, 2002.

LIGUORI, Guido. **Estado e sociedade civil: entender Gramsci para entender a realidade**. In. COUTINHO, Carlos Nelson, TEIXEIRA, Andréa de Paula. **Ler Gramsci, entender a realidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 173-188.

- MAGALHÃES, Antônio Carlos. **Pyrá: Atividade Pesqueira entre os Parakanã**. IN: FURTADO, Lourdes. LEITÃO, Wilma. MELLO, Alex Fiúza de, (orgs). **Povos das Águas: realidade e perspectivas na Amazônia** Belém: Museu Paranaense Emílio Goeldi, 1993.
- MALDONADO, Simone Carneiro. **Mestres e Mares: espaço e indivisão na pesca marítima**. 2ª ed. São Paulo: ANNABLUME, 1993.
- MARTINS, P. R. & BRANDÃO, M. F. 1983. **Caracterização do Pescador Artesanal do Litoral Norte Maranhense**. São Luiz, SENAT/FINEP, mimeo.
- MELLO, Alex F. De Movimentos Sociais na Pesca: breve balanço bibliográfico; novos desafios teóricos. IN: SILVEIRA, Isolda Maciel da. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Vol. 11, Nº1, Julho. Série Antropologia. Museu Paraense Emílio Goeldi: Belém, 1995. (p. 19 – 39)
- MEDEIROS, Heitor Queiroz de. **Mudanças sócio-ambientais decorrentes da Lei de pesca de Mato Grosso (1995) sobre a Colônia de Pescadores Z-2 no Pantanal de Cáceres – Mato Grosso**. Dissertação de Mestrado. USP: Paulo, 1998. (mimeo)
- MERONA, B. & BITTENCOURT, M. M. 1988. A pesca na Amazônia através do desembarque no mercado de Manaus: Resultados preliminares. *Memoria Sociedad Ciências Naturales La Salle*, 48(Supl. 2), 433-455 .
- MÉRONA, Bernard. **Pesca e ecologia dos recursos aquáticos na Amazônia**. IN: FURTADO, Lourdes. LEITÃO, Wilma. MELLO, Alex Fiúza de, (orgs). **Povos das Águas: realidade e perspectivas na Amazônia** Belém: Museu Paranaense Emílio Goeldi, 1993.
- MOREIRA, Hélio Luiz Fonseca. **Marudá: aspectos da mudança social em uma comunidade de pescadores da Amazônia**. IN: FURTADO, Lourdes. LEITÃO, Wilma. MELLO, Alex Fiúza de, (orgs). **Povos das Águas: realidade e perspectivas na Amazônia** Belém: Museu Paranaense Emílio Goeldi, 1993.
- MCGRATH, David G., et. all. Manejo Comunitário da pesca nos lagos de Várzea do Baixo Amazonas. IN: FURTADO, Lourdes. LEITÃO, Wilma. MELLO, Alex Fiúza de, (orgs). **Povos das Águas: realidade e perspectivas na Amazônia** Belém: Museu Paranaense Emílio Goeldi, 1993.
- MOREIRA, Hélio Luiz Fonseca. **Marudá: aspectos da mudança social em uma comunidade de pescadores da Amazônia**. IN: FURTADO, Lourdes. LEITÃO, Wilma. MELLO, Alex Fiúza de, (orgs). **Povos das Águas: realidade e perspectivas na Amazônia** Belém: Museu Paranaense Emílio Goeldi, 1993.

NASCIMENTO, Ivete. **Tempo da natureza e tempo do relógio – tradição e mudança em uma comunidade pesqueira.** IN: SILVEIRA, Isolda Maciel da. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Vol. 11, Nº1, Julho. Série Antropologia. Museu Paraense Emílio Goeldi: Belém, 1995.

NASCIMENTO, Fabíola do Nascimento et. all. **Caracterização da pesca profissional no reservatório da UHE de Balbina.** IN: Ciências Agrárias e Ambientais: Revista da Universidade Federal do Amazonas. Vol. 02, n.1. EDUA: Manaus, 2001.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. **Projetos de desenvolvimento e redesenho do Estado e da Sociedade Civil: um Estado para a Sociedade Civil.** IN: Gestão Social: uma questão em debate. EUC/IEE. PUC, São Paulo, 1999. (pgs. 66-90)

OLIVEIRA, José Aldemir de. **A vivência nas cidades da Amazônia: algumas reflexões.** In. Cadernos CEAS: Setembro/Outubro, 2003. (pág. 55 – 65)

REIS, Fábio Wanderley. **Política e Racionalidade: problemas de teoria e método de uma sociologia crítica da política.** 2ª ed. Ed. UFMG: Belo Horizonte, 2000.

RUFFINO, Mauro Luiz. **Gestão do uso dos recursos pesqueiros na Amazônia.** Manaus: Pró-Várzea/IBAMA, 2005.

SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento sustentável, bio-industrialização descentralizada e novas configurações rural-urbanas: os casos da Índia e do Brasil.** IN: Gestão de Recursos Renováveis e Desenvolvimento: novos desafios para a pesquisa ambiental. 3ª ed.. Cortez: São Paulo, 2002. (p.115 a 146)

SCHERER, Warren Ilse. DOSSIÊ: MOVIMENTOS SOCIAIS. Sociedade e Estado.

ISSN 0102-6992. *versão impressa.* Soc. estado. v.21 n.1 Brasília jan./abr. doi: 10.1590/S0102-69922006000100007. **Das mobilizações às redes de movimentos sociais* 2006**

_____. **Movimentos Sociais: um ensaio de interpretação sociológica.** 3ª edição, Florianópolis: Editora da UFSC, 1989.

_____. Movimentos sociais rurais no mundo globalizado: o caso do mst PPGSP/UFSC, Cadernos de Pesquisa, nº. 24, Novembro, 2000.

SOUZA, Maria Luiza de. **Desenvolvimento de Comunidade e Participação**. 3^a ed., São Paulo: Cortez, 1991.

PETRERE, M. Pesca e esforço de pesca no estado do Amazonas. I. Esforço e captura por unidade de esforço. *Acta Amazônica* 8(3): 439 – 454. (1978b).

WAGLEY, Charles. Uma comunidade amazônica: estudo do homem nos trópicos; trad. Clotilde da Silva Costa. 3^a ed., Belo Horizonte: Itatiaia; SP: Editora da USP, 1988.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

ALENCAR, E. F. Terra caída: encanto, lugares e identidades. Brasília, 2002(a). 245 p.

Tese

AVRITZER, Leonardo, NAVARRO, Zander. (orgs). **A inovação democrática no Brasil.** Cortez: São Paulo, 2003.

AVIZ, Adriana de. **O disciplinamento do trabalho e o processamento no parque industrial pesqueiro de Icoaraci: um estudo de caso.** In. FURTADO, Lourdes, QUARESMA, Helena Dóris A. Barbosa (orgs). **Gente e Ambiente no mundo da pesca artesanal.** Museu Paraense Emílio Goeldi: Belém, 2002

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **A dimensão política dos “conhecimentos tradicionais” na Amazônia.** In. Cadernos do Centro de Estudos e Ação Social/CEAS: Março/Abril, 2005. (pág. 09 – 29)

BASTOS, Maria de Nazaré do C. **Pesca Estuariana: uma contribuição ao estudo da organização social da pesca no Pará.** IN: SILVEIRA, Isolda Maciel da. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Vol. 11, Nº1, Julho. Série Antropologia. Museu Paraense Emílio Goeldi: Belém, 1995. (p. 41-56)

BECKER, Dinizar Fermiano (org). **Desenvolvimento Sustentável: necessidade e/ou possibilidade?** 4ª ed.. EDUNISC: Santa Cruz do Sul, 2002.

_____, BANDEIRA, Pedro S. (orgs). **Determinantes e desafios contemporâneos.** EDUNISC: Santa Cruz do Sul, 2000.

CALDART, Roseli Salete. **Pedagogia do Movimento Sem Terra.** 3ª ed. Expressão Popular: São Paulo, 2004.

VIOLA, Eduardo J. **Meio Ambiente, Desenvolvimento e Cidadania: desafios para as Ciências Sociais.** 3ª ed. Cortez: São Paulo, 2001.

FREITAS, Marcílio de. **Amazônia e Desenvolvimento Sustentável. Um diálogo que todos os brasileiros deveriam conhecer.** VOZES: Petrópolis, 2004.

_____. (org). **A ilusão da Sustentabilidade.** Secretaria de Estado e Cultura e UFAM: Manaus, 2003.

GENTILI, Pablo, FRIGOTTO, Gaudêncio. **A cidadania negada: políticas e exclusão na educação e no trabalho.** 3ª ed. Cortez/CLACSO: São Paulo, 2003.

HIRAOKA, Mário. **Mudanças nos Padrões econômicos de uma população ribeirinhas do estuário do Amazonas.** IN: FURTADO, Lourdes. LEITÃO, Wilma. MELLO, Alex Fiúza de, (orgs). **Povos das Águas: realidade e perspectivas na Amazônia** Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1993.

MANESCHI, Maria Cristina, ESCALLIER, Christine. **Parceiras de terra: o trabalho das mulheres na pesca em Vigia, litoral do Pará.** In. FURTADO, Lourdes, QUARESMA, Helena Dóris A. Barbosa (orgs). **Gente e Ambiente no mundo da pesca artesanal.** Museu Paraense Emílio Goeldi: Belém, 2002

_____. **Pescadores nos manguezais: estratégias técnicas e relações sociais de produção na captura de caranguejo.** mimeo.

RIBEIRO, Maria Olívia de Albuquerque, FABRÉ, Nídia Noemi. **SAS - Sistemas Abertos Sustentáveis: Uma Alternativa de Gestão Ambiental na Amazônia.** Manaus: EDUA, 2003.

SETUBAL, Aglair A. **Pesquisa em Serviço Social: utopia e realidade.** 2ª ed. Cortez: São Paulo, 2002.

SCOTT, Parry, ZARUR, George (orgs.). **Identidade, fragmentação e diversidade na América Latina.** UFPE: Recife, 2003.

SOUZA, Herbert José de. **Como se faz análise de conjuntura.** 24ª ed., Petrópolis: Vozes, 2003.

SANTANA, Graça. **Pesca industrial: um problema socioambiental.** In. FURTADO, Lourdes, QUARESMA, Helena Dóris A. Barbosa (orgs). **Gente e Ambiente no mundo da pesca artesanal.** Museu Paraense Emílio Goeldi: Belém, 2002

SILVA, Marilene Corrêa da. **O Paiz da Amazônia.** Valer: Manaus, 2004.

_____. **A Natureza humanizada é muito mais justa que a natureza bruta.** In. Cadernos CEAS: Setembro/Outubro, 2003.

TIOLENT, Michael. **Pesquisa Ação.** 3ª ed. Vozes: São Paulo, 2004.

APÊNDICE



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS - PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO SOCIEDADE E CULTURA NA AMAZÔNIA

PROJETOS:

1) Organização Política dos Pescadores Ribeirinhos em Comunidade Ribeirinha no Município de Tabatinga;

PESQUISADORA: Maria Francenilda Gualberto de Oliveira

Data: ___/___/2007

Município: Tabatinga

Comunidade: Tauarú

Associação: _____

ROTEIRO DE ENTREVISTA
Membros da Associação de Pescadores

I. IDENTIFICAÇÃO DO INFORMANTE:

- 1 Nome: _____
- 2 Função na Associação: _____
- 3 Há quanto tempo faz parte da Associação? _____

II. REPRESENTAÇÃO DO PESCADOR

1. Quem se considera pescador? _____
2. Há diferença de pescador na comunidade? Quais? Por quê? _____

III. PROCESSO HISTÓRICO DA ASSOCIAÇÃO

1. Por que a associação foi criada? Como se deu esse processo? _____
2. Quem participou da criação? _____
3. Como se deu a mobilização para a participação dos pescadores? _____
4. Iniciou com quantos associados? E hoje possui quantos? _____
5. Houve apoio de alguma OG ou outros? _____

IV. DINÂMICA DA ASSOCIAÇÃO

1. Número de associados? HOMENS _____ MULHERES _____

2. Como está organizada a associação (hierarquia)? _____
3. Quais são os critérios para ser associado? _____
4. Como é a forma de escolha do presidente da associação? Quem vota? Quais os critérios? Qual a frequência das eleições? _____
5. Com que frequência se reúnem? _____
6. De quais atividades da associação o sr. participa? _____
7. Quais são os serviços oferecidos pela associação? _____

V. MOBILIZAÇÃO E ARTICULAÇÃO POLÍTICA

1. O que você entende por organização política? _____
2. Como o sr. avalia a participação dos associados? _____
3. A associação proporciona atividades coletivas para a pesca? Quais? _____
4. Caso haja problema com a participação dos associados, a que se atribui? _____
5. Quais são as principais dificuldades da Associação atualmente? _____
6. Como a associação tem atuado para enfrentar os problemas? _____
7. Quais são os projetos futuros da Associação? _____

VI. REPRESENTATIVIDADE E LEGITIMAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO

1. O que mudou na vida do comunitário depois da criação da associação? _____
2. Na sua opinião, os associados estão satisfação c/ a associação? Por quê? _____
3. O que acha que deve ser melhorado na associação? _____
4. Quais são as principais de demandas dos pescadores que a associação está conseguindo atender? _____
5. A associação melhorou depois de sua criação? Em que aspecto? _____
6. Quem participa do processo de tomadas de decisão? _____
7. Como se dá esse processo? _____
8. A associação já foi contemplada com algum financiamento? Para que projeto? _____

VII. RELACOES ENTRE GRUPOS SOCIAIS E INSTITUIÇÕES

1. Qual a relação dos antigos pescadores com os mais novos? O que mudou? _____

2. A comunidade tem problemas com pescadores de fora? O que é feito? _____

3. Qual a relação com o IBAMA? _____
4. Como você analisa a atuação do IBAMA? _____
5. No que o sr. acha que o IBAMA deveria melhorar? _____
6. Tem havido algum problema no que se refere à questão fundiária das áreas de pesca, mais especificamente as áreas de lago? _____
7. O que o sr. pensa da atuação da colônia? _____
8. Quais os problemas da colônia? _____

IX. RELAÇÃO COM A ATIVIDADE DA PESCA: DIFICULDADES E EXPECTATIVAS

1. Quais os problemas em relação à atividade pesqueira dos pescadores da comunidade?

2. Como você analisa a questão da comercialização do pescado em Tabatinga? Quais os principais problemas? _____
3. Quem determina o valor do pescado? _____
4. Quantos lagos há na área da comunidade? Quais os nomes? Quem pesca nos lagos?

5. Existe critérios para o acesso ao lago? Quais? _____
6. Quem estabeleceu os critérios? _____
7. A associação tem pretensão de formar acordos de pesca? Com quais comunidades? Por quê? _____

8. Como se pretende fazer isso? Desde de quando que a associação pensa em fazer isso? Por que ainda não conseguiram? _____
9. No que se refere à atividade da pesca, o que mais dificulta a organização política dos pescadores? _____
10. Tem idéia de quantos entrepostos frigoríficos de pescado tem aqui em TABATINGA? Ou na área territorial de TABATINGA? _____
11. E a capacitação ou questão de acompanhamento para pequenos pescadores, vocês tem alguém trabalhando com eles? _____
